Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2023 Nº 25.394 Preço banca: R$ 3,50

Caged registra criação de 195,2 mil postos de trabalho em março

Após dois meses de recuo, a criação de emprego formal subiu em março. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 195.171 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

A criação de empregos cresceu 97,6% maior que a do mesmo mês do ano passado. Em março de 2022, tinham sido criados 98.786 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura mensal de vagas atingiu o maior nível desde setembro do ano passado.

Nos três primeiros meses do ano, foram abertas 526.173 vagas. Esse resultado é 15% mais baixo que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020. Página 3

Disque 100 registra mais de 2,8 mil violações contra indígenas

Página 4

Governo Central registra maior déficit para meses de março em 3 anos

Página 3

Haddad defende abertura da "caixa-preta" das renúncias fiscais

Página 3

Dólar volta a cair para abaixo de R$ 5 após dados econômicos

Página 14

Metas de inflação estão em linha com as de outros países

Página 11

Prefeitura de SP confirma primeira morte por dengue este ano

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo comunicou na quinta-feira (27) a primeira morte por dengue na capital paulista este ano. A paciente era uma mulher de 47 anos de idade, moradora da região de Casa Verde/Cachoeirinha, zona norte. Ela apresentava comorbidades. A mulher começou a manifestar sintomas da doença em 16 de janeiro e faleceu oito dias depois, no dia 24.

O caso estava sob investigação epidemiológica e teve a confirmação nesta quinta-feira. Atualmente, outros 11 óbitos têm causa apurada pela pasta.

Conforme detalhou a secretaria, em nota, quando há um caso suspeito de dengue são analisados exames laboratoriais, relatórios clínicos, aspectos epidemiológicos e o atestado de óbito. O procedimento segue orientações do Ministério da Saúde.

Caso as equipes também julguem necessário, podem, adicionalmente, realizar entrevistas com familiares e outras pessoas do círculo social dos pacientes para levantar informações. Depois disso, o caso é discutido entre a equipe de epidemiologistas da SMS e da Secretaria de Estado da Saúde (SES), que chegam a uma conclusão sobre a causa de morte.

Desde o início do ano, foram feitas 1.762.069 ações de combate ao mosquito Aedes aegypti na capital, de acordo com a secretaria. Ao todo, houve 360.156 visitas residenciais, além de 15.484 vistorias a imóveis especiais e pontos estratégicos, 1.351.991 ações de bloqueios de criadouros e nebulizações a fim de conter a reprodução do mosquito transmissor da doença.

Neste mês, a prefeitura também iniciou a instalação de 20 mil armadilhas de auto-disseminação de larvicidas, priorizando regiões com maior incidência de casos de dengue, como Brasilândia, Jardim Ângela, Raposo Tavares, Sacomã, Itaquera e Santa Cecília. Mais da metade já foi instalada.

Caso um morador deseje solicitar uma vistoria, pode fazer o pedido pelo telefone 156 – serviço "Pernilongo/Mosquito – Solicitar vistoria em local infestado". Outro canal é o site de serviços da prefeitura (Agencia Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,98
Venda: 4,98

Turismo
Compra: 5,08
Venda: 5,17

EURO

Compra: 5,49
Venda: 5,49

Governo lança Campanha Nacional de Prevenção ao Acidente no Trabalho

Foto/José Cruz/ABr

Página 3

Esporte

Bia Figueiredo corre de olho na liderança na Copa Truck

Destaque na abertura da temporada com dois pódios logo em sua estreia nos caminhões, Bia Figueiredo chega ao Autódromo de Interlagos com o pensamento voltado à disputa pela liderança da categoria Super da Copa Truck. A segunda etapa terá suas corridas no próximo domingo, a partir das 13 horas.

"Em Goiânia foi muito bom, e por ser a estreia, posso considerar que foram resultados excelentes. Espero que em Interlagos seja tão bom quanto. Página 8

Foto/ Rodrigo Ruiz

Bia *quer primeira vitória na categoria*

Em Berlim, Sérgio Sette teve fim de semana conturbado

O Campeonato Mundial de Fórmula-E, após a passagem inaugural pelo Brasil, chegou no último fim de semana à Alemanha. As disputas da sétima e oitava etapas da competição marcaram a metade do calendário anual e, para o brasileiro Sérgio Sette Câmara, foram de diferentes emoções.

Assim como tem acontecido ao longo do ano a programação teve início na sexta-feira, com o shakedown seguido pelo primeiro treino livre. Na sequência, já na manhã de sábado, os carros voltaram ao traçado do aeroporto de Tempelhof, em Berlim, para a segunda sessão de treinos, a classificação e a primeira corrida. Página 8

WEC: Negrão corre em Spa com foco nas 24 Horas de Le Mans

Foto/ Paulo Maria DPPI

André *Negrão disputará as 6 Horas de Spa-Francorchamps*

O brasileiro André Negrão corre neste final de semana as 6 Horas de Spa-Francorchamps, na Bélgica. O piloto, que tem lutado junto a seu time para extrair desempenho do Oreca 07 da equipe Alpine, trabalha para melhorar a performance do carro antes das 24 Horas de Le Mans, a principal prova do calendário, a ser realizada nos dias 10 e 11 de junho.

A prova belga valerá como terceira etapa do Campeonato Mundial de Endurance da FIA. O piloto brasileiro compete na categoria LMP2 e tem como companheiros no Alpine #35 o britânico Olli Caldwell e o mexicano Memo Rojas. Página 8

Melo e Zverev estreiam com vitória e avançam para as oitavas de final em Madri

Foto/@mutuamadridopen

Zverev *e Melo comemoram primeira vitória na Espanha*

Marcelo Melo e Alexander 'Sascha' Zverev estão nas oitavas de final do Masters 1000 de Madri, na Espanha. Nesta quinta-feira (27), o mineiro e o alemão estrearam com vitória diante do espanhol Alejandro Davidovich Fokina e do finlandês Emil Ruusuvuori: 2 sets a 0, com parciais de 7/6 (8-6) e 6/3, em 1h22min.

Os próximos adversários da dupla na capital espanhola serão o indiano Rohan Bopanna e o australiano Matthew Ebden – cabeças de chave 7 – que venceram na primeira rodada, também nesta quinta, o espanhol Roberto Bautista Agut e o britânico Daniel Evans por 2 a 0 - 6/3 e 7/6 (7-4). "Hoje (quinta) jogamos muito bem. Acho que o fato de estar na altitude ajudou a gente. Conseguimos salvar um set point no primeiro set, depois começamos com muita confiança no segundo, recuperamos um 15/40. Página 8

Concurso de professores para Rede Municipal terá prova prática

O concurso de professores para a Rede Municipal de São Paulo em andamento desde janeiro terá uma etapa prática inédita. A prova para avaliação do planejamento de experiência/plano de aula e a didática dos candidatos será aplicada nos dias 21 ou 28 de maio, a depender do cargo pleiteado (veja detalhamento abaixo).

Ao todo, 55.237 profissionais se candidataram às 1.980 vagas abertas para Professores de Ensino Fundamental II e Médio, para atuação nas disciplinas de Arte, Biologia, Ciências, Educação Física, Espanhol, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português, Química, Sociologia, Filosofia e Libras. Para a prova prática, foram convocados cerca de seis mil candidatos. Concorrem às vagas de Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I 96.807 profissionais, para 1.270 vagas, dos quais, cerca de quatro mil participarão da prova prática.

A prova prática terá duas partes: o planejamento de experiência/plano de aula, que valerá até 40 pontos e a apresentação e gravação da prova didática, valendo até 60 pontos.

Os locais de gravação da prova didática e o Cartão de Convocação Individual (CCI) serão divulgados no endereço eletrônico da FGV em até cinco dias antes da realização da prova.

No dia determinado, o candidato deverá chegar com uma hora de antecedência ao horário marcado, portando o Cartão de Convocação Individual (CCI) impresso e documento com foto.

Outra novidade é que, no recinto de gravação (que compreende todo o espaço delimitado pela FGV para realização da identificação, espera e gravação da prova didática, incluindo salas de coordenação, de apoio, corredores e banheiros) será proibido o uso aparelhos eletrônicos ou radiotransmissores, sendo permitido somente relógios analógicos sem acesso à internet.

A permanência na sala de gravação poderá ter um total de 30 minutos, dos quais, no máximo 12 minutos poderão ser destinados à apresentação da aula. Esse tempo deverá ser empregado para identificação do candidato pelo fiscal de sala, ambientação do candidato ao espaço destinado à atividade e gravação da Prova Didática.

Avaliação e Currículo da Cidade

Os critérios de avaliação que serão usados pela banca examinadora nas duas partes da prova prática, estão detalhados no edital. Serão dois avaliadores e, caso haja muita divergência, haverá um terceiro avaliador.

Os possíveis pontos (temas) e público-alvo, também estão descritos no Edital. O candidato deverá usar como referência o Currículo da Cidade.

Com 48 horas de antecedência ao domingo da prova didática os candidatos saberão, por meio de sorteio transmitido no site da FGV , seu tema da prova prática.

Apesar do local e o horário específico da prova didática serem divulgados em até 5 dias antes da sua realização, em termos gerais, os candidatos devem planejar-se para o seguinte cronograma:

Candidatos a Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental

19 de maio

Sorteios online e síncronos dos pontos da prova prática e publicação no site da FGV.

O primeiro ponto, para o turno da manhã, será sorteado no período de 7h30 e 7h50, e publicado às 8h.

O segundo ponto, para o turno da tarde, será sorteado no período de 13h30 e 13h50, e publicado às 14h

19 e 20 de maio (até 23h59)

Entrega do Formulário de Planejamento de Experiência (da Educação Infantil) ou Plano de Aula (do Ensino Fundamental I) de acordo com o ponto sorteado, por meio de Upload do pdf em link disponibilizado no site da FGV, conforme especificações descritas no Edital.

21 de maio

Gravação da Prova Didática, em horários dentro dos turnos da manhã, das 8h às 13h30, e da tarde, das 14h às 18h30, conforme divulgado até 5 dias antes.

Candidatos a Professor de Ensino Fundamental II e Médio

Para candidatos inscritos para os cargos de Professor de Ensino Fundamental II e Médio das disciplinas de: Biologia, Espanhol, Filosofia, Física, Língua Portuguesa, Química e Sociologia

19 de maio

Sorteios online e síncronos dos pontos da prova prática e publicação no site da FGV.

O primeiro ponto, para o turno da manhã, de cada cargo, será sorteado no período de 7h30 a 7h50 e publicado às 8h

O segundo ponto, de cada cargo, para o turno da tarde, será sorteado no período de 13h30 a 13h50 e publicado às 14h.

19 e 20 de maio (até 23h59)

Entrega do Formulário de Plano de Aula, obedecendo ao ponto sorteado para o seu cargo, por meio de Upload do pdf em link disponibilizado no site da FGV, conforme especificações descritas no Edital.

21 de maio

Gravação da Prova Didática, conforme horário específico divulgado até 5 dias antes, sendo:

Candidatos ao cargo de Química no turno da manhã; candidatos ao cargo de Espanhol no turno da tarde; candidatos aos cargos de Biologia, Filosofia, Física, Língua Portuguesa e Sociologia divididos entre o turno da manhã e da tarde.

Candidatos inscritos para os cargos de Professor de Ensino Fundamental II e Médio das disciplinas de: Artes, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Matemática e Libras

26 de maio

Sorteios online e síncronos dos pontos da prova prática e publicação no site da FGV.

O primeiro ponto, para o turno da manhã, de cada cargo, será sorteado no período de 7h30 a 7h50 e publicado às 8h

O segundo ponto, de cada cargo, para o turno da tarde, será sorteado no período de 13h30 a 13h50 e publicado às 14h.

26 e 27 de maio (até 23h59)

Entrega de Plano de Aula, obedecendo ao ponto sorteado para o seu cargo, por meio de Upload do pdf em link disponibilizado no site da FGV, conforme especificações descritas no Edital.

28 de maio

Gravação da Prova Didática, conforme horário específico divulgado até 5 dias antes, para candidatos inscritos para os cargos de Professor de Ensino Fundamental II e Médio das disciplinas de: Artes, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Matemática e Libras.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

No feriado (1º maio) 2023, alguns vereadores e vereadoras serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir as promessas de campanha ao eleitorado ...

.

PREFEITURA (São Paulo)

No feriado (1º maio) 2023, alguns secretários do prefeito Ricardo Nunes (MDB) serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir as promessas de campanha ao eleitorado ...

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

No feriado (1º maio) 2023, alguns deputados e deputadas serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir promessas de campanha ao eleitorado ...

.

GOVERNO (São Paulo)

No feriado (1º maio) 2023, alguns secretários do governador Tarcísio Freitas (Republicanos) serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir promessas de campanha ao eleitorado ...

.

CONGRESSO (Brasil)

No feriado (1º maio) 2023, alguns deputados e senadores - pelo Estado de São Paulo - serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir promessas de campanha ao eleitorado ...

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

No feriado (1º maio) 2023, alguns ministros do presidente Lula (PT) serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir promessas ao eleitorado ...

.

PARTIDOS (Brasil)

No feriado (1º maio) 2023, alguns donos e/ou sócios preferenciais serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir as promessas de campanha ao eleitorado ...

.

JUSTIÇAS (Brasil)

No feriado (1º maio) 2023, alguns ministros olimpianos (Supremo) serão personagens em eventos comemorativos, ainda que não trabalhem pra cumprir as promessas à Constituição da República ...

.

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Departamento de Transportes Públicos poderá leiloar veículos apreendidos por irregularidades

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM), publicou na quinta-feira (27/04) portaria que autoriza o Departamento de Transportes Públicos (DTP) a realizar leilões on-line para a venda de veículos apreendidos em razão de utilização de forma irregular ou sem a devida autorização para o transporte remunerado de passageiros, e que não tenham sido reclamados por seus proprietários há mais de 90 dias.

Os leilões serão apenas para veículos e peças com destinação específica para sucata, e somente após a ausência de resposta do proprietário às notificações por via postal e por publicação de edital no Diário Oficial para a retirada do veículo do pátio do DTP.

A medida vale para veículos apreendidos por irregularidades nas modalidades táxi, escolar, fretamento, carga a frete e motofrete e leva em conta o expressivo número de veículos depositados nos pátios do DTP, muitos deles em processo de deterioração e visando à proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Atualmente, o DTP contabiliza 228 veículos (ou peças de veículos avulsas) que já se enquadram nessa situação.

Notificação dos proprietários

A notificação dos proprietários desses dos veículos é feita por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR), expedido pelos Correios, após 10 dias contados da data da apreensão, para o pagamento das multas e diárias de pátio vencidas e a respectiva retirada dos veículos no prazo de até 30 dias, sob pena de serem vendidos em leilão.

Caso não haja resposta, será feita nova notificação, por edital no Diário Oficial da Cidade e em jornais de grande circulação, para a retirada do veículo e pagamento das respectivas taxas no prazo de mais de 30 dias a partir da publicação, mais uma vez sob pena de leilão. Esgotados ambos os prazos, a Comissão de Leilão do DTP iniciará os trâmites para que os veículos e peças que estejam há mais de 90 dias no pátio sejam leiloados.

Regras do leilão

As informações sobre os leilões que devem ser realizados serão publicadas no Diário Oficial da Cidade, por meio de um edital de convocação para o certame. Somente poderão participar pessoas jurídicas credenciadas no Departamento de Trânsito do Estado de São Paulo (DETRAN-SP), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Estadual nº 16.286/2016. Os veículos e peças a serem leiloados serão avaliados por um perito para que possa estabelecer o lance mínimo de cada um dos itens.

Cidade de São Paulo concentra 21% dos empregos do audiovisual no país e Prefeitura estuda formas de incentivo ao setor

Na última quinta-feira (20), o Observatório do Trabalho, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, realizou uma oficina online (via Teams) com servidores públicos de diversos órgãos para apresentar os resultados das análises feitas sobre emprego, renda e formação no setor de audiovisual. O objetivo é dar suporte à formulação de políticas públicas e atuação conjunta entre as diversas secretarias do município para estimular o crescimento dessa atividade.

Ao longo das duas horas de oficina, a equipe mostrou os dados coletados por diversas instituições de pesquisa e os participantes puderam debater sobre desafios e perspectivas. "Essas ações integradas ajudam os nossos servidores a entenderem melhor os diferentes mercados de trabalho e setores econômicos. Graças ao levantamento do Observatório do Trabalho, pudemos ter uma troca de experiências e informações entre núcleos distintos. Agora, temos as ferramentas necessárias para implementar políticas públicas efetivas e colaborativas para o audiovisual", destaca o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho em exercício, Armando Junior.

Com base no estudo, o Observatório do Trabalho concluiu que a cidade de São Paulo é um dos maiores polos do audiovisual nacional, reunindo 21% dos empregos no setor em relação a todo o restante do país – superando, por exemplo, o Rio de Janeiro. Porém, alguns pontos ainda dificultam a implementação de medidas de incentivo, como o crescimento do trabalho informal e as mudanças aceleradas pelas quais a atuação no campo vem passando.

Quais são os indicadores?

As atividades dentro da área são muito amplas, diversas e numerosas. As pesquisas consideram desde produção, pós-produção e distribuição de obras cinematográficas, vídeos, anúncios, programas de televisão e jogos digitais, até atividades como programação, comércio, operadoras e mais. Ou seja, o audiovisual inclui empresas e também profissionais de segmentos artísticos, técnicos, de publicidade e propaganda, de tecnologia, entre outros. Tudo isso agora se soma à crescente atuação em redes sociais.

Por conta da grande cadeia produtiva, a terceirização e a fragmentação do trabalho vêm aumentando. Uma consequência disso é que, segundo o levantamento, de 2019 a 2022 a taxa de formalização (pessoas empregadas no modelo CLT) na cidade caiu de 83,3% para 79,3%. Enquanto isso, o número de MEIs – Microempreendedores Individuais cresceu 81% durante o período e atualmente está perto de dobrar de tamanho em relação a 2019.

Isso também é causado porque as produtoras expandem ou encolhem o número de funcionários com base nos projetos que entram e na necessidade, optando por realizar contratações de profissionais autônomos, por meio de pessoa jurídica, ou mesmo "por fora", sem vínculo nenhum. Alguns dos trabalhadores também acabam realizando um regime com características de CLT, porém sem receber formalização, mantendo a contratação PJ. Isso tudo acaba dificultando o mapeamento pelos órgãos públicos, por conta da alta rotatividade e inconstância.

O levantamento também aponta que a remuneração média real (que considera a inflação e o poder de compra) também caiu 4,8% entre 2018 e 2021, porém a maioria dos setores econômicos experienciaram essa perda durante o período, por conta da crise econômica gerada pela pandemia.

Um dos destaques são as aglomerações produtivas, que são atividades econômicas em pequenas regiões cercadas de fornecedores e clientes, favorecendo a competição industrial pela criação de vantagens competitivas, como: grande número de mão-de-obra especializada para a demanda local; fácil acesso a fornecedores especializados; redução dos custos de transporte e; transbordamentos locais pela rede de informações e divulgação dos conhecimentos.

Em São Paulo, os distritos com maior concentração no setor de audiovisual são os da Barra Funda, Morumbi, Mandaqui, Itaim Bibi e Campo Belo. A presença de sedes de grandes emissoras de TV aberta nesses bairros influencia esses aglomerados. Foram identificados também alguns locais com potencial de crescimento, como Pinheiros e Lapa. O objetivo é incentivar os polos já existentes e a formação de novos.

Em relação à formação profissional, o número de cursos a nível superior relacionados ao audiovisual continua concentrado na área de publicidade e propaganda, porém uma grande mudança ocorreu de 2018 em diante: o surgimento de cada vez mais matrículas em jogos digitais, incluindo a criação de instituições especializadas para isso. Tudo indica que este mercado será destaque nos próximos anos.

Outras mudanças e evoluções também exigem atenção e adaptações nas pesquisas e na elaboração de políticas públicas. Por exemplo, as novas (e gigantes) plataformas de streaming que vem ocupando cada vez mais o mercado nacional, que obtém seu conteúdo por meio da contratação terceirizada de pequenas produtoras locais. E, tão impactante quanto, a ascensão das redes sociais, dos criadores de conteúdo e influenciadores digitais.

Agora, com esse amplo panorama, os servidores da cidade de São Paulo têm uma base sólida para continuar elaborando e implementando os projetos de incentivo para alavancar o segmento audiovisual da Capital. Muitos deles já existem e estão dando frutos, como a aceleração do Vai Tec Games, que oferece suporte e subsídio a empreendedores na área de jogos digitais, e o programa Bolsa Trabalho em parceria com o Instituto Criar, que promove formação gratuita na área para jovens de baixa renda. Ambos são iniciativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Confira mais nos sites da Ade Sampa e da SMDET.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Caged registra criação de 195,2 mil postos de trabalho em março

Após dois meses de recuo, a criação de emprego formal subiu em março. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 195.171 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

A criação de empregos cresceu 97,6% maior que a do mesmo mês do ano passado. Em março de 2022, tinham sido criados 98.786 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura mensal de vagas atingiu o maior nível desde setembro do ano passado.

Nos três primeiros meses do ano, foram abertas 526.173 vagas. Esse resultado é 15% mais baixo que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em março. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 122.323 postos, seguido pela construção civil, com 33.641 postos a mais. Em terceiro lugar, vem indústria de transformação, de extração e de outros tipos, com a criação de 20.984 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou no comércio, com a abertura de 18.555 postos. Somente a agropecuária, pressionada pelo fim da safra de vários produtos, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 332 vagas.

Destaques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 44.913 postos formais. A categoria de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 35.467 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 17.876 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 1.566 vagas.

As estatísticas do Caged apresentadas a partir 2020 não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Regiões

Todas as cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em março. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 113.374 postos a mais, seguido pelo Sul, com 37.441 postos. Em seguida, vem o Centro-Oeste, com 22.435 postos. O Nordeste abriu 14.115 postos de trabalho, e o Norte criou 10.077 vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 22 registraram saldo positivo, e cinco extinguiram vagas. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (50.768 postos), Minas Gerais (38.730) e Rio de Janeiro (19.427). As maiores variações negativas ocorreram em Pernambuco (5.266 postos), Paraíba (815) e Rio Grande do Norte (78). (Agencia Brasil)

Governo lança Campanha Nacional de Prevenção ao Acidente no Trabalho

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou na quinta-feira (27), em Brasília, a Campanha Nacional de Prevenção ao Acidente no Trabalho (Canpat) 2023, que tem como tema os riscos psicossociais relacionados ao ambiente de trabalho.

A campanha será de abril a dezembro em todo o país, com a realização de eventos de conscientização da sociedade civil, empregadores e funcionários sobre os cuidados com a segurança para prevenir acidentes e as doenças do trabalho.

Ao lançar a iniciativa, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, frisou o foco deste ano na saúde mental do trabalhador. Ele destacou que as doenças psíquicas podem afetar qualquer tipo de profissional e deu como exemplo os trabalhadores domésticos. “Sabemos que é um trabalho desgastante, mas precisamos trabalhar para que não se torne um trabalho degradante”, disse ele.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, entre 2002 e 2021 houve mais de 600 mil acidentes de trabalho no Brasil, dos quais 2.591 resultaram em mortes e 9.419 em alguma incapacidade física permanente. “Diante desses números precisamos trabalhar”, afirmou Marinho.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o mundo perde 4% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) em decorrência de acidentes e doenças do trabalho. Considerando-se o PIB planetário de 2022, essa perda se aproxima dos R$ 400 bilhões. (Agencia Brasil)

Campos Neto diz que revisão da renúncia fiscal é bem-vinda

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou, na quinta-feira (27), que reconhece o “grande esforço do governo” para uma “real possibilidade de estabilidade da dívida”. Segundo Campos Neto, a estratégia da equipe econômica para rever as renúncias fiscais é “bem-vinda”, uma vez que poderá dar eficiência à cadeia produtiva.

Campos Neto participou, na quinta-feira (27), de uma sessão de debates no plenário do Senado sobre juros, inflação e crescimento econômico.

“É preciso reconhecer o grande esforço do governo com uma real possibilidade de estabilidade da dívida, e o tema da renúncia é bem-vindo, não só porque a renúncia fiscal é injusta, mas também porque ela mexe com preços relativos e aloca recursos na economia de forma ineficiente. Quando você tem uma renúncia para um setor, acaba gerando ineficiência na cadeia inteira”, disse o presidente do BC.

De acordo com Campos Neto, o tema tem sido largamente conversado com a equipe econômica, em especial com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, que também participaram da sessão de debates no Senado.

Dirigindo-se aos senadores, Campos Neto disse que é importante “a Casa acelerar o projeto”, de forma a fazer com que o arcabouço fiscal avance.

Questionado sobre a alta nos juros, o presidente do BC destacou que, ao falar sobre este tema, “não se pode confundir causas e efeito”, e que a dívida não é alta porque os juros são altos. “É o contrário: o juro é alto por causa da dívida”, disse.

Campos Neto acrescentou que também é importante manter a harmonia no tripé política monetária, política fiscal e o câmbio flutuante. “É assim que funcionou e é assim que tem funcionado. Acho que as tentativas de reinventar essa roda não funcionaram. Às vezes, em vez de questionar a forma, a gente tem que pensar como aprimorar o que já existe.” (Agencia Brasil)

Haddad defende abertura da “caixa-preta” das renúncias fiscais

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que é preciso “abrir a caixa-preta” das renúncias fiscais e discutir com a sociedade para onde estão indo os recursos públicos do Brasil. Segundo o ministro, a reforma tributária é medida necessária para aumentar a arrecadação e contribuir para a redução do déficit das contas públicas, sem prejudicar a prestação de serviços públicos aos cidadãos.

Haddad participou, na quinta-feira (27), no plenário do Senado Federal, da sessão de debates sobre juros, inflação e crescimento econômico, requerida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Além de autoridades públicas, o evento reúne representantes de entidades do setor produtivo.

“Nós estamos falando de quase R$ 500 bilhões explícitos na peça orçamentária de renúncia fiscal e outros R$ 100 bilhões que não estão na lei orçamentária porque são tributos, que sequer são considerados para fins fiscais em virtude da frouxidão da nossa legislação com práticas absolutamente inadequadas e inaceitáveis no mundo desenvolvido. Então, há que se falar em corte de gastos? Na nossa opinião, sim, sobretudo o gasto tributário”, disse.

Para o ministro, o sistema tributário brasileiro é responsável por grande parte da ineficiência da economia. “Não temos ganhos de produtividade, porque os mais eficientes produtores nem sempre conseguem resistir à concorrência desleal, e você vai perdendo competitividade, você vai expulsando do mercado quem melhor produz, com mais eficiência, com compromisso social, com cumprimento das suas obrigações. Então, a reforma tributária também não é uma questão lateral”, disse Haddad.

Por isso, o governo priorizou a reforma tributária, afirmou o ministro. “Esta é uma demanda antiga de economistas liberais e desenvolvimentistas, um olhar voltado para a questão da eficiência, do descalabro que se tornou o sistema tributário brasileiro, uma colcha de retalhos absolutamente ingovernável, com uma litigiosidade sem fim, sobretudo no plano estadual”, acrescentou.

Haddad mencionou a uma ação na Justiça sobre a retirada do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que suprimiu R$ 100 bilhões aproximadamente das receitas primárias do governo federal. Outra decisão foi a revisão da vida toda de aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que podem impactar em mais de R$ 360 milhões os cofres federais.

“Aquilo que se alardeava de economia com a tal reforma previdenciária, na casa de R$ 1 trilhão em 10 anos, evaporou com duas medidas do Poder Judiciário”, disse Haddad, comentando a severidade dos conflitos distributivos no Brasil. “Nós não vamos resolver os problemas sociais e as necessidades imperiosas de investimento na nossa matriz produtiva sem recuperar a capacidade do Estado brasileiro voltar a investir”, acrescentou.

Segundo Haddad, em virtude do processo eleitoral, o governo anterior promoveu, em 2022, um gasto de R$ 300 milhões, entre renúncia de receitas e aumento de despesas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição garantiu recursos para a continuidade dos programas sociais, e um novo arcabouço fiscal foi enviado ao Congresso, para substituir o teto de gastos.

Para o ministro, a nova regra é considerada mais saudável do ponto de vista da rigidez das contas públicas, “mas dando condições para os investidores estrangeiros e nacionais acreditarem no enorme potencial da economia brasileira, que está simplesmente há 10 anos com crescimento muito aquém de seu potencial efetivo”.

Nesse sentido, o patamar da taxa Selic (juros básicos da economia) é motivo de divergência entre o governo federal e o Banco Central (BC). Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e reduzir a inflação, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

A Selic está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. No mês passado, pela quinta vez seguida, o Banco Central não mexeu na taxa, que permanece nesse nível desde agosto do ano passado.

O ministro destacou, entretanto, as políticas fiscal (que cuida da arrecadação e dos gastos públicos) e monetária (taxa de juros para segurar a inflação) partem da mesma engrenagem. “Se a economia continuar desacelerando por razões ligadas à política monetária, vamos ter problemas fiscais porque a arrecadação vai ser impactada”, afirmou.

A sessão no Senado contou também com a participação do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que defendeu as decisões técnicas da autarquia.

Para o ministro Fernando Haddad, o governo está fazendo sua parte, inclusive tomando medidas impopulares, para sanear as contas públicas e permitir um horizonte de planejamento maior e o crescimento sustentável do país.

No mesmo sentido, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ressaltou que não há contradição entre a visão do BC, sobre a relação da taxa de juros e inflação, e a do governo federal, sobre a relação da taxa de juros e o crescimento econômico

“Mas o Banco Central também não pode considerar que suas ações, que são técnicas, mas também interferem na política, especialmente os seus comunicados e as suas atas”, disse. Para Simone Tebet, não se pode, realmente, descuidar da inflação, pois é o imposto mais perverso que se paga no Brasil. Por outro lado, não há contradição em querer uma economia mais pujante, gerar emprego e renda com o crescimento sustentável, afirmou.

Para a ministra é preciso combater as causas da inflação, que tem inclusive fatores externos. No ambiente interno, porém, o governo “está fazendo sua parte” para o combate à instabilidade econômica, com a apresentação de medidas como o arcabouço fiscal e a reforma tributária, e para criar um cenário que possibilite a queda dos juros.

Simone Tebet disse que, neste momento, é importante ter um olhar para o social, já que o Brasil está entre os dez países com mais desigualdade no mundo. “A desigualdade é estrutural e é perversa”, afirmou. “A cara mais pobre do país vai se refletir de forma muito direta no futuro do Brasil, que são as nossas crianças. Elas pagam um preço muito alto, a miséria começa na primeira infância e se consolida lá no ensino médio, na juventude.”

Nesse sentido, é preciso garantir os investimentos para um crescimento maior e com produtividade, acrescentou a ministra . “O Brasil tem crescido muito pouco nas últimas décadas, menos de 1% em média nas últimas três décadas, algo de muito errado”, disse Simone, argumentando que é preciso ter equilíbrio e racionalidade e políticas econômicas certeiras para planejar o futuro de médio e longo prazos.

“Temos que fazer o dever de casa. Sabemos que não podemos gastar mais do que arrecadamos e que temos que zerar o déficit público nos próximos anos, e a nossa meta é zerar em 2024. Sabemos que isso significa um ambiente macroeconômico mais favorável para baixar os juros”, destacou, cobrando do Congresso um debate responsável da reforma tributária. “Ela, sim, vai garantir o crescimento sustentável duradouro do Brasil, vai impactar de imediato no crescimento do PIB, Produto Interno Bruto, soma de todos os bens e serviços produzidos no país”, acrescentou.

Em sua fala, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, destacou o papel da Casa para garantir crescimento econômico e redução de desigualdades. “Precisamos construir caminhos e apresentar soluções para evitar a perda do poder de compra da população brasileira e garantir o crescimento sustentável da economia”, disse.

Na opinião de Pacheco, a manutenção dos juros elevados por mais tempo, embora traga segurança quanto às metas de inflação e ao controle de preços, também compromete o crédito, os investimentos do setor privado e o crescimento de curto prazo, “configurando entrave ao desenvolvimento nacional e à erradicação da pobreza e mantendo a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais”. (Agencia Brasil)

Governo Central registra maior déficit para meses de março em 3 anos

Ao arrecadar menos por causa de desonerações concedidas pelo governo passado e com gastos de programas sociais em alta, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou o maior déficit primário para meses de março em três anos. No mês passado, o resultado ficou negativo em R$ 7,085 bilhões, déficit de 10,4% maior que o resultado negativo de R$ 6,418 bilhões obtido em março de 2022.

Ao descontar a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conta mais usada pelos analistas, o déficit é 5,5% maior que o de março do ano passado. Tanto em valores nominais como reais (corrigidos pela inflação), o resultado de março foi o pior para o mês desde março de 2020, quando houve déficit primário de R$ 21,131 bilhões após o início da pandemia da covid-19.

Apesar do déficit, o resultado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 15,4 bilhões em março.

Mesmo com rombo em março, o Governo Central acumula superávit primário de R$ 31,4 bilhões em 2023. Isso porque, em janeiro, foi registrado superávit de R$ 78,326 bilhões.

Em valores nominais, esse é o segundo maior superávit acumulado, só perdendo para o primeiro trimestre do ano passado (resultado positivo de R$ 50,026 bilhões). Em valores reais (corrigido pela inflação), é o nono maior superávit da série.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece meta de déficit primário de R$ 231,5 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote que pretende aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R$ 100 bilhões em 2023. No fim de março, a Secretaria de Política Econômica informou que a previsão oficial de déficit primário está em R$ 99,01 bilhões para este ano.

As receitas continuam crescendo em ritmo quase igual ao das despesas. No último mês, as receitas líquidas cresceram 3,4% em relação a março do ano passado em valores nominais. Descontada a inflação pelo IPCA, há queda de 1,2%. No mesmo período, as despesas totais subiram 3,7% em valores nominais, mas caíram 0,9% após descontar a inflação.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve queda de 6,2% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação. As maiores reduções ocorreram no Imposto sobre Produtos Industrializados (23,7% descontada a inflação), motivado principalmente pela redução de 35% na alíquota pelo governo anterior a partir de março do ano passado. Em segundo lugar, vem a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que caiu 24,4% por causa das desonerações sobre os combustíveis em vigor desde o segundo semestre do ano passado.

Apesar das recentes quedas do petróleo no mercado internacional, as receitas com royalties subiram R$ 75,3 milhões (1,3%) acima da inflação no mês passado na comparação com março de 2022. Atualmente, a cotação do barril internacional está em torno de US$ 78 após ter chegado a US$ 120 no meio do ano passado, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com programas sociais subiram R$ 7,7 bilhões acima da inflação em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. Por causa da forte concessão de aposentadorias e pensões pouco antes das eleições de 2022, os gastos com a Previdência Social subiram R$ 1,38 bilhão a mais que o IPCA.

Essas altas foram compensadas com a queda de R$ 8,8 bilhões no pagamento de abono salarial e seguro desemprego, porque o calendário deste ano está diluído ao longo do primeiro semestre, em vez de se concentrar nos três primeiros meses do ano, como em 2022. Além disso, houve redução de R$ 4,8 bilhões com créditos extraordinários, principalmente as despesas associadas ao combate à pandemia da covid-19.

Os gastos com o funcionalismo federal caíram 1,6% de janeiro a março descontada a inflação. A queda reflete o congelamento de salários dos servidores públicos que vigorou entre julho de 2020 e dezembro de 2021 e a falta de reajustes em 2022. Essa despesa deve subir nos próximos meses com a entrada em vigor do aumento de 9% para os servidores do Poder Executivo Federal, aprovado na quarta-feira (27) pelo Congresso. (Agencia Brasil)

Vision Securitizadora S.A.
CNPJ/MF nº 08.937.002/0001-13
Fato Relevante
A **Vision Securitizadora S.A.** (“Securitizadora”), em cumprimento ao disposto na regulamentação aplicável, inclusive no artigo 52, IV da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, vem a público informar que, em 24 de abril de 2023, a Itaú Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64, informou que, diante da inadimplência no pagamento de sua remuneração, a qual decorre da falta de recursos disponíveis no patrimônio separado, irá iniciar os procedimentos voltados à rescisão do contrato de escrituração relativo aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão da Securitizadora (“CRI”). Será convocada assembleia especial de investidores dos CRI para deliberação das medidas a serem tomadas. São Paulo, 28 de abril de 2023. **Chow H. Juei** – Diretor de Securitização da Vision Securitizadora S.A.

Disque 100 registra mais de 2,8 mil violações contra indígenas

De janeiro a março deste ano, o Disque 100 registrou 2.846 violações de direitos humanos contra povos indígenas, de acordo com levantamento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ao qual a Agência Brasil teve acesso.

No total, o serviço recebeu 430 denúncias de violações de diferentes etnias. A maioria dos relatos - feitos de forma presencial - tratou da falta de atendimento médico, melhoria nas escolas, ausência de transporte e violência contra lideranças indígenas relacionadas à demarcação de territórios tradicionais e conflitos fundiários, segundo o ouvidor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Bruno Renato Teixeira.

Nesta semana, o ministério tem promovido diversos encontros com povos indígenas que participam do Acampamento Terra Livre, em Brasília, para a coleta de relatos e denúncias por meio de escutas ativas.

De acordo com o ouvidor, em escutas ativas, os indígenas pediram proteção às lideranças que estão à frente da luta pela regularização de áreas. Líderes relatam que se sentem ameaçados. "Algumas lideranças se sentem ameaçadas. Temos de fortalecer os programas de proteção executados pelo Ministério dos Direitos Humanos, em conjunto com os estados", disse Bruno Teixeira.

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Mato Grosso do Sul

Na semana passada, foram iniciadas negociações para ida de uma comissão interministerial a Mato Grosso do Sul, em razão de uma escalada de violência contra líderes guarani kaiowá. Recentemente, um grupo de indígenas foi preso após protestar contra a destinação de um terreno na cidade de Dourados para construção de condomínio de luxo. O grupo argumenta que a área é território indígena.

Uma comissão interministerial - em parceria com Procuradoria Geral da República em Mato Grosso do Sul e a Defensoria Pública da União e do Ministério Público Federal - deverá ir à região, em maio, para uma escuta ativa e traçar um diagnóstico da situação. Alguns dos órgãos federais envolvidos são os Ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e dos Povos Indígenas.

O ouvidor Bruno Teixeira afirmou que a escuta visa identificar quais as políticas públicas que precisam ser implementadas na região e propor a instalação de uma câmara permanente de mediação de conflitos.

"É preciso um ambiente com mais tranquilidade para implementação das políticas públicas necessárias. Quanto mais célere for o processo de demarcação das áreas, mais rápida será a pacificação", opinou.

Segundo ele, há ainda demandas para busca efetiva de soluções de conflitos no Maranhão e no Amazonas.

Como funciona o Disque 100

O serviço Disque 100 recebe denúncias de violações de direitos humanos dos mais variados grupos populacionais, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e mulheres. Qualquer pessoa pode fazer a denúncia sem ter a identidade revelada.

Veja abaixo os canais de atendimento:

Disque 100: ligação telefônica gratuita fixa ou celular pelo número 100

WhatsApp: basta enviar uma mensagem para o número (61) 99611-0100.

Telegram: basta digitar "Direitoshumanosbrasil" na busca do aplicativo

APP SABE: ferramenta Interativa conectada diretamente ao Disque 100. Baixe o aplicativo no sistema Android ou faça o download do aplicativo no sistema iOS.

Site: digite no seu navegador www.gov.br/mdh/pt-br/ondh (Agencia Brasil)

Supremo começa a julgar validade de indulto a Daniel Silveira

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento sobre a legalidade do indulto concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao então deputado federal Daniel Silveira. Serão julgadas quatro ações protocoladas por partidos políticos contra a decisão.

Em maio do ano passado, Bolsonaro assinou um decreto concedendo graça constitucional à pena do ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), apoiador do então presidente e integrante da sua base na Câmara dos Deputados.

O decreto foi editado em 21 de abril, um dia após o parlamentar ter sido condenado pelo Supremo a 8 anos e 9 meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos poderes e coação no curso do processo que responde por ataques à Corte.

Silveira está preso por descumprir regras da detenção domiciliar. A ordem de prisão foi dada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, após o ex-deputado danificar a tornozeleira eletrônica que é obrigado a usar, e fazer novos ataques contra o Supremo e o sistema eleitoral brasileiro, em vídeos divulgados na internet e em discurso na Câmara dos Deputados. (Agencia Brasil)

Toffoli pede transferência para a Segunda Turma do STF

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), formalizou na quinta-feira (27) pedido para ser transferido da Segunda Turma da Corte, colegiado responsável pelo julgamento dos processos da Operação Lava Jato. A vaga no colegiado foi aberta com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski.

A formalização da solicitação foi enviada à presidente do Supremo, ministra Rosa Weber. Atualmente, Toffoli faz parte da Primeira Turma. Se receber autorização para deixar o colegiado, o ministro vai atuar com os ministros Gilmar Mendes, Nunes Marques, André Mendonça e Edson Fachin.

De acordo com o Supremo, a mudança de colegiado está prevista no regimento interno do tribunal, mas a troca vai depender do aval do integrante mais antigo, que tem preferência na escolha.

No dia 11 deste mês, Lewandowski se aposentou compulsoriamente ao completar 75 anos, idade limite para permanência no cargo.

Entre os cotados para substituir o ministro está o advogado Cristiano Zanin, que atuou como defensor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos processos da Lava Jato. (Agencia Brasil)

Nunes Marques pede vista e suspende julgamento sobre FGTS no Supremo

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista do julgamento no qual a Corte analisa a legalidade do uso da Taxa Referencial (TR) para correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O pedido de mais tempo para julgamento do caso foi feito na tarde da quinta-feira (27), logo após o início da sessão.

Nunes Marques informou que deve devolver o processo para julgamento na semana que vem. O ministro disse que pretende analisar o caso com mais cautela diante dos impactos da correção.

Segundo Nunes Marques, informações apresentadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) dão conta de que uma decisão favorável à correção poderá provocar aumento de juros nos empréstimos para financiamento da casa própria e aporte da União de cerca de R$ 5 bilhões para o fundo.

Na semana passada, os ministros Luís Roberto Barroso e André Mendonça votaram pela inconstitucionalidade do uso da TR para correção das contas do FGTS. Para os ministros, a remuneração das contas não pode ser inferior ao rendimento da caderneta de poupança.

Faltam os votos de oito ministros. Em função da aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a Corte não conta com o voto do 11° ministro.

O caso começou a ser julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada em 2014 pelo partido Solidariedade. A legenda sustenta que a correção pela taxa, com rendimento próximo de zero, por ano, não remunera adequadamente os correntistas, perdendo para a inflação real.

Criado em 1966 para substituir a garantia de estabilidade no emprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço funciona como uma poupança compulsória e proteção financeira contra o desemprego. No caso de dispensa sem justa causa, o empregado recebe o saldo do FGTS, mais multa de 40% sobre o montante.

Após a entrada da ação no STF, leis começaram a vigorar, e as contas passaram a ser corrigidas com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR.

Na quinta-feira (20), primeiro dia do julgamento, a AGU defendeu a extinção da ação.

No entendimento da AGU, as leis 13.446/2017 e 13.932/2019 estabeleceram a distribuição de lucros para os cotistas. Dessa forma, diz a AGU, não é mais possível afirmar que o emprego da TR gera remuneração menor que a inflação real. (Agencia Brasil)

STF tem 4 votos para tornar réus 200 denunciados por atos golpistas

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu o quarto voto para transformar mais 200 denunciados em réus na investigação sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e amplamente depredadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Assim como os ministros Dias Toffoli e Edson Fachin, Cármen Lúcia acompanhou integralmente o voto do relator dos inquéritos sobre o caso no Supremo, ministro Alexandre de Moraes.

O recebimento ou não dessas 200 denúncias está sendo julgado em plenário virtual, em que os votos são depositados eletronicamente, sem deliberação presencial. A sessão começou na terça-feira (25) e segue até as 23h59 da próxima terça (2).

Uma primeira leva com 100 denúncias foi aceita na semana passada, por 8 votos a 2. Somente os ministros André Mendonça e Nunes Marques divergiram dos demais. Eles foram os únicos que defenderam que as denúncias deveriam ser julgadas pela primeira instância da Justiça Federal.

No voto desta semana, Moraes ressaltou que os envolvidos nos atos de 8 de janeiro tentaram "destruir o regime democrático e suas instituições, pregando a violência, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos".

Uma nova leva de 250 denúncias está marcada para ser julgada na próxima semana, em sessão virtual prevista para às 0h da próxima quarta (3).

Ao todo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou 1.390 acusações formais ao Supremo, todas contra pessoas que participaram diretamente dos atos de vandalismo ou que incitaram a violência. Até o momento, ninguém foi denunciado por financiar ou idealizar os atos golpistas.

A situação é inédita para o Supremo, que nunca tinha se debruçado sobre tantas denúncias simultâneas sobre um mesmo caso. As sessões virtuais foram a maneira encontrada por Moraes e pela presidente do Supremo, Rosa Weber, para lidar com tamanho volume de pessoas processadas. A medida, contudo, tem sido criticada por advogados.

A previsão é que o eventual recebimento de todas as denúncias seja apreciado até junho. Em seguida deve ter início a fase de ação penal, com nova instrução processual e possível produção de novas provas e coleta de novos depoimentos, inclusive a pedido das defesas. Não há prazo definido para o julgamento final. (Agencia Brasil)

Com saldo positivo de R$ 288 mi, Paraná tem em março terceiro superávit seguido

O Paraná registrou em março superávit na balança comercial pelo terceiro mês consecutivo. Houve saldo positivo de US$ 288 milhões na diferença entre o volume exportado e importado em março, o que representa 50% de todo o acumulado de US$ 570 milhões na balança comercial paranaense nos três primeiros meses do ano.

O Estado exportou no terceiro mês o equivalente a US$ 2 bilhões. Já a soma das importações ficou pouco acima de US$ 1,7 bilhão. O superávit de março foi 13% maior do que o de fevereiro, quando o Paraná já havia fechado a balança comercial no azul em US$ 255 milhões. Os dados são do relatório mensal da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

O resultado em março coloca o Paraná como líder de exportações na Região Sul, responsável por 42% de todas as vendas para fora do país dos três estados juntos. No cenário nacional, o Paraná ficou em março na quinta colocação no ranking das exportações, atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso.

No acumulado de janeiro a março, o Estado soma US$ 5,1 bilhões em produtos exportados – alta de 12% em comparação ao mesmo período de 2022. Já as importações na soma dos três primeiros meses fecharam em US$ 4,5 bilhões, representando queda de 3,8% em comparação ao mesmo período do ano passado, colaborando assim para o superávit.

O Paraná exportou mercadorias e serviços para 175 países em março. Cerca de 43% de toda a produção enviada ao exterior foi concentrada em cinco países: China (21%), Argentina(9%), Estados Unidos (6%), México (4%) e Japão. (3%).

No acumulado do ano, a China também é o principal destino das exportações do Estado. De janeiro a março, o gigante asiático comprou US$ 779 milhões de produtos e serviços paranaenses. A Argentina movimentou US$ 387 milhões no trimestre, uma alta de 47% nas vendas. Os Estados Unidos compraram US$ 341 milhões do Paraná até aqui, crescimento de 17%. Japão e México também tiveram crescimento expressivo nas compras.

Enquanto que o país asiático adquiriu US$ 238 milhões, em um aumento de 173%, o mercado mexicano adquiriu US$ 221 milhões nos três primeiros meses, crescimento de 39%.

As importações, por sua vez, foram feitas de 107 países. A China também foi o país que mais vendeu ao Paraná em março, representando 18% do total vendido. Na sequência vêm Estados Unidos (11%), Rússia (10%), Argentina (9%) e Alemanha (6%).

Soja segue sendo o produto mais exportado pelo Paraná. A commodity representou 28% do total exportado pelo Estado em março. Na sequência, os líderes de exportações foram carnes (20%), material de transporte (9%), madeira (6%) e cereais (5%). Esses cinco itens somados representaram 69% de tudo o que foi vendido para fora do país pelo Paraná mês passado.

Já na avaliação mensal por atividade da indústria de transformação, o setor alimentício liderou as exportações em março, com 37% do total vendido. Na sequência vieram a indústria automotiva, com 10%, a de celulose e papel com 8%, e de máquinas e equipamentos com 4%. (AENPR)

Vacina BCG não protege profissional de saúde de covid-19, diz estudo

Estudo internacional conduzido em diversos países – incluindo o Brasil – concluiu que a vacina BCG, usada para combater a tuberculose, não protege profissionais de saúde contra a covid-19. Os resultados foram publicados no periódico The New England Journal of Medicine. No Brasil, a pesquisa foi conduzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O estudo envolveu 3.988 profissionais de saúde recrutados em um total de 36 localidades. Os resultados mostram que o risco de desenvolver um quadro sintomático de covid-19 no grupo que recebeu a BCG, seis meses depois, foi de 14,7%, contra 12,3% entre os profissionais de saúde que receberam placebo.

Em nota, a Fiocruz informou ainda que a pesquisa não conseguiu determinar se o imunizante reduziu hospitalizações e óbitos em razão do baixo número de participantes que desenvolveu quadros graves de covid-19. Profissionais de saúde foram priorizados na vacinação contra a covid-19 e as doses reduzem casos graves e mortes.

Uma pesquisa anterior havia demonstrado que a BCG aumentaria a imunidade inata (que nasce com a pessoa) em crianças e protegeria adolescentes e adultos de infecções respiratórias. "Esperava-se que a vacina pudesse ser reposicionada temporariamente até que vacinas específicas para a doença pudessem ser desenvolvidas e testadas", destacou a Fiocruz.

Segundo os pesquisadores, a análise dos dados segue em andamento, com resultados adicionais sobre os efeitos da BCG previstos para o final do ano – incluindo o impacto da vacina em outras infecções, como doenças respiratórias, e nas respostas a doses específicas contra a covid-19.

"A equipe de pesquisa usa também as amostras de sangue dos participantes para tentar descobrir biomarcas para o risco de covid-19", destacou a Fiocruz. (Agencia Brasil)

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em reais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	140.258.633,73	93.086.787,39
Aplicações financeiras	5	40.785.226,98	34.383.028,57
Contas a receber de alunos- educação básica	6	3.096.004,67	5.796.210,20
Contas a receber de alunos- educação superior	6	5.862.610,76	8.523.548,50
Adiantamentos	7	3.154.769,97	3.036.382,26
Despesas antecipadas		486.877,32	653.060,74
Outros ativos	8	5.841.167,86	4.810.343,85
Total do circulante		**199.485.291,29**	**150.289.361,51**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	25.409.640,19	49.211.607,89
Depósitos para recursos judiciais		247.082,97	245.098,54
Contas a receber de alunos- educação superior	6	1.362.406,69	1.692.810,79
Outras contas a receber		1.355.000,00	1.720.000,00
		28.374.129,85	52.869.517,22
Imobilizado	9	250.848.404,56	249.481.033,15
Intangível	9	33.508.528,84	33.714.857,08
Total do não circulante		**312.731.063,25**	**336.065.407,45**
Total do ativo		**512.216.354,54**	**486.354.768,96**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Contas e títulos a pagar	10	5.040.945,31	3.453.098,21
Obrigações trabalhistas e fiscais	11	18.907.440,58	16.206.597,18
Parcelamento tributário	12	2.138.975,84	1.419.409,44
Receitas antecipadas		6.681.737,24	6.040.378,36
Recursos de convênios públicos		-	75.000,00
Outras obrigações	13	6.525.104,13	6.525.400,43
Total do circulante		**39.294.203,10**	**33.719.883,62**
Não circulante			
Parcelamento tributário	12	8.135.121,18	9.368.103,65
Provisão para contingências	14	81.644,58	27.600,00
Total do não circulante		**8.216.765,76**	**9.395.703,65**
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		313.062.163,77	312.222.470,13
Ajuste de avaliação patrimonial		130.177.017,92	130.481.530,40
Superávit do período		21.466.203,99	535.181,16
Total do patrimônio líquido		**464.705.385,68**	**443.239.181,69**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**512.216.354,54**	**486.354.768,96**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em reais

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nota	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços - ensino básico	16	108.698.116,55	104.153.593,34
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(14.785.153,00)	(14.974.873,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(162.048,00)	(188.847,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(6.341.268,40)	(5.827.178,57)
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(657.556,10)	(840.616,80)
(-) Devoluções / cancelamentos		(104.168,28)	(245.551,25)
(-) Descontos incondicionais		(10.517.060,38)	(10.128.576,12)
		76.130.862,39	**71.947.950,60**
Receitas de atividades extracurriculares		1.502.376,56	520.825,98
Outras receitas de prestação serviços educacionais		1.129.681,06	239.057,77
(-) Devoluções / cancelamentos		(9.643,06)	(10.182,95)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**78.753.276,95**	**72.697.651,40**
(-) Custo com pessoal docente		(33.545.996,91)	(30.176.578,66)
(-) Custos administrativos e gerais	17	(21.484.039,40)	(17.133.974,02)
Convênios e parcerias	18	1.045.000,00	825.000,00
Receitas de doações	19	205.223,30	166.788,70
Outras receitas	20	8.071.684,52	6.189.462,00
Outras despesas	21	(49.649.367,86)	(55.006.961,55)
Resultado das atividades de educação básica		**(16.604.219,40)**	**(22.438.612,13)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) do período	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2020	**303.136.901,59**	**130.793.921,04**	**8.773.177,90**	**442.704.000,53**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	312.390,64	(312.390,64)	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	8.773.177,90	-	(8.773.177,90)	-
Superávit do período	-	-	535.181,16	**535.181,16**
Saldo em 31/12/2021	**312.222.470,13**	**130.481.530,40**	**535.181,16**	**443.239.181,69**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	304.512,49	(304.512,49)	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	535.181,16	-	(535.181,16)	-
Superávit do período	-	-	21.466.203,99	**21.466.203,99**
Saldo em 31/12/2022	**313.062.163,77**	**130.177.017,92**	**21.466.203,99**	**464.705.385,68**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em reais

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR	Nota	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços - ensino superior	16	153.132.542,38	133.226.737,50
(-) Gratuidades-bolsas de estudos integrais Lei 11.096/2005- Prouni		(20.204.977,42)	(17.621.725,84)
(-) Gratuidades-bolsas de estudos parciais 50% Lei 11.096/2005- Prouni		(136.050,00)	(212.115,00)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(4.836.002,05)	(1.119.628,56)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(101.261,50)	(27.856,30)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(2.025.764,40)	(1.943.353,18)
(-) Devoluções / cancelamentos		(1.178.814,10)	(1.171.159,49)
(-) Descontos incondicionais		(12.192.380,29)	(10.017.168,68)
		112.457.292,62	101.113.730,45
Outras receitas de prestação serviços educacionais		752.753,00	431.950,00
(-) Devoluções / cancelamentos		(43.496,00)	(19.222,00)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		113.166.549,62	101.526.458,45
(-) Custo com pessoal docente		(28.797.481,74)	(24.170.739,37)
(-) Custos administrativos e gerais	17	(37.832.482,01)	(31.345.827,22)
Convênios e parcerias	18	68.760,28	68.255,60
Receitas de doações	19	29.732,03	5.000,00
Outras receitas	20	1.402.223,49	1.200.944,61
Outras despesas	21	(32.769.314,83)	(32.602.863,33)
Resultado das atividades de ensino superior		**15.267.986,84**	**14.681.228,74**
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		25.009.031,61	10.581.050,89
Despesas financeiras		(2.206.595,06)	(2.288.486,34)
		22.802.436,55	8.292.564,55
Superávit do período		**21.466.203,99**	**535.181,16**

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Superávit do período	21.466.203,99	535.181,16
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.987.560,72	6.590.905,12
Provisão (reversão) para contingências	54.044,58	(675.498,52)
Provisão (reversão) estimada para créditos de liquidação duvidosa	5.872.860,02	(625.424,58)
Provisão de parcelamento	-	10.787.513,09
Juros apropriados de parcelamento	1.422.242,77	-
Resultado líquido ajustado	**35.802.912,08**	**16.612.676,27**
(Aumento) redução nos ativos		
Em aplicações financeiras	17.399.769,29	38.784.884,73
Em contas a receber de alunos	(181.312,65)	1.577.141,24
Em adiantamentos	(118.387,71)	(940.925,96)
Em despesas antecipadas	166.183,42	61.295,66
Em outros ativos	(1.030.824,01)	4.693.517,72
Em realizável a longo prazo	363.015,57	(1.518.796,50)
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e títulos a pagar	1.587.847,10	1.837.679,29
Em obrigações trabalhistas e fiscais	2.700.843,40	1.514.342,03
Em parcelamento tributário	(1.935.658,84)	-
Em receitas antecipadas	641.358,88	1.315.422,01
Em outras obrigações	(296,30)	(4.649.599,57)
Em recursos de convênio públicos	(75.000,00)	75.000,00
	19.517.538,15	**42.749.960,65**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**55.320.450,23**	**59.362.636,92**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado / intangível	(8.149.728,89)	(12.786.625,02)
Baixa de imobilizado	60.480,00	9.815.678,94
Baixa da depreciação	(59.355,00)	(1.803,18)
Ajuste da depreciação	-	(50,30)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(8.148.603,89)**	**(2.972.799,56)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**47.171.846,34**	**56.389.837,36**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	140.258.633,73	93.086.787,39
No início do exercício	93.086.787,39	36.696.950,03
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**47.171.846,34**	**56.389.837,36**

Notas explicativas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em reais

1 Objetivos sociais

Associação Santa Marcelina, doravante designada 'Associação', C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, situada à Rua Itapicuru nº 112, Perdizes, município de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação Santa Marcelina tem a Educação como sua atividade preponderante, atuando nas modalidades da educação básica e do ensino superior, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente, expedido pelo Ministério da Educação – MEC.

As principais finalidades estatutárias são:

a) Oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

b) Oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

c) Oferecer e desenvolver cursos de especialização, pós-graduação "Latu Sensu" e "Stricto Sensu", mestrado e outras modalidades previstas em lei;

d) Desenvolver e promover a pesquisa cientifica no atendimento de seus cursos de educação superior;

No exercício de suas finalidades institucionais, a Associação não faz e não fará, distinção de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social ou sob qualquer forma de discriminação.

A Associação destina integralmente seus recursos no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários.

A Associação possui os principais registros sociais que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pela Lei nº 5.733, de 25 de junho de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo 28 de junho de 1960. No âmbito municipal é reconhecida como Utilidade Pública Municipal (SP) pelo Decreto nº 14.380, de 01 de março de 1977, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo de 02 de março de 1977.

Também é portadora do Certificado de Entidade Beneficente, tendo seu último certificado deferido pelo Ministério da Educação • MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91.

Mantendo sua regularidade para renovação do Certificado de Entidade Beneficente, foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.046475/2017-02, em 29 de novembro de 2017, 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020, e 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendentes de decisão terminativa até data de encerramento desta demonstração contábil.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1)– Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

· Perdas estimadas para de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) – Nota 6

· Imobilizado e intangível – Nota 9

· Provisão para contingências - Nota 14

· Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção – Nota 9

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros mantidos pela Associação são ativos e passivos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os saldos referentes aos ganhos e perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras".

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os recebíveis abrangem mensalidades escolares a receber (nota 6) e outras contas a receber.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e estão demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incobráveis e o valor dos serviços educacionais prestados a alunos gratuitos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras com vencimento em prazos inferiores a 12 meses são demonstradas no ativo circulante, as aplicações financeiras em prazos superiores a 12 meses, são demonstradas no realizável a longo prazo, ambas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Contas a receber de alunos

Representam mensalidades emitidas decorrente da prestação de serviços educacionais, porém não recebidas, acordos firmados referentes mensalidades vencidas e cobranças judiciais. Incluem ainda bolsas compensáveis contra créditos fiscais, como FIES. Estão representadas pelo seu valor original, deduzidas das gratuidades concedidas e descontos contratuais (incondicionais).

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente pela Administração.

f. Adiantamentos

Refere-se a antecipações efetuadas a funcionários e fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

g. Despesas antecipadas

Refere-se a pagamento de apólice de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte. Estão representadas pelo seu valor nominal.

h. Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais enquanto não transitado em julgado.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A Associação utiliza taxas de depreciação, em função da estimativa de vida útil realizada por especialista interno.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:

· Equipamentos de informática / veículos 05 anos

· Máquinas e equipamentos / móveis e utensílios 10 anos

· Biblioteca / instalações/ material didático, pedagógico e laboratorial 10 anos

· Imóveis/ reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros 25 anos

· Construções em andamento em imóveis de terceiros 25 anos

j. Intangível

Composto por programas de computador (software) e Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC).

Os softwares são amortizados usando-se o método linear à taxa de 20% ao ano.

O Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Associação. O valor apresentado nas demonstrações contábeis indica a expectativa da Administração quanto a sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para a qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado da data da negociação.

k. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 2022 e 2021, a administração da Associação não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

m. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

n. Receitas antecipadas

As receitas antecipadas referem-se a parcelas de mensalidades de períodos subsequentes, recebidas antecipadamente, registradas no passivo circulante e que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

o. Parcelamento tributário

Referem-se a impostos/tributos que foram parcelados pela Receita Federal do Brasil, e estão apresentados pelos seus valores corrigidos na ocasião do parcelamento, acrescidos dos juros a transcorrer.

p. Provisões

Uma provisão é constituída no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos *superávits (déficits)* apurados anualmente desde a data de sua constituição, ajustes de avaliação patrimonial, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na nota n° 1.

r. Gratuidades (reconhecimento de bolsas de estudos)

A Associação mantém escrituração contábil regular, registrando suas receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações de regulação do certificado de filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

4 Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa	25.170,39	22.232,30
Bancos c/ movimento	37.281,56	24.486,46
Aplicações financeiras de liquidez imediata	140.196.181,78	93.040.068,63
	140.258.633,73	**93.086.787,39**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa.

Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

5 Aplicações financeiras em curto e longo prazo

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2022	2021	2022	2021
Fundo de Investimentos Financeiros	18.472.910,25	4.970.659,65	8.100.697,89	12.300.997,90
Certificado de Depósitos Bancários	5.501.612,83	5.094.597,93	2.762,58	417.537,08
Letras Financeiras	16.810.703,90	24.317.770,99	17.306.179,72	36.493.072,91
	40.785.226,98	**34.383.028,57**	**25.409.640,19**	**49.211.607,89**

As aplicações financeiras foram contabilizadas de acordo com seus respectivos vencimentos (circulante e não circulante), conforme determinação da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos fluxos de caixa.

Os recursos monetários foram distribuídos em produtos disponíveis no mercado financeiro, como fundos de investimentos que adotam estratégia de gestão ativa por meio de alocação de recursos em títulos públicos federais e em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno.

A Administração objetiva manter esses títulos aplicados até a data do vencimento contratualmente estabelecido.

6 Contas a receber de alunos

	2022			2021		
	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado
Curto Prazo						
Mensalidades do exercício	2.257.208,76	3.832.737,18	6.089.945,94	2.035.156,99	3.517.390,13	5.552.547,12
Mensalidades de exercícios anteriores	2.848.758,78	1.836.746,74	4.685.505,52	2.960.457,30	1.602.964,32	4.563.421,62
Parcelas de acordos	2.354.016,07	4.148.922,06	6.502.938,13	2.963.505,11	4.602.035,05	7.565.540,16
Cursos extracurriculares e taxas	129.473,57	6.243,00	135.716,57	126.478,47	5.860,00	132.338,47
	7.589.457,18	9.824.648,98	17.414.106,16	8.085.597,87	9.728.249,50	17.813.847,37
(+/-) PECLD	(4.493.452,51)	(3.962.038,22)	(8.455.490,73)	(2.289.387,67)	(1.204.701,00)	(3.494.088,67)
	3.096.004,67	**5.862.610,76**	**8.958.615,43**	**5.796.210,20**	**8.523.548,50**	14.319.758,70
Longo Prazo						
Mensalidades a receber	**0,00**	**1.362.406,69**	**1.362.406,69**	**0,00**	**1.692.810,79**	**1.692.810,79**

As contas a receber contemplam apenas saldos dos últimos cinco anos, apurados através de relatórios internos da Associação. As mensalidades baixadas são mantidas em cobranças judiciais e extrajudiciais.

A movimentação da PECLD pode ser assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	**3.494.088,67**	**4.119.513,25**
Reversão da provisão (resultado)	(1.680.764,17)	(556.214,04)
Constituição da provisão (resultado)	7.553.624,19	1.540.204,10
Baixa de mensalidades incobráveis	(911.457,96)	(1.609.414,64)
Saldo no final do exercício	**8.455.490,73**	**3.494.088,67**

7 Adiantamentos

	2022	2021
Créditos de funcionários	2.578.897,18	2.504.869,18
Adiantamentos a fornecedores	569.079,35	529.567,64
Outros adiantamentos	6.793,44	1.945,44
	3.154.769,97	**3.036.382,26**

8 Outros ativos

	2022	2021
Tributos a compensar/recuperar (a)	5.100.449,00	4.301.220,89
Contas receber de venda de imóveis	365.000,00	365.000,00
Despesas a realizar	266.433,54	29.868,04
Créditos de cobrança a liberar	11.766,86	20.132,44
Aluguéis a receber	10.939,37	8.110,88
Cheques a depositar/cobrar	-	398,55
Venda de certificado de potencial adicional de construção	-	82.191,89
Demais contas a receber	86.579,09	3.421,16
	5.841.167,86	**4.810.343,85**

(a) Tributos a compensar/recuperar contempla o valor de R$ 4.991.648,38 (R$ 4.192.963,88 de 2021) referente Financiamento Estudantil – FIES, saldo de FIES recebido como crédito a ser utilizado na compensação de impostos.

9 Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

	2021	2022					
Ativo Imobilizado	Saldo	Adições	Baixas	(-) Ajuste Reaval	Depreciação/ amortização	Baixa da Deprec./Amort. pela Reaval	Saldo
Terrenos	86.779.000,00	-	-	-	-	-	86.779.000,00
Imóveis	126.013.242,99	-	-	-	(1.546.503,24)	-	124.466.739,75
Reformas e benfeit. em Imóveis	7.755.167,32	3.542.461,24	(1.125,00)	-	-	-	11.296.503,56
Reformas em Imóveis de Terceiros	4.734.360,67	-	-	-	(269.433,36)	-	4.464.927,31
Construções em andamento de terc	89.755,65	-	-	-	(6.531,96)	-	83.223,69
Construções em andamento	838.699,98	-	-	-	-	-	838.699,98
Instalações	2.858.305,80	130.571,13	-	-	(442.651,63)	-	2.546.225,30
Biblioteca	500.451,86	236.857,95	-	-	(143.782,82)	6.972,27	600.499,26
Máquinas e Equipamentos	8.838.171,84	1.331.419,30	-	-	(1.331.327,74)	-	8.838.263,40
Móveis e Utensílios	5.091.848,40	630.463,68	-	-	(953.577,96)	-	4.768.734,12
Equipamentos de Informática	3.769.710,08	1.059.279,63	-	-	(1.285.330,25)	-	3.543.659,46
Veículos	212.107,13	174.025,00	(59.355,00)	-	(139.124,80)	59.355,00	247.007,33
Mat. didático, pedagógico e laboratorial	1.993.971,43	736.251,29	-	-	(361.541,32)	-	2.368.681,40
Obras de artes	**6.240,00**	-	-	-	-	-	**6.240,00**
	249.481.033,15	**7.841.329,22**	**(60.480,00)**	-	**(6.479.805,08)**	**66.327,27**	**250.848.404,56**

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

	2021	2022		
Ativo Intangìvel	Saldo	Aquisições	Amortização	Saldo
Marcas e patentes	7.984,00	-	-	7.984,00
Desenvolvimento - Cursos	1.499.306,67	217.653,05	-	1.716.959,72
Desenvolvimento - Software	27.016,00	-	-	27.016,00
Cursos em andamento	2.379.202,97	-	(339.886,32)	2.039.316,65
Cessão de uso de software	362.137,53	90.746,62	(174.841,59)	278.042,56
Potencial Construtivo	29.439.209,91	-	-	29.439.209,91
	33.714.857,08	**308.399,67**	**(514.727,91)**	**33.508.528,84**

A Associação optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos na data de 01 de janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, com experiência e competência profissional.

A adoção do custo atribuído produziu efeitos no Patrimônio Líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial. A sua realização está sendo efetuada mediante a depreciação do exercício, conforme evidenciado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Potencial Construtivo

Em 20 de novembro de 2020, a Associação Santa Marcelina obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO n° 0386/20, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento do Uso do Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos que dispõem os artigos 122 a 132 da Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 6068.2020/0001849-6, declarou que o imóvel situado a Rua Cardoso de Almeida, 541 e Rua Alberto Torres, 102, distrito de Perdizes, São Paulo – SP, dispõem de 4.695,96 m² de potencial construtivo passível de transferência, no valor de R$ 8.358,90 m².

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Este valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende a premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Associação.

10 Contas e títulos a pagar

	2022	2021
Fornecedores de materiais	780.829,73	1.983.186,94
Fornecedores de serviços	3.971.082,86	934.486,77
Benefícios a pagar	263.901,79	469.964,52
Credores diversos	25.130,93	65.459,98
	5.040.945,31	**3.453.098,21**

11 Obrigações trabalhistas e fiscais

	2022	2021
Salários a pagar	5.804.566,27	5.073.590,86
Férias e encargos	8.120.606,81	7.055.292,19
Impostos e contribuições trabalhistas	4.784.336,45	3.956.502,93
Outros impostos e contribuições	197.931,05	121.211,20
	18.907.440,58	**16.206.597,18**

As provisões de férias e 1/3 foram constituídas tomando-se por base a remuneração do empregado no mês em que ela estiver sendo constituída. Os encargos sociais foram constituídos concomitantemente à constituição das provisões.

12 Parcelamento tributário

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2022	2021	2022	2021
Parcelamento previdenciário	2.755.099,14	5.052.855,83	8.796.096,43	33.348.849,05
(-) Juros e encargos a transcorrer	(616.123,30)	(3.633.446,39)	(660.975,25)	(23.980.745,40)
	2.138.975,84	**1.419.409,44**	**8.135.121,18**	**9.368.103,65**

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação ajustou as demonstrações contábeis conforme disposto na NBC TSP 14 - Evento Subsequente, reconhecendo evento ocorrido entre a data final do período em que se refere as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão das demonstrações.

O evento refere-se ao Termo de Parcelamento nº 6096333 firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, consolidado em 28 de março de 2022, referente Processo Fiscal nº 19515.721.413/2014-63, no montante total de R$ 10.787.513,09, a ser pago em 60 parcelas, com início em março de 2022 e término em fevereiro de 2027.

Em 30 de junho de 2022, conforme Comprovante de Adesão à Negociação, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Associação renegociou a dívida, nos Termos da Lei 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14.402, de 16 de junho de 2020, Art.9, Inciso I, Alinea A e PAR. 1, com redução de juros e demais encargos, a ser pago em 48 parcelas, com início em junho de 2022 e término em maio de 2026.

13 Outras obrigações

| | 2022 | 2021 |
|---|---

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

18 Convênios e parcerias

	2022	2021
Ensino básico		
Prefeitura Municipal de Botucatu (g)	**1.045.000,00**	**825.000,00**
Ensino superior		
Convênios e parcerias privadas (h)	**68.760,28**	**68.255,60**

(g) Termo de Colaboração nº 42/2022 (12/2021 em 2021) firmado entre a Associação Santa Marcelina, através de sua filial Obra Social Marina Videmari, C.N.P.J. 60.742.855/0016-04, firmado com a Prefeitura Municipal de Botucatu (SP), por meio da Secretaria Municipal de Educação, para atendimento gratuito da educação infantil e ensino fundamental.

(h) Termo de cooperação técnica – AAGAPE firmado entre a Faculdade Santa Marcelina Itaquera C.N.P.J. 60.742.855/0017-87, para o curso de especialização Latu Senso em Odontologia Hospitalar

AAGAPE - 1º SEMESTRE 2022

	Total matriculados
Pós Graduação	95
	95

AAGAPE - 2º SEMESTRE 2022

	Total matriculados
Pós Graduação	40
	40

19 Receitas de doações

	2022	2021
Ensino básico		
Donativos de pessoas jurídicas	192.820,30	154.389,66
Donativos de pessoas físicas	9.068,00	2.740,00
Donativos de cooperadores	3.335,00	9.659,04
	205.223,30	166.788,70
Ensino superior		
Donativos de pessoas jurídicas	**29.732,03**	**5.000,00**

20 Outras receitas

	2022	2021
Ensino básico		
Serviços voluntários recebidos	5.221.896,86	5.007.949,98
Receitas patrimoniais (i)	2.402.576,19	901.562,93
Receitas de aluguéis	447.211,47	229.949,09
Receitas transitórias e eventuais	-	50.000,00
	8.071.684,52	**6.189.462,00**
Ensino superior		
Serviços voluntários recebidos	353.269,44	320.687,52
Receitas patrimoniais (i)	880.338,35	820.340,12
Receitas de aluguéis	168.615,70	59.916,97
	1.402.223,49	**1.200.944,61**

(i) Receitas patrimoniais refere-se à recuperação de despesas, utilidades e descontos ocorridos em folha de pagamento, eventos e promoções sociais, entre outros.

21 Outras despesas

	2022	2021
Ensino básico		
Despesas com pessoal (administrativo)	(18.465.548,77)	(17.487.759,72)
Despesas administrativas	(25.872.364,59)	(23.683.988,81)
Despesas com serviços voluntários	(5.221.896,86)	(5.007.950,98)
Despesas fiscais e tributárias (j)	(89.557,64)	(6.533.358,72)
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	0,00	(2.293.903,32)
	(49.649.367,86)	**(55.006.961,55)**
Ensino superior		
Despesas com pessoal (administrativo)	(11.988.153,34)	(11.134.911,17)
Despesas administrativas	(20.405.918,61)	(15.314.682,91)
Despesas fiscais e tributárias (j)	(21.973,44)	(4.311.441,78)
Despesas com serviços voluntários	(353.269,44)	(320.687,52)
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	0,00	(1.521.139,95)
	(32.769.314,83)	**(32.602.863,33)**

(j) As despesas fiscais e tributárias tiveram um aumento expressivo em 2021, face ao reconhecimento do parcelamento efetuado junto à Receita Federal, no valor de R$ 10.787.513,09 (nota 12).

22 Resultado financeiro - Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	22.638.368,29	8.398.966,35
Juros e multas ativas	1.744.762,58	1.594.478,37
Descontos obtidos	205.787,82	587.606,17
Atualizações monetárias	420.112,92	-
	25.009.031,61	**10.581.050,89**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.476.274,80)	(3.970,50)
Tarifas bancárias e cartão	(136.357,10)	(130.872,72)
Multas passivas	(10,27)	(194,98)
Descontos condicionais	(593.952,89)	(2.153.448,14)
	(2.206.595,06)	**(2.288.486,34)**
Resultado líquido	**22.802.436,55**	**8.292.564,55**

23 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

As entidades educacionais de ensino superior devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação.

Desta forma, a Associação aplicou o percentual de 18,81 %, de suas Receitas de Anuidades Escolares em Despesas com Pessoal (área fim-docentes), conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da demonstração do resultado do período):

Receita de Anuidades Escolares - Ensino Superior	153.132.542,38
Despesas com Pessoal - Docente- Ensino Superior	28.797.481,74
Percentual de adequação (Vl. Despesa ÷ Vl. Receita)	18,81%

24 Receitas (despesas) – Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante o exercício de 2022 e 2021.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, nos grupos de outras receitas e outras despesas, na demonstração do superávit, sem efeito no resultado do exercício.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 a Associação possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

26 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022 a Associação não está significativamente sujeita aos fatores de: (i) riscos de crédito, que são gerenciados diretamente com o cliente onde os débitos são quitados e/ou renegociados, bem como a constituição para perdas com créditos de liquidação duvidosa que em 31 de dezembro de 2022 representava a perda estimada pela administração, (ii) risco de preço dos serviços, (iii) risco de taxas de juros e (iv) risco de taxas de câmbio uma vez que a Associação não transaciona em moeda estrangeira.

27 Isenções (imunidade) usufruídas

A Associação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, todos previstos no Estatuto Social da Associação e seu cumprimento (operacionalização) podem ser comprovados por meio da sua escrituração contábil.

Em atendimento à ITG 2002 (R1), a título de demonstração, a Associação vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) Usufruída • INSS sobre a folha de pagamento de salários e COFINS sobre as receitas de prestação de serviços.

	2022	2021
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	19.978.870,89	19.368.242,25
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RAT	982.499,62	877.086,50
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	4.468.271,58	4.320.745,68
	25.429.642,09	**24.566.074,43**
COFINS s/ receita de prestação de serviços	7.916.380,44	7.113.781,47
PIS s/ folha de pagamento	**999.177,94**	**964.261,68**

CSLL: Quanto à contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não foi efetuado qualquer provisionamento, pois a Associação e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

28 Atividades Beneficentes de Educação

A certificação das entidades beneficentes é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, que revogou a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009.

A Associação Santa Marcelina foi registrada no extinto Conselho Nacional de Assistência Social • CNAS, por meio do processo administrativo nº 00000.108.917/59, deferido em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 1959, bem como teve seu primeiro pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente (antigo Certificado de Fins Filantrópicos) deferido nos autos do processo nº 012.882/64, em 11 de março de 1964.

A Associação Santa Marcelina é portadora regular do Certificado de Entidade Beneficente desde a primeira concessão ocorrida em 11 de março de 1964 até o término da validade do último certificado ocorrido em 31 de dezembro de 2017, estando, inclusive, garantida a extensão de seus efeitos até decisão final do novo pedido de renovação já protocolizado junto ao Ministério da Educação - MEC em 29 de novembro de 2017.

Mantendo sua regularidade, a Associação teve novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente deferido pelo MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91.

Foram protocolados processos administrativos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente em 29 de novembro de 2017, autuado sob o nº 23000.046475/2017-02, nº 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020 e nº 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendente de decisão terminativa até data de encerramento desta demonstração contábil em abril/2023.

Atendendo os requisitos e normas vigentes, a Associação se encontra em condição de regularidade quanto a entrega/protocolo dos relatórios anuais de monitoramento.

Gratuidades

A Associação Santa Marcelina e suas mantidas ofertam gratuidades integrais (100%) e parciais (50%), para alunos da educação básica e do ensino superior. Além disso, no ensino superior, após adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 22 de dezembro de 2010, também são concedidas bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%), de acordo com a Lei nº 11.096/2005.

As gratuidades são concedidas mediante análise prévia e comprovação do perfil socioeconômico, conforme disposto na Lei Complementar 187, Artigo 19, § 1º.

As quantidades de alunos e benefícios concedidos no exercício 2022 podem ser assim demonstrados:

Educação Básica

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas 100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial	Total beneficiados
Educação Infantil	1.255	367	0	39	5	411
Ensino Fundamental I e II	3.598	722	6	166	32	926
Ensino Médio	646	66	7	34	10	117
	5.499	**1.155**	**13**	**239**	**47**	**1.454**

Ensino Superior - Cursos Anuais

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%
Graduação	13	5	1
	13	5	1

Ensino Superior - Cursos Semestrais

1º SEMESTRE 2022	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%
Graduação	3.143	394	21	220	27	49
Pós Graduação	905	0	0	0	0	2
Extensão	3	0	0	0	0	0
	4.051	394	21	220	27	51

2º SEMESTRE 2022	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%
Graduação	3.165	426	20	206	21	48
Pós Graduação	720	0	0	0	0	1
	3.885	426	20	206	21	49

Em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017 as gratuidades concedidas podem ser assim demostradas, de acordo com o item 3 do Anexo V:

Ensino básico	2022 Quantidade	2022 Valores (R$)	2021 Quantidade	2021 Valores (R$)
Número de alunos matriculados	5.499	108.698.116,55	5.682	104.153.593,34
Bolsas Integrais da Lei Compl.187/2021	1.155	14.785.153,00	1.216	14.974.873,00
Bolsas Parciais 50% da Lei Compl.187/2021	13	162.048,00	17	188.847,00
Outras bolsas 100%	239	6.341.268,40	248	5.827.178,57
Outras bolsas	47	657.556,10	62	840.616,80
Total de bolsas de estudos ofertadas	**1.454**	**21.946.025,50**	**1.543**	**21.831.515,37**
Ensino superior	**2022 Quantidade**	**2022 Valores (R$)**	**2021 Quantidade**	**2021 Valores (R$)**
Número de alunos matriculados	3.178	147.961.381,28	2.844	127.571.786,93
	0	-	0	-
Bolsas integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	431	20.204.977,42	428	17.621.725,84
Bolsas parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	21	136.050,00	41	212.115,00
Bolsas Integrais da Lei Compl.187/2021	206	4.836.002,05	66	1.119.628,56
Bolsas Parciais 50% Lei Compl.187/2021	21	101.261,50	8	27.856,30
Outras bolsas 100%	48	2.047.688,40	50	1.937.803,18
Total de bolsas de estudos ofertadas	**727**	**27.325.979,37**	**593**	**20.919.128,88**

Quadro demonstrativo em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017, de acordo com o Anexo XIII:

APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA

		2022 Educ. Básica	2022 Educ. Superior	2022 Consolidado	2021 Educ. Básica	2021 Educ. Superior	2021 Consolidado
	MENSALIDADES A RECEBER NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(2.138.989,96)	(3.517.390,13)	(5.656.380,09)	3.402.574,57	3.559.214,30	6.961.788,87
(+)	RECEITA BRUTA DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	108.698.116,55	153.132.542,38	261.830.658,93	104.153.593,34	133.226.737,50	237.380.330,84
(-)	VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (CRITÉRIO LEI 12.101/2009)	(14.947.201,00)	(4.937.263,55)	(19.884.464,55)	(15.163.720,00)	(1.147.484,86)	(16.311.204,86)
(-)	VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (da Lei 11.096/2005 - Prouni)	-	(20.341.027,42)	(20.341.027,42)	-	(17.833.840,84)	(17.833.840,84)
(-)	VALOR DE OUTRAS BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS E PARCIAIS	(6.998.824,50)	(2.025.764,40)	(9.024.588,90)	(6.667.795,37)	(1.943.353,18)	(8.611.148,55)
(-)	DEVOLUÇÕES E CANCELAMENTOS DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	(104.168,28)	(1.178.814,10)	(1.282.982,38)	(245.551,25)	(1.171.159,49)	(1.416.710,74)
(-)	DESCONTOS CONCEDIDOS	(10.517.060,38)	(12.192.380,29)	(22.709.440,67)	(10.128.576,12)	(10.017.168,68)	(20.145.744,80)
(-)	PERDAS NO RECEBIMENTO DE MENSALIDADES	-	-	-	-	-	-
(-)	MENSALIDADES A RECEBER NO FINAL DO EXERCÍCIO	(2.257.208,76)	(3.832.737,18)	(6.089.945,94)	(2.138.989,96)	(3.517.390,13)	(5.656.380,09)
(=)	**TOTAL RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA**	**71.734.663,67**	**105.107.165,31**	**176.841.828,98**	**73.211.535,21**	**101.155.554,62**	**174.367.089,83**

29 Impacto nas demonstrações financeiras relacionado a Pandemia de Coronavírus (COVID-19)

O surto do novo Coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia a dia das pessoas.

O ano de 2020 foi atípico. Em razão da pandemia a Associação suspendeu as aulas presenciais, tomou medidas legais de redução de jornada de trabalho e de salário, para os colaboradores das áreas administrativas e de serviços, bem como implementou diversas medidas alternativas de mensalidades, como descontos concedidos e parcelamento

Em função das medidas tomadas pela Associação o ano de 2021 teve impacto apoucado nas operações e resultados financeiros.

A Associação monitora continuamente os impactos em decorrência da pandemia e entende que não há necessidade de reconhecimento de perdas ou necessidades de provisionamentos adicionais até o momento.

DIRETORIA

Tania Conceição da Cruz
Diretora - Presidente
C.P.F. 486.488.895-91

CONTADOR

Marcelo Roberto Monello
Contador CRC 1SP 207467/O-2
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE"

Às
Conselheiras e Administradoras da
Associação Santa Marcelina
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Associação Santa Marcelina** ("Entidade"), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Santa Marcelina**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outros Assuntos

As Demonstrações Contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor que emitiu relatório de auditoria, datado de 18 de abril de 2022, com opinião não modificada sobre essas Demonstrações.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

•Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

Alonso, Barretto & Cia. Auditores Independentes

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes
CRC 2SP 013.232/O-3

Nelson Rogério do Nascimento
Contador
CRC 1SP 209.585/O-5

Polícia Federal e Ibama apreendem madeira ilegal no Pará

Quase 500 metros cúbicos (m³) de madeira irregular foram apreendidas pela Polícia Federal (PF) em uma madeireira localizada no município de Senador José Porfírio, no Pará, durante a Operação Ligmum, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para reprimir crimes ambientais relacionados à exploração ilegal desse produto, na região.

Na quarta-feira (26), policiais federais e agentes do Ibama, com base em informações de que algumas madeireiras funcionavam sem observar a legislação ambiental, foram ao local de helicóptero e com equipes em terra, e constataram o crime.

Em uma das madeireiras foram apreendidos 497,46 (m³) de madeira ilegal em depósito, sendo 370,62 (m³) em toras e 126 (m³) de madeira serrada – todas sem licenciamento do Ibama. Ao final das diligências, as toras foram doadas à Secretaria de Estado de Transporte, para utilização na recuperação de pontes. A madeira serrada foi doada à Agência de Defesa Agropecuária do Pará.

A origem da madeira ainda é incerta, mas investigações indicam que pode ter sido extraída ilegalmente da Terra Indígena (TI) Trincheira Bacajá, no sudoeste paraense. (Agencia Brasil)

VOLTSWATTS HOLDING S.A.

CNPJ nº 32.653.365/0001-01

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$ Mil)

Relatório da diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, permanecendo à disposição para prestar esclarecimentos necessários. Recife, 25 de abril de 2023.

Balanços Patrimoniais	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo				
Circulante	**42.736**	**58.290**	**636.311**	**881.694**
Caixa e equivalentes de caixa	2.531	55.722	56.576	115.359
Contas a receber de clientes	-	-	384.297	370.828
Partes relacionadas	28.670	1.964	-	-
Impostos a recuperar	923	-	2.022	380
Contratos futuros de energia	-	-	160.508	381.790
Adiantamentos diversos	170	20	32.857	13.062
Dividendos a receber	10.420	564	-	-
Outros ativos	22	20	51	275
Não Circulante	**261.990**	**180.239**	**347.406**	**143.359**
Contratos futuros de energia	-	-	177.988	88.940
Depósitos judiciais	-	-	2.848	2.838
Tributos diferidos	-	-	4.495	5.619
Investimentos	261.990	180.239	5.832	5.646
Intangível	-	-	5.234	5.136
Imobilizado	-	-	151.009	35.180
Total do ativo	**304.726**	**238.529**	**983.717**	**1.025.053**

Balanços Patrimoniais	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	**13.183**	**8.938**	**523.808**	**709.522**
Fornecedores	8	8	381.515	369.969
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	3.583
Obrigações tributárias	138	-	4.797	6.032
Obrigações trabalhistas	2.132	1.930	6.446	5.014
Contratos futuros de energia	-	-	115.687	317.554
Partes relacionadas	-	2.600	-	100
Adiantamentos de clientes	-	-	3.922	2.390
Resgates de ações preferenciais	-	407	-	407
Dividendos a pagar	10.905	3.993	10.971	3.993
Outros passivos	-	-	470	480
Não Circulante	**1.050**	**-**	**134.369**	**80.404**
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.573
Contratos futuros de energia	-	-	86.837	39.886
Partes relacionadas	1.050	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	47.532	38.945
Patrimônio líquido	**290.493**	**229.591**	**325.540**	**235.127**
Capital social	231.306	231.306	231.306	231.306
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.715)	(1.715)	(1.715)	(1.715)
Reserva de lucros	60.902	-	60.902	-
Participação dos não controladores	-	-	35.047	5.536
Total do passivo e do patrimônio líquido	**304.726**	**238.529**	**983.717**	**1.025.053**

Demonstrações dos Resultados	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	-	-	3.146.040	2.443.330
Custos com compra de energia	-	-	(3.044.871)	(2.362.916)
Resultado do valor justo de contratos de energia	-	-	21.606	(1.744)
Lucro bruto	**-**	**-**	**122.775**	**78.670**
Despesas/receitas operacionais				
Participação nos resultados de controladas e coligadas	76.196	53.104	611	437
Despesas gerais e administrativas	(115)	(27)	(41.734)	(26.459)
Outras receitas operacionais, líquidas	(325)	(606)	3.650	5.399
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**75.756**	**52.471**	**85.302**	**58.047**
Receitas financeiras	5.232	1.031	10.662	3.404
Despesas financeiras	(64)	(5)	(1.420)	(1.423)
(=) Resultado antes do IR e CSLL	**80.924**	**53.497**	**94.544**	**60.028**
IR e Contribuição social	(1.052)	-	(16.373)	(6.562)
Lucro líquido do exercício	**79.872**	**53.497**	**78.171**	**53.466**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			79.872	53.497
Participação dos não controladores			(1.701)	(31)
			78.171	**53.466**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Atribuível aos acionistas da Companhia: Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de dezembro de 2021	**100.008**	**-**	**55**	**1.331**	**18.966**	**-**	**120.360**	**72.911**	**193.271**
Aumento de capital social, oriundo da incorporação de ativos e constituição de reserva de capital	7.292	65.620	-	-	-	-	**72.912**	(72.912)	**-**
Aporte de capital dos não controladores nas subsidiárias	-	-	-	-	-	-	**-**	3.798	**3.798**
Variação na participação relativa nas subsidiárias	-	-	(1.770)	-	-	-	**(1.770)**	1.770	**-**
Resgates de ações preferenciais	-	-	-	-	(4.500)	-	**(4.500)**	-	**(4.500)**
Baixa do ágio na incorporação reversa na investida	-	-	-	-	-	(10.908)	**(10.908)**	-	**(10.908)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.497	53.497	(31)	53.466
Constituição da reserva legal	-	-	-	2.675	-	(2.675)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	8.025	(8.025)	**-**	-	**-**
Lucros à disposição da assembleia geral	-	-	-	-	31.889	(31.889)	**-**	-	**-**
Aumento de capital social, pela integralização de reservas	124.006	(65.620)	-	(4.006)	(54.380)	-	**-**	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**231.306**	**-**	**(1.715)**	**-**	**-**	**-**	**229.591**	**5.536**	**235.127**
Aporte de capital dos não controladores nas subsidiárias	-	-	-	-	-	-	**-**	31.277	**31.277**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.872	**79.872**	(1.701)	**78.171**
Constituição da reserva legal	-	-	-	3.994	-	(3.994)	-	-	**-**
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(18.970)	**(18.970)**	(65)	**(19.035)**
Lucros à disposição da assembleia geral	-	-	-	-	56.908	(56.908)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**231.306**	**-**	**(1.715)**	**3.994**	**56.908**	**-**	**290.493**	**35.047**	**325.540**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e Contribuição social	**80.924**	**53.497**	**94.544**	**60.028**
Participações em sociedades controladas e coligadas	(76.196)	(53.104)	(611)	(437)
Depreciação	-	-	1.574	732
Amortização do intangível	-	-	133	121
Instrumentos financeiros - Contratos futuros	-	-	(21.606)	1.744
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	105	1.173
Lucros ajustados	**4.728**	**393**	**74.139**	**63.361**
Variação no capital circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	(13.470)	(1.483)
Impostos a recuperar	(923)	-	(1.642)	(24)
Adiantamentos diversos	(150)	(20)	(19.795)	1.731
Partes relacionadas	(26.706)	636	(100)	100
Outros ativos	(2)	(20)	214	(61)
Fornecedores	(1)	9	10.470	370
Obrigações trabalhistas	202	1.930	1.432	(2.457)
Obrigações tributárias	(226)	-	(1.002)	(984)
Adiantamentos de clientes	-	-	1.532	(7.855)
Outros passivos	(2.600)	-	(9)	366
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas operações	**(25.678)**	**2.928**	**51.769**	**53.064**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(688)	-	(6.895)	(3.322)
Juros pagos	-	-	(105)	(1.173)
**Caixa líquido

XPCE RE Ministro Gabriel S.A.

CNPJ/MF nº 35.028.035/0001-13

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *Valores em Reais (R$)*

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente	5.543	2.273	70.291	19.710
Impostos a recuperar	69	19	69	19
Estoques imobiliários	-	-	9.604.957	16.241.477
Adiantamento de lucros	-	-	2.030.000	1.565.000
Clientes - Promitentes circulante	-	-	26.897.753	18.933.681
Total ativo circulante	**5.612**	**2.292**	**38.603.069**	**36.759.887**
Não circulante				
Investimentos	16.394.027	15.564.320	-	-
Total ativo não circulante	**16.394.027**	**15.564.320**	**-**	**-**
Total do Ativo	**16.399.639**	**15.566.611**	**38.603.069**	**36.759.887**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo				
Circulante				
Contas a pagar	1.900	1.900	1.961.444	2.784.662
Impostos a recolher	-	-	61.319	20.413
IRPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	55.349	18.655
Total passivo circulante	**1.900**	**1.900**	**2.078.113**	**2.823.730**
Não circulante				
Provisão para impostos diferidos - PnC	-	-	1.703.191	1.242.126
Empréstimos e financiamentos PNC	18.060.166	17.532.169	18.060.166	17.532.169
Total passivo não circulante	**18.060.166**	**17.532.169**	**19.763.357**	**18.774.295**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	100	100	100	100
Reserva de lucros/(Prejuízos acumulados)	(1.662.527)	(1.967.558)	(1.662.527)	(1.967.608)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(1.662.427)**	**(1.967.458)**	**(1.662.427)**	**(1.967.508)**
Participação demais acionistas	-	-	18.424.027	17.129.370
Total do patrimônio líquido XPCE	**(1.662.427)**	**(1.967.458)**	**16.761.600**	**15.161.862**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**16.399.639**	**15.566.611**	**38.603.069**	**36.759.887**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita				
Recebimento de Parcelas	-	-	10.034.362	7.271.065
Receita com evolução de obra	-	-	3.501.670	2.052.297
(-) Impostos sobre receita	-	-	(463.346)	(355.910)
Receita operacional	**-**	**-**	**13.072.687**	**8.967.453**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(6.636.520)	(4.384.518)
Receita líquida	**-**	**-**	**6.436.167**	**4.582.935**
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(23.878)	(24.240)	(375.881)	(352.042)
Despesas tributárias	-	-	(217)	(199)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(150)
Total despesas operacionais	**(23.878)**	**(24.240)**	**(376.098)**	**(352.391)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(23.878)**	**(24.240)**	**6.060.069**	**4.230.544**
Resultado financeiro líquido	451	126	7.176	1.393
Juros incorridos sobre empréstimos	(2.530.997)	(3.724.347)	(2.530.997)	(3.724.347)
Resultado com equivalência patrimonial	2.859.707	1.989.642	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**305.031**	**(1.758.819)**	**3.533.596**	**507.589**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(157.851)	(105.024)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	(211.007)	(171.744)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**305.031**	**(1.758.819)**	**3.164.738**	**230.822**
Resultado atribuido aos demais acionistas	-	-	(2.859.707)	(1.989.641)
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuido XPCE	**305.031**	**(1.758.819)**	**305.031**	**(1.758.819)**

Diretores: Lucas Paravizo Claudino e Luiz Felipe Gurtler Bueno
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

XPCE Paula Ney Participações S/A

CNPJ/MF nº 27.351.608/0001-17

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Valores em Reais (R$)

Balanço Patrimonial

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente	234.355	232.806
Impostos a recuperar	4.190	746
Outros adiantamentos	-	200.000
Total ativo circulante	**238.546**	**433.552**
Total do Ativo	**238.546**	**433.552**

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Circulante		
Impostos a recolher	51	41
Contas a pagar	-	1.850
Total passivo circulante	**51**	**1.891**
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	200	200
Reserva de lucros/ (Prejuízos acumulados)	238.295	431.461
Total do patrimônio líquido	**238.495**	**431.661**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**238.546**	**433.552**

Demonstração do Resultado

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais		
Serviços prestados por terceiros	(9.750)	(24.642)
Despesas tributárias	(819)	(129)
Despesas gerais e administrativas	-	(13.357)
Total despesas operacionais	(10.569)	(38.127)
Prejuízo antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	(10.569)	(38.127)
Resultado financeiro líquido	17.403	2.230
Juros incorridos sobre empréstimos	-	(297.614)
Resultado com equivalência patrimonial	-	(591.478)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**6.834**	**(924.989)**

Diretores:
Lucas Paravizo Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador:
Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

XPCE RE Augusta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 38.350.165/0001-66

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Valores em milhares de Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	-
Outras contas a receber	4	-
Não Circulante		
Investimentos	28.019	9.648
	28.019	**9.648**
Total do Ativo	**28.023**	**9.648**

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Outras contas a pagar	3.648	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	18
	3.648	**18**
Não Circulante		
Empréstimo	29.372	11.938
	29.372	**11.938**
Patrimônio Líquido		
Reservas de lucros/ (Prejuízos acumulados)	(4.997)	(2.308)
	(4.997)	**(2.308)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**28.023**	**9.648**

Demonstrações de Resultados

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(14)	(17)
Despesas tributárias	-	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	1.335	(45)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**1.321**	**(64)**
Despesas financeiras	(4.011)	(2.043)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(4.011)**	**(2.043)**
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	**(2.690)**	**(2.107)**
IRPJ/CSCORRENTE	-	-
Resultado do exercício	**(2.690)**	**(2.107)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(0)**	**(201)**	**(201)**
Resultado do Exercício	-	(2.106)	(2.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(0)**	**(2.307)**	**(2.307)**
Resultado do Exercício	-	(2.690)	(2.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(0)**	**(4.997)**	**(4.997)**

Diretores Lucas Paravizo Claudino
Luiz Felipe Gurtler Bueno
Fábio Roberto Benvindo
Contador - CRC 1SP 255.684/O-3

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

VCI VANGUARD CONFECÇÕES IMPORTADAS S.A.

CNPJ 00.311.557/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Ficamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 28 de abril de 2023. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativos	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	11.161	43.767	11.171	43.777
Contas a receber	147.797	102.131	147.797	102.131
Estoques	69.241	39.081	69.241	39.081
Impostos a recuperar	2.909	5.890	2.909	5.890
Outras contas a receber	2.437	1.642	2.437	1.642
Despesas antecipadas	3.149	2.501	3.149	2.501
Total do ativo circulante	**236.694**	**195.012**	**236.704**	**195.022**
Contas a receber	56	259	56	259
Mútuos com partes relacionadas	80	69	-	-
Impostos a recuperar	-	1.825	-	1.825
Depósitos judiciais	2.296	1.928	2.296	1.928
Impostos diferidos ativos	8.316	6.711	8.316	6.711
Outras contas a receber	195	464	195	464
Total do realizável a longo prazo	**10.943**	**11.256**	**10.863**	**11.187**
Imobilizado	25.736	20.326	25.736	20.326
Intangível	4.296	3.787	4.296	3.787
Ativo de direito de uso	66.692	67.297	66.692	67.297
Total do ativo não circulante	**107.667**	**102.666**	**107.587**	**102.597**
Total do ativo	**344.361**	**297.678**	**344.291**	**297.619**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	36.872	20.550	36.883	20.550
Empréstimos e financiamentos	-	5.470	-	5.470
Obrigações tributárias	7.824	7.315	7.824	7.315
Imposto de renda e contribuição social	3.716	1.176	3.716	1.175
Obrigações sociais e trabalhistas	26.004	19.683	26.004	19.683
Passivo de arrendamento	20.110	19.671	20.110	19.671
Dividendos a pagar	13.648	5.740	13.648	5.740
Outras contas a pagar	3.401	3.136	3.401	3.136
Total do passivo circulante	**111.575**	**82.741**	**111.586**	**82.740**
Empréstimos e financiamentos	-	6.296	-	6.296
Passivo de arrendamento	47.163	46.255	47.163	46.255
Provisão para passivo a descoberto em controladas	81	58	-	-
Outras contas a pagar	373	707	373	707
Provisão para contingências	3.497	3.665	3.497	3.665
Total do passivo não circulante	**51.114**	**56.981**	**51.033**	**56.923**
Patrimônio líquido				
Capital social	18.993	18.993	18.993	18.993
Reservas de capital	68.815	68.815	68.815	68.815
Dividendo adicional proposto	-	8.888	-	8.888
Reservas de lucros	93.864	61.260	93.864	61.260
Total do patrimônio líquido	**181.672**	**157.956**	**181.672**	**157.956**
Total do passivo	**162.689**	**139.722**	**162.619**	**139.663**
Total do passivo e patrimônio líquido	**344.361**	**297.678**	**344.291**	**297.619**

Demonstrações de Resultados - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	404.658	296.713	404.658	296.713
Custo das mercadorias vendidas	(127.030)	(96.926)	(127.030)	(96.926)
Lucro bruto	**277.628**	**199.787**	**277.628**	**199.787**
Despesas com vendas	(131.395)	(103.014)	(131.395)	(103.014)
Despesas gerais e administrativas	(89.684)	(60.639)	(89.707)	(60.639)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(1.527)	4.704	(1.527)	4.704
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**55.022**	**40.838**	**54.999**	**40.838**
Receitas financeiras	4.552	7.400	4.552	7.400
Despesas financeiras	(7.230)	(6.133)	(7.230)	(6.133)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(2.678)**	**1.267**	**(2.678)**	**1.267**
Resultado de equivalência patrimonial	(23)	-	-	-
Lucro antes dos impostos	**52.321**	**42.105**	**52.321**	**42.105**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(14.248)	(6.307)	(14.248)	(6.307)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.605	1.921	1.605	1.921
Lucro líquido do exercício	**39.678**	**37.719**	**39.678**	**37.719**

Demonstrações de Resultados Abrangentes - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	39.678	37.719
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**39.678**	**37.719**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora e Consolidado								
				Reservas de lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Dividendo adicional proposto	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	18.993	68.815	14.588	7.194	3.964	27.382	38.540	-	140.936
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	37.719	37.719
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	17.347	17.347	(17.347)	-
Dividendos adicionais do exercício anterior	-	-	(14.588)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	8.888	(10.247)	-	-	(10.247)	(4.752)	(6.111)
Retenção de lucros	-	-	-	15.620	-	-	15.620	(15.620)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.993	68.815	8.888	12.567	3.964	44.729	61.260	-	157.956
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	39.678	39.678
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	22.029	22.029	(22.029)	-
Dividendos adicionais do exercício anterior	-	-	(8.888)	-	-	-	-	-	(8.888)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(7.074)	(7.074)
Retenção de lucros	-	-	-	10.575	-	-	10.575	(10.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.993	68.815	-	23.142	3.964	66.758	93.864	-	181.672

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	39.678	37.719	39.678	37.719
Ajustes para:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(478)	(387)	(478)	(387)
Provisão para perda nos estoques	2.431	687	2.431	687
Depreciação	4.408	3.725	4.408	3.725
Amortização	1.203	828	1.203	828
Depreciação do ativo de direito de uso	23.336	18.803	23.336	18.803
Resultado de equivalência patrimonial	23	1	-	-
Valor do resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	-	(312)	-	(312)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.138	248	2.138	248
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado, intangível e direito de uso	-	(39)	-	(39)
Provisão para bônus e gratificações	10.744	5.853	10.744	5.853
Provisão (Reversão) para contingências	(152)	1.343	(152)	1.343
Juros sobre empréstimo	455	1.057	455	1.057
Juros sobre arrendamento	3.958	2.222	3.958	2.222
Descontos sobre arrendamento	(408)	(3.590)	(408)	(3.590)
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	(4.218)	1.235	(4.218)	1.235
Imposto de renda e contribuição social	14.248	6.307	14.248	6.307
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.605)	(1.921)	(1.605)	(1.921)
	95.761	73.779	95.738	73.778
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos ativos:				
Contas a receber	(44.985)	(29.519)	(44.985)	(29.519)
Estoques	(32.591)	(643)	(32.591)	(643)
Impostos a recuperar	(4.744)	(4.697)	(4.744)	(4.697)
Outras contas a receber	(526)	(171)	(526)	(171)
Despesas antecipadas	(648)	(2.174)	(648)	(2.174)
Depósitos judiciais	(368)	7.023	(368)	7.023
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	16.322	(813)	16.333	(813)
Obrigações tributárias	509	2.183	509	2.183
Obrigações sociais e trabalhistas	6.321	10.006	6.321	10.006
Provisão para contingências	(16)	(316)	(16)	(316)
Outras contas a pagar	(70)	(356)	(69)	(355)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**34.965**	**54.302**	**34.954**	**54.302**
Juros pagos sobre empréstimos	(455)	(1.057)	(455)	(1.057)
Pagamento de juros – arrendamento	(4.334)	(2.094)	(4.334)	(2.094)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(11.762)	(6.822)	(11.762)	(6.822)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**18.414**	**44.329**	**18.403**	**44.329**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Recebimentos pela venda de ativos	-	55	-	55
Aquisição de ativo imobilizado, pagos	(11.956)	(4.258)	(11.956)	(4.258)
Aquisição de ativo intangível, pagos	(1.712)	(1.602)	(1.712)	(1.602)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	**(13.668)**	**(5.805)**	**(13.668)**	**(5.805)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Liquidação de empréstimos com partes relacionadas	(11)	-	-	-
Pagamento de empréstimos	(11.539)	(8.008)	(11.539)	(8.008)
Pagamento de principal – arrendamento	(17.748)	(14.208)	(17.748)	(14.208)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.054)	(16.827)	(8.054)	(16.827)
Fluxo de caixa usado nas atividades de finciamento	**(37.352)**	**(39.043)**	**(37.341)**	**(39.043)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(32.606)**	**(519)**	**(32.606)**	**(519)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	43.767	44.286	43.777	44.296
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11.161	43.767	11.171	43.777
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(32.606)**	**(519)**	**(32.606)**	**(519)**
Transações não-caixa:				
Adições - IFRS 16	37.462	44.786	37.462	44.786
Total das transações não-caixa	**37.462**	**44.786**	**37.462**	**44.786**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

1. Contexto operacional: A VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. ("Companhia" ou "Aramis") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, Jd. Paulistano, São Paulo, CEP 01443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia opera com o nome fantasia "Aramis" e tem por objetivo principal a comercialização de roupas e acessórios masculinos. A Companhia exerce as suas operações através de *e-commerce*, clientes multimarcas, franquias e lojas próprias. As vendas aos clientes multimarcas são realizadas através de seu centro de distribuição localizado no Espírito Santo que inclusive atende toda a rede da Aramis. As vendas no varejo físico são realizadas através de quarenta lojas próprias, localizadas em pontos estratégicos e próximos a grandes centros consumidores, sendo quatorze lojas em São Paulo, três na Bahia, três no Ceará, três no Distrito Federal, três em Goiânia, três em Minas Gerais, uma na Paraíba, duas no Paraná, quatro em Pernambuco, uma no Rio de Janeiro, duas no Rio Grande do Norte, e uma no Rio Grande do Sul, dentre elas existem nove lojas *outlet* e uma loja virtual. Na rede de franquias, a Companhia possui sessenta e sete lojas. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de abril de 2023. **b. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.1. Consolidação -** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: ***a. Controladas -*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***b. Perda de controle em controladas -*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira -** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros -** A Administração da Companhia reconhece todos ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados, ou seja, na data da negociação ao qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo (exceto o contas a receber que reflete o preço da transação), mais ou menos, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro. A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. **c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) -** Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. **d. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **e. Imobilizado - *i. Reconhecimento e mensuração -*** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. ***ii. Custos subsequentes -*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***iii. Depreciação -*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações relevantes nas vidas úteis e valores residuais dos ativos. **f. Ativos intangíveis - *i. Reconhecimento e mensuração -*** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. ***ii. Gastos subsequentes -*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***iii. Amortização -*** A amortização é calculada baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **g. Demais ativos circulante e não circulante -** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo,quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **h. Provisões -** Uma provisão é reconhecida se em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. **i. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Imposto corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do exercício corrente no país em que a Companhia opera e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita à interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto diferido -*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **j. Receita operacional -** O CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos de Clientes, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, apresentando uma nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. A norma estabelece um modelo que busca evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As receitas de vendas de merc

Bia Figueiredo corre de olho na liderança na Copa Truck

Foto/ Rodrigo Ruiz

Bia *Figueiredo quer repetir pódios em Interlagos*

Destaque na abertura da temporada com dois pódios logo em sua estreia nos caminhões, Bia Figueiredo chega ao Autódromo de Interlagos com o pensamento voltado à disputa pela liderança da categoria Super da Copa Truck. A segunda etapa terá suas corridas no próximo domingo, a partir das 13 horas.

"Em Goiânia foi muito bom, e por ser a estreia, posso considerar que foram resultados excelentes. Espero que em Interlagos seja tão bom quanto. No começo do ano tive minha primeira experiência lá e evoluímos bastante durante os testes", afirmou a piloto do caminhão Mercedes-Benz #111 da ASG Motorsport.

A etapa em São Paulo também exigirá energia extra de Bia Figueiredo. Afinal, a etapa em casa faz com que as atenções na pista também sejam divididas com o interior dos boxes e camarotes.

"Não tem jeito, né? É uma etapa em casa e muito agitada com a presença de patrocinadores e da família em grande número. Mas tudo isso faz parte e é muito legal receber esta energia", avaliou Bia, que terá as marcas do Movimento "A Voz Delas", Consórcio Mercedes-Benz, Monroe, Grupo Tombini e Gisa Weels em seu caminhão.

Bia Figueiredo é a quarta colocada na classificação e está apenas seis pontos do líder Fábio Fogaça. Na etapa de abertura ela foi ao pódio com o terceiro lugar na corrida 1 e o quarto lugar na corrida 2.

Em Berlim, Sérgio Sette teve fim de semana conturbado

O Campeonato Mundial de Fórmula-E, após a passagem inaugural pelo Brasil, chegou no último fim de semana à Alemanha. As disputas da sétima e oitava etapas da competição marcaram a metade do calendário anual e, para o brasileiro Sérgio Sette Câmara, foram de diferentes emoções.

Assim como tem acontecido ao longo do ano a programação teve início na sexta-feira, com o shakedown seguido pelo primeiro treino livre. Na sequência, já na manhã de sábado, os carros voltaram ao traçado do aeroporto de Tempelhof, em Berlim, para a segunda sessão de treinos, a classificação e a primeira corrida.

Com um carro que tem se mostrado em boa curva de evolução ao longo das etapas Sette Câmara conseguiu, na sessão classificatória para a corrida de sábado, evoluir para a fase de duelos em que somente seguem os oito melhores. Essa sequência, por si só, já representaria para o piloto brasileiro a sua melhor posição de largada do ano que, após os duelos, se concretizou como a sétima posição para a largada da corrida da sétima etapa.

Foto/Divulgação

Sérgio *Sette*

Animado Sérgio e a equipe NIO 333 Racing alinharam o carro do piloto brasileiro na quarta fila do grid e partiram para a prova. Em uma largada conservadora, em que buscou fugir das constantes batidas da categoria, Sérgio perdeu uma posição, mas, conseguiu seguir no primeiro pelotão da corrida. Com uma estratégia arrojada para ganhar posições e completar a corrida com o máximo de pontos possíveis o jovem de Belo Horizonte partiu para cima dos adversários. Infelizmente, em uma das ultrapassagens, ele acabou se chocando com o carro de outro concorrente e, na manobra, a asa dianteira do carro ficou presa embaixo do carro fazendo com que Sérgio perdesse várias posições. O carro #3 ainda seguiu na pista e, duas voltas depois, quando a peça já tinha se desprendido do carro, Sette acabou atingido, novamente, por outro concorrente e perdeu a chance de lutar por posições terminando a corrida na 16ª posição.

Irritado pelo ocorrido na prova de sábado Sette chegou disposto a buscar um resultado expressivo na etapa de domingo. Porém, seus planos começaram a se frustrar ainda na tomada de tempos quando, sob chuva, ele teve de estabelecer a sua melhor volta com a pista muito molhada. Diante das constantes mudanças de condição da pista ele acabou se garantindo apenas na 10ª fila do grid para a largada. Na corrida, com um equipamento que não apresentava um bom ritmo, Sérgio procurou se manter no traçado, seguir as orientações do time e concluir a prova na melhor posição possível que, a exemplo do sábado, foi o 15º lugar.

"Naturalmente estou muito frustrado com a conclusão de nosso fim de semana aqui na Alemanha. Consegui minha melhor posição de largada do ano e projetamos a estratégia para uma corrida consistente, onde poderíamos buscar importantes pontos no sábado. Infelizmente, depois de duas batidas, não consegui um bom resultado no sábado. No domingo, por sua vez, tive de entrar na pista no momento da pista mais molhada da sessão e tive de largar de 19º. Saindo lá de trás do grid as chances de uma boa recuperação com o nosso carro são muito pequenas. Fiz o que era possível, mas, realmente foi um fim de semana de corrida para esquecer", analisou o mineiro de 24 anos.

WEC: Negrão corre em Spa com foco nas 24 Horas de Le Mans

Foto/ Paulo Maria DPPI

Negrão: *"Precisamos melhroar bastante o carro"*

O brasileiro André Negrão corre neste final de semana as 6 Horas de Spa-Francorchamps, na Bélgica. O piloto, que tem lutado junto a seu time para extrair desempenho do Oreca 07 da equipe Alpine, trabalha para melhorar a performance do carro antes das 24 Horas de Le Mans, a principal prova do calendário, a ser realizada nos dias 10 e 11 de junho.

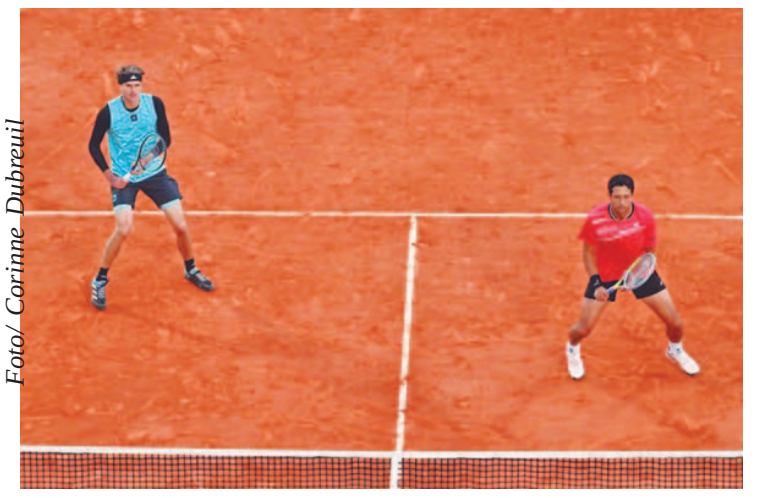
A prova belga valerá como terceira etapa do Campeonato Mundial de Endurance da FIA. O piloto brasileiro compete na categoria LMP2 e tem como companheiros no Alpine #35 o britânico Olli Caldwell e o mexicano Memo Rojas. Spa-Francorchamps possui 7,004 km de extensão, enquanto que o Circuit de la Sarthe – sede histórica da corrida de Le Mans – tem ao todo 13,626 km. Considerado longo, o traçado belga possui uma boa variedade de retas e curvas e, apesar de ter a metade da extensão de Le Mans, é visto como uma oportunidade de testar o carro para a etapa francesa, focando em pontos como autonomia e desgaste de pneus.

"O ponto principal é que temos que melhorar bastante o carro. Mas como todos no grid vamos também utilizar este final de semana como uma preparação, tanto para entendermos melhor nosso conjunto quanto para chegarmos mais rápidos a Le Mans", detalhou Negrão.

Pista especial - A prova deste final de semana é em um local bastante especial. Spa-Francorchamps, com seu traçado fluído e topografia pronunciada, tem um dos layouts mais interessantes do mundo – ou seja, é um dos favoritos dos pilotos. "Spa-Francorchamps é uma pista que todo mundo gosta, seja tanto para assistir uma corrida quanto para guiar um carro", seguiu o brasileiro.

André Negrão possui quatro pódios até hoje em Spa-Francorchamps, dois deles na LMP2, além de uma pole position também na mesma categoria. As 6 Horas de Spa terão transmissão ao vivo, gratuita e em português pelo YouTube oficial do WEC.

Melo e Zverev estreiam com vitória e avançam para as oitavas de final em Madri


Foto/ Corinne Dubreuil

Zverev *e Melo*

Marcelo Melo e Alexander 'Sascha' Zverev estão nas oitavas de final do Masters 1000 de Madri, na Espanha. Nesta quinta-feira (27), o mineiro e o alemão estrearam com vitória diante do espanhol Alejandro Davidovich Fokina e do finlandês Emil Ruusuvuori: 2 sets a 0, com parciais de 7/6 (8-6) e 6/3, em 1h22min.

Os próximos adversários da dupla na capital espanhola serão o indiano Rohan Bopanna e o australiano Matthew Ebden – cabeças de chave 7 – que venceram na primeira rodada, também nesta quinta, o espanhol Roberto Bautista Agut e o britânico Daniel Evans por 2 a 0 - 6/3 e 7/6 (7-4).

"Hoje (quinta) jogamos muito bem. Acho que o fato de estar na altitude ajudou a gente. Conseguimos salvar um set point no primeiro set, depois começamos com muita confiança no segundo, recuperamos um 15/40. Estivemos muito bem do começo ao fim, passando por situações difíceis. E agora é ir com tudo na próxima rodada", afirmou Marcelo, que tem o patrocínio de Centauro e BMG, com apoio de Volvo, Head, Voss e Asics.

Em um primeiro set sem quebras, a definição de qual dupla sairia na frente no jogo foi para o tie-break. Melo e Zverev chegaram a salvar um set point, quando os adversários venciam por 6-5, para depois igualar, virar e fechar em 8-6. A vitória deu confiança ao mineiro e ao alemão, que começaram o segundo set quebrando logo no segundo game, abrindo na sequência 3/0, salvaram break-points, mantiveram a vantagem e marcaram 6/3 para seguir em Madri.

É o quarto torneio que Melo e Zverev disputam juntos nesta temporada e formam parceria pelo segundo ano seguido na capital espanhola. O mineiro joga o Masters 1000 pela 14ª vez, tendo sido campeão na edição de 2017, ao lado do polonês Lukasz Kubot.

Esta é a 17ª temporada seguida de Melo como profissional. No ranking mundial de duplas da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP) divulgado na segunda-feira (24), ocupa a 45ª colocação, com 1.990 pontos. Zverev é o número 16 do mundo em simples, com 2.140 pontos.

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.

CNPJ: 01.554.285/0001-75

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as **Demonstrações Financeiras** bem como as **Notas Explicativas** relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 03 de Abril de 2023. **A Diretoria**.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.983	6.149	Fornecedores	13	5.232	5.897
Aplicações financeiras	7	45.559	65.041	Passivos de arrendamento	14	5.730	4.906
Contas a receber de clientes	8	27.766	33.216	Obrigações trabalhistas	15	9.577	15.988
Estoques	9	6.073	5.843	Provisões diversas	16	8.652	10.314
Impostos a recuperar	10	1.896	7.465	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	2.274
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.488	1.602	Adiantamento de clientes	20	17.753	13.792
Licenças de uso de *software*	12	1.645	1.323	Dividendos a pagar	18	1.945	4.474
Despesas antecipadas		1.884	1.633	Outras obrigações		2.519	1.900
Outros créditos		1.366	2.696	**Total do passivo circulante**		**51.408**	**59.545**
Total do ativo circulante		**91.660**	**124.968**	Passivos de arrendamento	14	17.418	20.685
Impostos diferidos	23	21.913	13.808	Provisão para demandas judiciais	17	673	331
Outros créditos		20	34	**Total do passivo não circulante**		**18.091**	**21.016**
Total do realizável a longo prazo		**21.933**	**13.842**	**Patrimônio líquido**	18		
Imobilizado	11	28.609	33.884	Capital social		63.879	63.879
Intangíveis	12	24.653	29.823	Reserva de lucros		33.477	58.077
Total do ativo não circulante		**75.195**	**77.549**	Total do patrimônio líquido		**97.356**	**121.956**
Total do ativo		**166.855**	**202.517**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**166.855**	**202.517**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida de vendas	20	260.421	297.011
Custo das vendas	21	(111.247)	(124.110)
Lucro bruto		**149.174**	**172.901**
Despesas de Vendas	21	(3.156)	(3.613)
Despesas administrativas e gerais	21	(174.568)	(160.689)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		287	205
Outras receitas operacionais líquidas	21	440	5.947
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(27.823)**	**14.751**
Receitas financeiras	22	8.401	12.437
Despesas financeiras	22	(13.453)	(11.211)
Resultado financeiro líquido		(5.052)	1.226
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(32.875)**	**15.977**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	171	(5.314)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	8.104	(680)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(24.600)**	**9.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(24.600)**	**9.983**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(24.600)**	**9.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18	63.879	6.900	43.565	-	114.344
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.983	9.983
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.371)	(2.371)
Constituição da Reserva Legal		-	499	-	(499)	-
Reserva de lucros		-	-	7.113	(7.113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18	63.879	7.399	50.678	-	121.956
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(24.600)	(24.600)
Destinação do resultado do exercício		-	-	(24.600)	24.600	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		63.879	7.399	26.078	-	97.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(24.600)**	**9.983**
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	21	28.926	28.965
Provisão para créditos com perdas esperadas do contas a receber	8	(287)	(205)
Provisões Diversas		(1.662)	(2.680)
(Constituição) Reversão de demandas judiciais e administrativas	17	342	174
Juros sobre passivos de arrendamento	14	2.551	3.789
Ganho CIDE	21	189	(3.170)
Alienação de direito de uso, ativo imobilizado e intangível	21	36	(3.265)
Baixa de Produtos desenvolvidos internamente		33	-
Imposto de renda e contribuição social		(8.275)	5.994
Variações em:			
- Contas a receber de clientes		5.737	(3.463)
- Estoques		(230)	(241)
- Utilização de créditos de imposto de renda e contribuição social		114	667
- Outros ativos		6.473	2.578
- Fornecedores		(786)	441
- Obrigações trabalhistas		(6.411)	(523)
- Adiantamento de clientes		3.961	1.528
- Outras obrigações		619	(290)
Caixa gerado nas atividades operacionais		**6.730**	**40.282**
Juros pagos	14	(2.547)	(3.515)
Pagamento de imposto sobre o lucro		(2.103)	(3.343)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**2.080**	**33.424**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(3.971)	(31.214)
Resgate de aplicação financeira		23.451	14.005
Aquisição de imobilizado e intangíveis	11 e 12	(16.140)	(15.562)
Fluxo de caixa provenientes das (utilizado nas) atividades de investimento		**3.340**	**(32.771)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de passivos de arrendamento	14	(5.056)	(6.267)
Dividendos pagos	18.b	(2.530)	(8.217)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(7.586)	(14.484)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.166)**	**(13.831)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		**6.149**	**19.980**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**3.983**	**6.149**

Transações que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

Em 2022, a Companhia reconheceu direitos de uso referentes a aluguéis de imóveis e equipamentos de informática no montante de R$ 2.609 (R$ 2.006 em 31 de dezembro de 2021) por meio de contratos de arrendamentos, sendo que o pagamento em caixa desses arrendamentos somaram R$ 202 mil (R$ 233 em 31 de dezembro de 2021).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Certisign Certificadora Digital S.A. ("Companhia") foi constituída em 4 de julho de 1996, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e encontra-se domiciliada na rua Bela Cintra, 904, cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como principal objetivo prover soluções de gerenciamento de identidade com o uso da certificação digital, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e treinamento de sistemas de processamento de dados, licenciamento de programas de computador (*software* personalizado), geração de programas de computador, sob encomenda e a cessão de direitos autorais, além de consultoria na área de informática, registro, comercialização e qualquer outro tipo de intervenção no registro de portais e domínios de *internet*, intermediação de negócios, incluindo representação comercial, hospedagem e guarda de banco dados e servidores, coleta de dados, coleta de dados biométricos, prover informações de identificação, prestação de serviços de validação de identidade pessoal, entre outros. A Companhia está credenciada no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que é uma autarquia federal, que tem por missão manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, sendo esta, a primeira autoridade da cadeia de certificação digital - AC Raiz. Este credenciamento permite que a Companhia opere como autoridade certificadora e autoridade de registro para validar a identidade dos solicitantes e emitir certificados digitais de todos os tipos para as mais diferentes organizações brasileiras, além de disponibilizar produtos para o público em geral.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em reunião de administração da Companhia realizada em 03 de abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa 5. **a. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção das aplicações financeiras designadas pelo valor justo por meio do resultado que são mensuradas pelo valor justo.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 5.i e 20 - reconhecimento da receita: se as receitas de emissão de certificados digitais, portal de assinaturas e certificações biométricas são reconhecidas ao longo do tempo ou em um momento específico do tempo. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no proximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 8 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa nº 14 - arrendamentos a pagar: principais premissas utilizadas para estimar a taxa de empréstimo incremental; e • Nota explicativa nº 16 e 17 - provisão para prestação de serviço de validação presencial e demanda judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **(i) Receita de contrato com o cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. ***Receita com emissão de certificados digitais:*** A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de certificações digitais que envolve um ciclo de negócio desde a validação da identidade dos solicitantes do certificado digital até a emissão do certificado digital. As vendas são realizadas, substancialmente, pelo canal de vendas corporativas - contratos com clientes pessoas jurídicas que adquire volumes de certificados digitais a serem emitidos ao longo do tempo, ou, pelo canal de varejo - vendas por meio eletrônico (*internet*). Os certificados digitais são armazenados em dispositivos (*hardware*) que pode ser um cartão do tipo *smart card*, *token* USB, em um servidor na nuvem ou no próprio computador ou *smartphone*. Assim, os certificados digitais são vendidos individualmente em contratos separados ou agrupados com os *hardwares*. Os *hardwares* possuem especificações rígidas de segurança e precisam ser autorizadas pelo Instituto de Tecnologia da Informação (ITI). No caso do agrupamento do serviço de emissão do certificado digital com o *hardware*, o preço e o reconhecimento da receita é alocado independentemente à contraprestação do total do pacote. As faturas para vendas de certificados digitais pelo canal de varejo são emitidas no momento da emissão do certificado e o pagamento se dá por meio de boletos bancários ou cartão de crédito (à vista ou parcelado). As vendas pelo canal corporativo são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. ***Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:*** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de servidor, todas com carimbo do tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos de face e impressões digitais. Os serviços de assinaturas digitais são vendidos em contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LOGS) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquire quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidos ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando há o consumo de cada unidade de assinatura ou cadastro biométrico conforme definido no contrato com o cliente. O preço de cada unidade de assinatura ou cadastro biométrico é definido com base em um valor unitário e no final do período o total da receita é o resultado da quantidade de assinaturas ou cadastramentos biométricos consumidos multiplicado pelo preço de contrato. ***Receita com venda de cartões, leitoras, dispositivos criptográficos e outros:*** As faturas pelo canal de varejo são emitidas no momento da entrega efetiva do *hardware* e o pagamento se dá por meio de boletos bancários, PIX ou cartão de crédito (à vista ou parcelado). As vendas pelo canal corporativo são faturadas de acordo com a demanda e pagas em 30 dias. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues para os seus clientes, geralmente, no momento da validação da identidade do solicitante. ***Direitos não exercidos de clientes:*** A receita do canal varejo refere-se, substancialmente, às vendas por meio eletrônico (internet) que são recebidas antes da prestação dos serviços de validação e emissão do certificado digital, ou seja, o cliente contrata o certificado digital e paga antecipadamente. Assim, é reconhecido um adiantamento de cliente ("passivo de contrato") no valor do pré-pagamento que representa uma obrigação da Companhia de transferir bens ou serviços ao cliente. A baixa do passivo de contrato e reconhecimento da receita ocorre quando o cliente emite o certificado digital e retira a mídia criptográfica (*hardware*). Normalmente isso ocorre no prazo médio de 10 dias, mas caso o cliente não emita o certificado digital ou não retire o *hardware* em até 30 dias da data de pagamento, a Companhia reconhece a respectiva receita conforme termos e condições determinadas no contrato de venda com o cliente. **(ii) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) rendimentos de aplicações financeiras; (ii) despesa de juros sobre passivo de arrendamentos; (iii) outras receitas e despesas financeiras e; (iv) ganhos/perdas de variação cambial ativa e passiva. As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. No cálculo da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o custo amortizado do passivo. **(iii) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(iv) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(v) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (ano) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(vi) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição. **(vii) Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. **(viii) Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados em 2022 e 2021 são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos e outros ativos	6 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(ix) Ativos intangíveis:** ***Pesquisa e desenvolvimento:*** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, quando aplicável, e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***Licenças de uso de software:*** As licenças para usos de softwares que a Companhia instala em suas máquinas são reconhecidos como intangíveis quando o prazo de utilização é superior a 12 meses, caso contrário a Companhia reconhece as licenças de uso de software como ativo circulante. As licenças são amortizadas durante o tempo de permissão de utilização do software conforme determinado no contrato. ***Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais. A amortização é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas em 2022 e 2021 são as seguintes:

Softwares e licenças de uso de *software*	3 a 5 anos
Produtos desenvolvidos internamente	3 a 8 anos
Outros (Credenciamento ICP - Brasil e Marcas e patentes)	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(x) Capital social:** O capital social está representado por ações ordinárias. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias, caso ocorram, são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme CPC 32. **(xi) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar obrigações; e (iii) que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são mensuradas pelo valor estimado do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. **(xii) Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. ***Classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***: As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento de ativos financeiros:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. ***Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento de passivos financeiros:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(xiii) Redução ao valor recuperável (Impairment):** ***Ativos financeiros:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. - CNPJ: 01.554.285/0001-75

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

14. Passivos de arrendamento: Passivos de arrendamentos financeiros são como segue:

	Passivos de arrendamento (1)	Total 2022	2021
Saldo inicial	25.591	25.591	47.751
Reavaliação do passivo de arrendamento	1.328	1.328	-
Recursos provenientes de arrendamentos	1.281	1.281	2.006
Juros provisionado	2.551	2.551	3.789
Pagamento de passivos de arrendamento	(5.056)	(5.056)	(6.267)
Juros pagos	(2.547)	(2.547)	(3.515)
Baixas	-	-	(18.173)
Saldo final	23.148	23.148	25.591
Curto prazo		**5.730**	**4.906**
Longo prazo		**17.418**	**20.685**

(1) Refere-se a aluguéis de servidores, salas comerciais e equipamentos de informática.

15. Origações trabalhistas

	2022	2021
Provisão para férias e encargos sobre férias	6.069	5.582
Provisão para participação nos lucros e resultados	441	7.741
Salários e benefícios a pagar	643	420
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	1.035	1.008
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	366	191
Imposto de renda retido na fonte sobre obrigações trabalhistas	1.015	999
Outras obrigações trabalhistas	8	47
Total	**9.577**	**15.988**

16. Provisões diversas

	2022	2021
Provisão para prestação de serviço de validação presencial (1)	4.886	5.646
Provisão para prestadores de serviços	2.531	1.923
Provisão prestador de serviço atendimento ao cliente	1.108	1.400
Outras provisões	127	1.345
Total	**8.652**	**10.314**

(1) A Companhia reconhece, no final de cada período, uma provisão para comissões a pagar referente aos serviços de validação de certificados digitais prestados pelas Autoridades de Registros e vendas de *hardwares*.

17. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é ré em ações de natureza cível e trabalhista impetrados por clientes e ex-colaboradores, cuja probabilidade de perda de acordo com seus consultores legais foi avaliada como provável, motivo pelo qual foram reconhecidas contabilmente. Conforme demonstrado a seguir:

	Saldos em 1/01/2022	Provisionado no período	Baixa por pagamento	Reversão	Saldos em 31/12/2022
Cíveis	172	306	-	(53)	425
Trabalhistas	159	89	-	-	248
	331	395	-	(53)	673

	Saldos em 1/01/2021	Provisionado no período	Baixa por pagamento	Reversão	Saldos em 31/12/2021
Cíveis	155	172	-	(155)	172
Trabalhistas	2	363	-	(206)	159
	157	535	-	(361)	331

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 63.879, composto em 4.617.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas, em sua totalidade, para Certisign Holdings Inc. **b. Dividendos**: De acordo com o estatuto da Companhia e Lei das Sociedades por Ações, do lucro líquido apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados se houver e constituição da reserva legal, será calculado e constituído dividendo mínimo obrigatório de 25%. Os valores de reserva legal e dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram determinados como segue:

	2022	2021
Prejuixo líquido (Lucro) do exercício	(24.600)	9.983
(-) Constituição da reserva legal - 5%	-	(499)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	(24.600)	9.484
Ações ordinárias		
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	2.371
Dividendos relativos a anos anteriores constituidos	4.474	10.320
Dividendos relativos a anos anteriores pagos	(2.530)	(8.217)
Total dos dividendos a pagar	**1.945**	**4.474**

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao prejuízo apurado em 2.022, não foi efetuada a destinação da reserva legal. **d. Reserva de retenção de lucros:** O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações para a constituição da reserva legal e constituição da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, é apropriado na conta Reserva de retenção de lucros até que sua destinação definitiva seja aprovada na Assembleia Geral Ordinária. O prejuízo do exercício 2022 foi absorvido pela conta de reserva de lucros.

19. Partes relacionadas: A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas os seus acionistas controladores, outras entidades ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5(R1). Os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

a. Transações com partes relacionadas

	2022	2021
Passivo		
Fornecedores no exterior (nota explicativa nº 13) (1)	923	1.720
Dividendos a pagar (nota explicativa nº 18b)	1.945	4.474
Total do passivo circulante	**2.868**	**6.194**

	2022	2021
Compras de serviços		
Licenças de *software* e despesas com afiliação - Digicert Inc. (1)	(3.574)	(4.015)
Resultado financeiro		
Variação cambial (1)	(204)	(213)
Total do resultado	**(3.778)**	**(4.228)**

(1) Refere-se a débitos por licenças de uso de software devidas à Digicert Inc. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi apropriado o valor de R$ 204 como despesa de variação cambial (R$ 213 como despesa de variação cambial em 2021). **b. Remuneração de pessoal-chave da administração:** Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2022	2021
Remuneração regular	(2.497)	(2.199)
Remuneração variável	(1.901)	(870)
Total da remuneração	**(4.398)**	**(3.069)**

Remuneração regular do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários e a remuneração variável inclui a participação nos lucros e resultados.

20. Receita operacional líquida de vendas

	2022	2021
Receita com a emissão de certificados digitais	228.798	261.099
Receitas com portal de assinaturas e certificações biométricas	32.637	35.792
Receita com vendas de *hardwares*	11.763	15.563
Outras receitas	8.745	9.524
Total da receita bruta	281.943	321.978
Cancelamentos e devolução de vendas	(1.877)	(1.435)
Impostos sobre vendas	(19.645)	(23.532)
Total	**260.421**	**297.011**

Os impostos sobre vendas estão assim representados:

	2022	2021
PIS	(1.984)	(2.494)
COFINS	(9.148)	(11.364)
ICMS	(566)	(769)
ISS	(7.947)	(8.905)
Total dos impostos sobre vendas	(19.645)	(23.532)

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes:

	2022	2021
Adiantamento de clientes	17.753	13.792
	17.753	13.792

Os passivos de contratos referem-se, principalmente, ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes do canal de varejo para emissão de certificados digitais e vendas de cartões, leitoras, dispositivos criptográficos e outros. Para maiores detalhes sobre a política contábil ver nota explicativa 5-i.

21. Custo e despesas por natureza: O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está detalhada como segue:

	2022	2021
Equipamentos para revenda	(3.019)	(2.366)
Licenciamento de *softwares* - partes relacionadas	(3.574)	(4.015)
Prestação de serviço de validação presencial	(92.450)	(104.045)
Pessoal, encargos e benefícios	(81.728)	(78.165)
Serviços prestados por terceiros	(45.583)	(46.517)
Marketing e publicidade	(9.646)	(5.112)
Despesa com demandas judiciais e administrativas	(325)	(191)
Ocupação (energia elétrica, comunicação, condomínio, outros)	(3.196)	(3.428)
Operadoras de cartão de crédito e boleto bancário	(3.273)	(3.252)
Alienação de ativo de direito de uso, imobilizado e intangível	(36)	3.265
Transito em julgado da Ação Rescisória CIDE- Tecnologia (Nota 10)	(189)	3.170
Depreciação e amortização	(28.926)	(28.965)
Outros	(16.586)	(12.844)
	(288.531)	(282.465)

Classificadas como:

	2022	2021
Custo das vendas	(111.247)	(124.110)
Despesas comerciais	(3.156)	(3.613)
Despesas administrativas e gerais	(174.568)	(160.689)
Outras receitas operacionais	440	5.947
	(288.531)	(282.465)

22. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Variações cambiais ativas	7.431	10.264
Rendimentos de aplicações financeiras	475	1.694
Atualizações monetárias	148	456
Outras receitas financeiras	347	23
Total	**8.401**	**12.437**
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(10.313)	(7.037)
Despesas de juros sobre passivo de arrendamento	(2.551)	(3.789)
Outras despesas financeiras	(589)	(385)
Total	**(13.453)**	**(11.211)**
Resultado financeiro líquido	**(5.052)**	**1.226**

23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

a. Reconciliação da despesa de imposto sobre a renda e da contribuição social

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(32.876)	15.977
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	11.178	(5.432)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Brindes, gratificações e patrocínios	112	(458)
Incentivos fiscais	-	184
PLR	(2.480)	225
Outros	(535)	(513)
Despesa com imposto sobre a renda e contribuição social (corrente e diferida)	8.275	(5.994)
Taxa efetiva	(25%)	(38%)

b. Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	2022				2021
Ativo (passivo)	**Base**	**IRPJ 25%**	**CSLL 9%**	**Total**	**Total**
Diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal (1)	44.286	11.072	3.986	15.057	3.588
Arrendamento mercantil (depreciação e despesas com juros)	5.341	1.335	481	1.816	1.548
Serviços faturados mas não prestados	12.518	3.130	1.127	4.256	3.276
Provisões diversas	10.681	2.670	961	3.632	3.620
Provisões para pagamentos de licenças e outros fornecedores em moeda estrangeira	613	153	55	208	516
Participação no resultado de empregados	441	110	40	150	2.672
Vida útil - depreciação	(351)	(88)	(32)	(119)	169
Variação cambial não realizada	(9.474)	(2.369)	(853)	(3.221)	(1.813)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	395	99	36	134	232
Total de tributos diferidos	64.450	16.112	5.801	21.913	13.808
Tributos diferidos - Ativo, líquido				21.913	13.808
Total de tributos diferidos				21.913	13.808

(1) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativo fiscal diferido para o prejuízo fiscal e base negativa do exercício de R$ 15.057 porque apresenta históricos consistentes de geração de lucros tributáveis, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

c. Movimentação líquida dos tributos diferidos

	2022	2021
Saldo inicial	13.808	14.488
Receita (despesa) do resultado:		
Prejuízo fiscal	11.469	(2.371)
Arrendamento mercantil (depreciação e despesas com juros)	268	393
Serviços faturados mas não prestados	980	3.276
Provisões diversas	12	(852)
Provisões para pagamentos de licenças e outros fornecedores em moeda estrangeira	(308)	116
Participação sobre o resultado para empregados	(2.522)	224
Vida útil - depreciação	(288)	(270)
Variação cambial não realizada	(1.408)	(1.126)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(98)	(70)
Saldo final	21.913	13.808
Total reconhecido no resultado do exercício	8.104	(680)

24. Instrumentos financeiros: 24.1. Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco de liquidez. **24.2. Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia possui políticas de tesouraria que define como deve ser feito o gerenciamento de risco pela Companhia. Para monitoramento das atividades e asseguração do cumprimento das políticas: (i) a Companhia analisa o comportamento do mercado de câmbio e delibera sobre as suas exposições; (ii) monitorar os riscos de liquidez; e (iii) de contraparte (crédito). **24.3. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. ***a. Risco de taxa de juros:*** O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas. *Quadro de análise de sensibilidade:* A Companhia possui aplicações financeiras atrelados principalmente ao CDI e, por este motivo, a Administração entende que flutuações nestas taxas de juros podem afetar o resultado financeiro. Com base nas aplicações em fundos de investimento e certificados de depósitos bancários, levantados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição da taxa de Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) de 25% e 50% para os próximos 12 meses. A taxa na data do balanço foi obtida com base na evoluções financeiras do valor econômico de 1,15% ao mês e essa taxa foi anualizada:

		Simulações da taxa CDI				
		Cenários				
	Taxa CDI data do balanço	Saldo Contábil	25%	50%	-25%	-50%
31 de dezembro de 2022						
Aplicações em fundos de investimentos e CDBs	14,30%	3.902	4.599	4.739	4.320	4.181
Impacto no resultado do exercício			139	279	(139)	(279)

b. Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas pela Companhia para aplicações financeiras e de obrigações a pagar em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou a seguinte exposição líquida à variação do dólar norte-americano em ativos e passivos:

	2022 R$	2022 US$	2021 R$	2021 US$
Aplicações em moeda estrangeira e fundos cambiais (Nota 7)	45.559	8.732	50.393	9.031
Fornecedores do exterior (Nota 13)	(923)	(177)	(2.085)	(374)
Exposição cambial líquida	44.636	8.555	48.308	8.657

A taxa na data do balanço, conforme cotações e boletins do Banco Central do Brasil, foi de 5,2177 em 2022 (5,5799 em 2021). ***Quadro de análise de sensibilidade***: Com base nos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/US$) de 25% e 50% para os próximos 12 meses. A taxa na data do balanço foi obtida das cotações e boletins do Banco Central do Brasil:

		Simulações das taxas de câmbio (R$/US$)				
		Cenários				
	Taxa data do balanço	Saldos	25%	50%	-25%	-50%
31 de dezembro de 2022						
Aplicações em moeda estrangeira e fundos cambiais (Nota 7)	5,2177	45.559	56.949	68.339	34.170	22.780
Fornecedores no exterior (Nota 13)	5,2177	(923)	(1.152)	(1.383)	(691)	(461)
Impacto no resultado do exercício			11.160	23.319	(11.158)	(22.318)

24.4. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O risco de crédito para vendas realizadas pelo canal varejo é inexpressivo porque só é possível emitir o Certificado Digital após a confirmação do recebimento da venda. Para as demais vendas, o risco de crédito é administrado por análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos conforme demonstrada na Nota 8. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco, avaliadas por agências independentes de "rating". As instituições financeiras que a Companhia possui aplicações financeiras: Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., estão avaliados pela agência Ficth Ratings do Brasil Ltda. ("Fitch") com o rating nacional de longo prazo de AAA(bra), Banco Santander S/A. está avaliado pela agência Moodys com o rating nacional de longo prazo AAA(br) e o Banco Safra S.A. está avaliado pela agência Moody's com o rating nacional de longo prazo de MQ1(br). **24.5. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	5.232	4.997	235	-	5.232
Passivo de arrendamento	23.148	5.730	5.879	11.539	23.148
	28.380	10.727	6.114	11.539	28.380

24.6. Classificação contábil e valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. As categorias dos instrumentos financeiros são assim apresentadas:

		Valor contábil		Valor justo	
Ativos financeiros	**Classificação**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	VJR	3.983	6.149	3.983	6.149
Aplicações financeiras (Nota 7)	VJR	45.559	65.041	45.559	65.041
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Custo amortizado	27.766	33.216	27.766	33.216
		77.308	104.406	77.308	104.406
Outros passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 13)	Custo amortizado	(5.232)	(5.897)	(5.232)	(5.897)
		(5.232)	(5.897)	(5.232)	(5.897)

Mensuração do valor justo: A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber de clientes e fornecedores são equivalentes a seus valores contábeis devido, principalmente, aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. ***Hierarquia de valor justo:*** A tabela a seguir apresenta a hierarquia do valor justo dos seus instrumentos financeiros e não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2022				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	3.983	-	3.983
Aplicação financeira (Nota 7)	-	45.559	-	45.559
Total do ativo	-	49.542	-	49.542
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	6.149	-	6.149
Aplicação financeira (Nota 7)	-	65.041	-	65.041
Total do ativo	-	71.190	-	71.190

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve transferências entre os referidos níveis para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

25. Transações não envolvendo caixa: Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Adições de imobilizado de arrendamento (NE 11)	2.609	2.006
Reavaliação do passivo de arrendamento (NE 14)	(1.328)	-
Recursos provenientes de arrendamentos (NE 14)	(1.281)	(2.006)
Adições do Imobilizado não liquidadas	121	263
Fornecedores - Adições do imobilizado não liquidadas	(121)	(263)

DIRETORIA — **Diretor Executivo:** Roni de Oliveira Franco — **Diretor Executivo:** Fábio Garbuio — **CONTADOR:** Marcio Carreira - CRC 1SP281609/O-1

"As notas explicativas acima foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. A íntegra das mesmas com o parecer dos auditores encontram-se em poder da administração."

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 8ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 8ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., atual denominação de Gaia Agro Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 8ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 24 de novembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 16 de maio de 2023, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website www.grupogaia.com.br, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios assembleia@grupogaia.com.br, e agentefiduciario@planner.com.br respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 25 de abril de 2023. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**

Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 31ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 02 de julho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 16 de maio de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 25 de abril de 2023. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**

Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

Branco Peres Agro S.A.

CNPJ 43.619.832/0001-01

Assembléia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGOE, que realizar-se-á no dia 26/05/23, às 10:00 h, na sede social, R. da Consolação, 3.741, 9º a., cj. 91, s. 02, Jd. América, SP/SP, a fim de deliberar: **a)** Exame e discussão do Relat. dos Administradores e Demonstr. Financ. do Exer. encerrado em 31/12/22; **b)** Destinação do Result. do Exerc.; **c)** Exame e discussão da atualização Do Artigo 23, seguida da alteração do estatuto social, com alteração do CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO, em decorrência da atualização do referido artigo; **d)** Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os doctos. a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/22. SP, 24/04/23. **Rafael Branco Peres; Karina Branco Peres; Rodrigo Branco Peres; Eduardo Garieri** – Conselho de Administração.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 13ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos

WDL Antunes Holding S.A.

CNPJ/MF nº 20.646.652/0001-05 - NIRE 35.300.467.493

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **WDL Antunes Holding S.A.** ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede social da Companhia, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 9 (nove) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGO"): **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, documentos esses publicados no jornal "O Dia SP", na página 15 da edição impressa de 12 de abril de 2023, e na página 14 da edição eletrônica de 12 de abril de 2023; **(b) ratificar** o pagamento de dividendos aos acionistas, no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante total de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais); **(c) reeleger,** para a Diretoria da Companhia, o Sr. **Washington Dias Janota Antunes,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, RG nº 17.277.719-7 SSP/SP, CPF/MF nº 079.439.838-31, residente e domiciliado na Rua Professor Orlando Vicente D'Angieri, 81, Chácara Malota, Jundiaí (SP), CEP: 13211-540, para o cargo de Diretor da Companhia; e a Sra. **Daniela Dias Janota Antunes Guerini,** brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, RG nº 17.277.720-3 SSP/SP, CPF/MF nº 169.422.978-52, residente e domiciliada na Alameda das Sapucaias, 2065, Condomínio Quinta da Baronesa, Bragança Paulista (SP), CEP: 12918-020, para o cargo de Diretora da Companhia, ambos para um mandato unificado que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; **(d) aprovar** a fixação da remuneração anual global para os membros da Diretoria da Companhia; e **(e) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais:** Para os fins do artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivados na sede social da Companhia: **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** cópia das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais já foram publicadas no jornal "O Dia SP", na página 15 da edição impressa de 12 de abril de 2023, e na página 14 da edição eletrônica de 12 de abril de 2023; e **(iii)** a proposta da Diretoria da Companhia para as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral Ordinária. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Os acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia por procurador que seja advogado ou acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Diretores da Companhia.*

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1093973-22.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 36ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo,Dr(a). Thania Pereira Teixeira De Carvalho Cardin, na forma da Lei, etc. Faz saber a Saburo Takitani de Medeiros, CPF 052.534.507-85, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Anna Carolina de Oliveira Fonseca, para a cobrança do valor de R$ 76.279,17, (Set/2019), originário de empréstimos de dinheiro realizados entre os anos de 2014/2015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de abril de 2023.

TIR Participações Imobiliárias Ltda.

CNPJ/MF nº 20.855.845/0001-76 - NIRE 35.228.602.270

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Pelo presente instrumento, ficam convocados os sócios da **TIR Participações Imobiliárias Ltda.** ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios a realizar-se na sede social, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 01, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 11 (onze) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas aos exercícios sociais encerrados em **(i)** 31 de dezembro de 2022; **(ii)** 31 de dezembro de 2021; **(iii)** 31 de dezembro de 2020; **(iv)** 31 de dezembro de 2019; e **(v)** 31 de dezembro de 2018; **(b) aprovar** o aumento do capital social da Sociedade, atualmente de R$ 13.955.931,00 (treze milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e um reais), para R$ 17.170.932,00 (dezessete milhões, cento e setenta mil, novecentos e trinta e dois reais), um aumento, portanto, de R$ 3.215.001,00 (três milhões, duzentos e quinze mil e um real), mediante a emissão de 3.215.001 (três milhões, duzentas e quinze mil e uma) novas quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, as quais serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional da seguinte forma: **(i)** 3.215.000 (três milhões, duzentas e quinze mil) quotas, no valor nominal total de R$ 3.215.000,00 (três milhões, duzentos e quinze mil reais), serão subscritas e integralizadas pela sócia **WDL Antunes Holding S.A.,** através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) por ela realizados em favor da Sociedade; **(ii)** 1 (uma) quota, no valor nominal total de R$ 1,00 (um real), será subscrita pelo sócio **Lincoln Dias Janota Antunes,** e integralizada em moeda corrente nacional através de aporte feito em seu nome pelos demais sócios, de forma que o presente aumento será realizado de forma proporcional pelos sócios da Sociedade; e **(c) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Sociedade a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais:** Para os fins do Parágrafo Primeiro do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivadas na sede social da Sociedade as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas aos exercícios sociais encerrados em **(i)** 31 de dezembro de 2022; **(ii)** 31 de dezembro de 2021; **(iii)** 31 de dezembro de 2020; **(iv)** 31 de dezembro de 2019; e **(v)** 31 de dezembro de 2018. Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Administradores da Sociedade.*

Citação - Prazo 20 dias - Proc. nº 0127727-55.2008.8.26.0100. A Dra. Ana Lúcia Xavier Goldman, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Drogaria e Perfumaria Rezende Ltda, CNPJ 64.952.922/0001-81 e TW Comércio e Distribuidora Ltda ? ME, CNPJ 00.620.580/0001-10, na pessoa de seus representantes legais, que West Cosméticos Ltda, ajuizou uma Ação Cautelar de Busca e Apreensão c.C. Pedido Liminar, tendo como corrés Wen Wen Comercio Presentes Ltda e outra, objetivando a concessão de liminar de busca e apreensão de todos os produtos de propriedade da autora e uso exclusivo de seus registros, objetos, embalagens, etiquetas, rótulos, contra-rótulos, invólucros, catálogos, papéis, documentos tais como: talonários de notas fiscais de venda; pedidos de compra; listas de clientes compradores; cópias de balanços gerais; livros fiscais, comerciais e etc., além de todo e qualquer outro elemento de que constate, que estejam as requeridas, vendendo, estocando, comercializando os referidos produtos e, que se encontrem nos seus endereços para aplicação das sanções legais em futuro concurso de perícia técnica a ser efetuado no curso processual; que as requeridas se abstenham imediatamente de fabricação, exposição, distribuição e venda, dos referido produtos, que estejam sofrendo a reprodução dos registros da requerente, ou de quaisquer variações de seus elementos característicos, à qualquer título ou pretexto, erradicando-a de todos os seus negócios empresariais, dos seus produtos, papéis, embalagens, rótulos, contra-rótulos, documentos, etiquetas, propagandas, placas e de outros meios de propagação do sinal, para nunca mais divulga-lo ao público, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00; condenando-se as rés ao pagamento de custas honorários e demais cominações. Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, contestem, sob pena de serem consideradas reveis e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 §- IV). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. NADA MAIS. B - 28 e 29

J.E SECURITIZADORA S.A.

Em constituição

Extrato da Ata da Assembleia Geral de Constituição de S.A.

Em 01/03/2023, às 11h, na sede social. **Convocação e Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em 15/03/2023. **Presença de Acionistas:** Estiveram presentes todos os Acionistas, a saber, Sra. **Jussara Namura** e Sr. **Eduardo Namura Di Thomaz**, na qualidade de subscritores do Capital Social da empresa ora constituída. **Mesa:** Presidente: Sra. **Jussara Namura**, Secretário: **Eduardo Namura Di Thomaz**. **Deliberações:** por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições foi deliberado: Aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **J.E Securitizadora S.A.**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. **Boletim de Subscrição das Ações** - Foi aprovada a subscrição do Capital Social, nos seguintes termos: **Ações subscritas:** 400.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas aos subscritores: **Jussara Namura,** com 99% das ações e **Eduardo Namura Di Thomaz,** com 1% das ações. **Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores.** Os acionistas aprovaram a eleição da Sra. **Jussara Namura**, como Diretora-Presidente da Companhia e do Sr. **Eduardo Namura Di Thomaz**, anteriormente qualificado, como Diretor de Relação com Investidores da Companhia, ambos com mandato de 3 anos, iniciando nesta data de 01/03/2023 e estendendo-se até 28/02/2026. Aprovar a remuneração global anual de até R$ 32.000,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia. **Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais** - Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no art. 289 da Lei 6.404/76, serão realizadas no Jornal "O Dia". **Descrição da integralização do capital social** - Foi declarado que o capital social de R$ 400.000,00, sendo o valor de R$ 40.000,00 integralizado neste ato e o valor remanescente a integralizar em 12 meses, em moeda corrente nacional. SP, 01/03/2023. Presidente: Sra. **Jussara Namura**, Secretário: **Eduardo Namura Di Thomaz**. **JUCESP NIRE -** 3530061351-1 em 18/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Metas de inflação estão em linha com as de outros países

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que, mesmo não tendo cumprido por algumas vezes as metas de inflação, o Brasil segue caminho similar ao de outros países, mantendo-se "a maior parte do tempo dentro da banda". O país registrou, segundo ele, "sete estouros em 24 anos".

A meta de inflação tem um centro e uma banda de tolerância. Por exemplo, no ano passado, a meta era 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, ou seja, limite inferior de 2% e superior, de 5%. Entretanto, a meta foi estourada porque a inflação encerrou 2022 em 5,79%. Para este ano, o centro da meta é 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual.

A afirmação de Campos Neto foi feita na quinta-feira (27), em uma sessão de debates no plenário do Senado sobre juros, inflação e crescimento econômico. "Vejo alguns questionamentos, segundo os quais o sistema de metas no Brasil fica muito tempo fora da banda. Não é verdade. Ele ficou grande parte do tempo dentro da banda, com sete estouros em 24 anos", disse o presidente da autoridade monetária.

"Quando a gente olha a situação do Chile, da Colômbia e do Peru, que têm sistemas de metas parecidos, o número de vezes que estourou a banda foi muito parecido com o do Brasil. Alguns outros países, obviamente do mundo desenvolvido, [o número foi] um pouco menor", acrescentou.

De acordo com Campos Neto, o sistema de meta de inflação brasileiro tem "uma meta cadente", que vem "meio caindo", chegando a 3% em 2024, disse ele ao lembrar que a meta é determinada pelo governo, cabendo ao Banco Central executá-la de forma autônoma, em termos operacionais.

Também participaram da sessão de debates os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

O presidente do BC reiterou as defesas que faz do sistema de meta. "Olhando a literatura e estudando os casos, a gente vê que em alguns momentos de fato você teve descolamento do sistema de metas, por diversas razões."

"As mais comuns, por considerarem valer mais a pena trocar um pouco mais de inflação por crescimento. Essa é a razão mais comum do descolamento do sistema de meta", disse. "Tem uma segunda, que acredita que o fiscal não é tão relevante nesse tripé do sistema de metas, e que se pode testar um fiscal um pouquinho mais frouxo. Foi o caso da Inglaterra recentemente, onde, inclusive, o primeiro-ministro caiu após essa tentativa. Houve uma reação rápido de mercado, e então a tentativa teve que ser abortada", acrescentou.

"E tem os casos de emergentes mais conhecidos, como a Argentina e Turquia, que começaram a ter uma troca entre inflação e crescimento, com a visão de que se pode ter inflação mais alta para, depois, crescer. No final das contas, há mais inflação e menos crescimento", complementou. (Agencia Brasil)

LWD Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 45.199.121/0001-42 - NIRE 35.238.549.592

Edital de Convocação Para Reunião de Sócios

Pelo presente instrumento, ficam convocados os sócios da **LWD Participações Ltda.** ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios a realizar-se na sede social, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292, complemento 326 - sala 03, bairro Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 12 (doze) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b) aprovar** o aumento do capital social da Sociedade, atualmente de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), para R$ 1.722.999,00 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais), um aumento, portanto, de R$ 1.689.999,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), mediante a emissão de 1.689.999 (um milhão, seiscentas e oitenta e nove mil, novecentas e noventa e nove) novas quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, as quais serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, da seguinte forma: **(i)** 563.333 (quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor nominal total de R$ 563.333,00 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), serão subscritas e integralizadas pela sócia **Daniela Dias Janota Antunes**, através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) por ela realizados em favor da Sociedade; **(ii)** 563.333 (quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor nominal total de R$ 563.333,00 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), serão subscritas e integralizadas pelo sócio **Lincoln Dias Janota Antunes**, através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizados em seu nome pelos demais sócios em favor da Sociedade; e **(iii)** 563.333 (quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor nominal total de R$ 563.333,00 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), serão subscritas e integralizadas pelo sócio **Washington Dias Janota Antunes**, através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) por ele realizados em favor da Sociedade, de forma que o presente aumento será realizado de forma proporcional pelos sócios da Sociedade; **(c) aprovar** a alteração do Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou por qualquer outro modo alienar ou gravar os bens do ativo fixo imobilizado da Sociedade cujo valor seja superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ou a alienação de participação societária da Sociedade em qualquer outra empresa de que participe como sócia ou acionista, deverão ser aprovados sempre pelos 03 (três) sócios, ou através de procurador com poderes especiais";* e **(d) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Sociedade a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais**: Para os fins do Parágrafo Primeiro do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivadas na sede social da Sociedade as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Administradores da Sociedade.*

Íntegra Medical Consultoria S.A.

CNPJ nº 07.747.906/0001-13

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Controladora 2022	Controladora 2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.329	30
Contas a receber de clientes	9.543	9.291
Impostos a recuperar	502	410
Imposto de renda e contrib. social a recuperar	6.513	4.897
Despesas antecipadas	547	295
Outros ativos circulantes	9.994	13.402
Total ativo circulante	**31.428**	**28.325**
Ativos não circulante		
Depósitos judiciais	22	22
Partes Relacionadas	–	827
Outras contas a receber LP	(42)	–
Imobilizado	2.256	1.036
Intangível	4.316	3.932
Total dos ativos não circulante	**6.552**	**5.817**
Total do ativo	**37.980**	**34.142**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Fornecedores	3.577	1.805
Dividendos a pagar	212	1.389
Arrendamentos a pagar	3.886	2.303
Impostos e taxas	511	361
Imposto de renda e contrib. social a pagar	5.424	4.187
Outras contas a pagar	658	(39)
Total passivo circulante	**14.268**	**10.006**
Não circulante		
Outras contas a pagar LP	4.296	6.626
Total do passivo não circulante	**4.296**	**6.626**
Patrimônio líquido		
Capital social	13.048	13.048
Reserva legal	399	293
Prejuízo acumulados	5.969	4.169
Total do patrimônio líquido	**19.416**	**17.510**
Total do passivo e patrimônio líquido	**37.980**	**34.142**

Demonstrações do Resultado

	Controladora 2022	Controladora 2021
Receitas líquidas de vendas	32.490	28.062
Custo dos produtos vendidos	(14.519)	(12.305)
Lucro bruto	**17.971**	**15.757**
(Despesas) e receitas operacionais		
Despesas Gerais e administrativas	(13.239)	(11.277)
Despesas com vendas e logística	(1.394)	(887)
Outras receitas (despesas)	(17)	(1)
	(14.650)	(12.165)
Resultado antes do resultado financeiro	**3.321**	**3.592**
Receitas financeiras	63	18
Despesas financeiras	(88)	(295)
Resultado financeiro líquido	(25)	(277)
Resultado antes dos impostos	3.296	3.315
Imposto de renda e contrib. social - corrente	(1.178)	(973)
Lucro líquido do exercício	**2.118**	**2.342**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2022	Controladora 2021
Lucro do exercício	2.118	2.342
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	2.118	2.342

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reserva legal	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/12/2021	**13.048**	**176**	**2.500**	**15.724**
Lucro do exercício	–	–	2.352	2.352
Destinação do resultado:				
Reserva Legal	–	117	(117)	–
Dividendos	–	–	(566)	(566)
Saldos em 31/12/2021	**13.048**	**293**	**4.169**	**17.510**
Lucro líquido do exercício	–	–	2.118	2.118
Destinação do resultado:				
Constituição de res. legal	–	106	(106)	–
Dividendos	–	–	(212)	(212)
Saldos em 31/12/2022	**13.048**	**399**	**5.969**	**19.416**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2022	Controladora 2021
Resultado Líquido	2.118	2.342
Ajustes para:		
Imposto de renda	1.178	973
Depreciação e amortização	820	720
Resultado na alienação de imobiliz. e intangível	600	-
	4.716	4.035
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/diminuição dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(252)	(3.246)
Imposto a recuperar	(1.708)	(479)
Depósitos judiciais	–	(55)
Outras contas a receber	3.244	(6.695)
Fornecedores	1.772	696
Salários e provisão para férias	1.583	885
Obrigações tributárias	5.602	104
Outros passivos	(3.022)	(1.033)
	11.935	(5.788)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.393)	-
Fluxo de caixa decorrente das ativ. operacionais	6.542	(5.788)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(1.035)	(1.662)
Aquisição de imobilizado	(1.208)	(867)
Partes relacionadas	–	8.224
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente de atividades de investimento	(2.243)	5.695
Aumento líq. em caixa e equivalentes de caixa	4.299	(93)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30	123
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.329	30
	4.299	(93)

André Augusto Spicciati Pacheco - Diretor de Estratégia e Novos Negócios **Flávio Henrique dos Santos Leal** - Diretor Presidente
Guilherme Fonseca Goulart - Diretor Financeiro / Contador CRC 1SP-217101/O-8

Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A.

Papaiz Diagnósticos Odontológicos por Imagem

CNPJ nº 62.020.367/0001-24

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Balanços patrimoniais (Em reais)

		Companhia 31 de dezembro de		Consolidado 31 de dezembro de	
Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante		**5.478.704**	**6.742.523**	**5.816.529**	**6.742.523**
Caixa e equivalentes de caixa	3	109.975	982.322	111.535	982.322
Clientes	4	5.368.729	4.908.601	5.382.856	4.908.601
Estoques		–	781.600	–	781.600
Outros adiantamentos		–	70.000	322.138	70.000
Não circulante		**17.747.846**	**15.854.429**	**18.465.436**	**15.854.429**
Depósitos judiciais		793.138	420.818	793.138	420.818
Direito de uso (IFRS16/CPC06 (R2))	5	695.041	2.418.667	695.041	2.418.667
Investimentos		1.135.244	–	1.135.244	–
Imobilizado	6	15.124.423	13.014.944	15.842.013	13.014.944
Total do Ativo		**23.226.550**	**22.596.952**	**24.281.965**	**22.596.952**
		31 de dezembro de		**31 de dezembro de**	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante		**3.578.901**	**5.095.918**	**4.040.468**	**5.095.918**
Empréstimos e Financiamentos		159.000	–	286.082	–
Tributos e contribuições a recolher	7	521.457	450.531	575.586	450.531
Obrigações sociais (encargos a recolher)		184.815	182.731	195.666	182.731
Obrigações trabalhistas (salários, férias)		1.111.227	1.431.213	1.196.630	1.431.213
Fornecedores		1.120.202	1.639.659	1.304.304	1.639.659
Dividendos a pagar		50.000	50.000	50.000	50.000
Passivo de arrendamento (IFRS16/CPC06 (R2))	5	432.200	1.341.784	432.200	1.341.784
Não Circulante (exigível a longo prazo)		**1.475.973**	**1.498.504**	**1.899.469**	**1.498.504**
Contas a pagar aquisição de empresas		454.720	–	454.720	–
Demais contas a pagar		1.021.253	348.878	1.444.749	348.878
Passivo de arrendamento (IFRS16/CPC06 (R2))	5	–	1.149.626	–	1.149.626
Total do Passivo		**5.054.874**	**6.594.422**	**5.939.937**	**6.594.422**
Capital social	8.1	10.326.149	9.418.149	11.471.149	9.418.149
Reserva de lucros	8.2	7.845.527	6.584.381	6.870.879	6.584.381
Total Patrimônio Líquido		**18.171.676**	**16.002.530**	**18.342.028**	**16.002.530**
Passivo e Patrimônio Líquido		**23.226.550**	**22.596.952**	**24.281.965**	**22.596.952**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo minimo obrigatório não distribuido	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não Controladores	Total do patrimônio líquido
			Reservas de lucros						
31/12/2021		**9.418.149**	**411.068**	**5.060.288**	**1.113.025**	**–**	**16.002.530**	**–**	**16.002.530**
Aquisição de participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	**(519.132)**	**(519.132)**
Aumento de capital		908.000	–	–	–	–	908.000	1.205.000	2.113.000
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.776.664	1.776.664	(515.518)	1.261.148
Resultado de participação de não controladores		–	–	–	–	(515.518)	(515.518)	–	(515.518)
Proposta de destinação do lucro:		**–**	**63.058**	**898.567**	**299.522**	**(1.261.148)**	**–**	**–**	**–**
Constituição reserva legal	8.3	–	63.058	–	–	(63.058)	–	–	–
Dividendo deliberado inferior ao minimo obrigatório		–	–	–	–	–	–	–	
Retenção de dividendo minimo obrigatório	8.3	–	–	–	299.522	(299.522)	–	–	–
Constituição reserva estatutária	8.3	–	–	898.566	–	(898.567)	–	–	–
31/12/2022		**10.326.149**	**474.126**	**5.958.855**	**1.412.547**	**–**	**18.171.676**	**170.352**	**18.342.028**

Demonstrações do resultado (Em reais)

	Nota	Companhia 2022	Companhia 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida de prestação de serviços	9	29.609.139	27.440.379	30.262.560	27.440.379
Custo de serviços prestados	10	(20.887.469)	(19.707.659)	(21.872.348)	(19.707.659)
Resultado Bruto		**8.721.670**	**7.732.720**	**8.390.212**	**7.732.720**
Despesas gerais e administrativas	11	(5.428.934)	(5.107.166)	(5.543.362)	(5.107.166)
Resultado de equivalência patrimonial		(524.478)	–	–	–
Resultado financeiro líquido	12	(555.659)	(465.723)	(620.366)	(465.723)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		**2.212.599**	**2.159.831**	**2.226.484**	**2.159.831**
Imposto de renda e contribuição social	13	(951.453)	(882.690)	(965.336)	(882.690)
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício		**1.261.146**	**1.277.141**	**1.261.146**	**1.277.141**
Quantidade de ações		10.326.149	8.143.149	10.336.149	8.143.149
Lucro líquido do exercício por ação (R$)		0,12	0,16	0,12	0,16

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) (Em reais)

Fluxo das Atividades Operacionais	Companhia 31 de dezembro de 2022	Companhia 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	**1.785.894**	**1.277.141**	**1.261.146**	**1.277.141**
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)/ lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	2.154.460	1.603.553	2.215.435	1.603.553
Amortização do direito de uso (IFRS16/CPC06 (R2))	1.723.626	1.963.663	1.723.626	1.963.663
Provisão para glosas	106.674	92.978	106.724	92.978
Provisão de imposto de renda e contribuição social	951.453	882.690	965.336	882.690
Provisão para contingências	372.320	290.559	372.320	290.559
Equivalência patrimonial	(524.748)	–	(524.748)	–
Ajuste a valor presente passivo de arrendamento (IFRS16/CPC06 (R2))	200.474	172.114	200.474	172.114
Aluguéis (CPC 06/IFRS 16 (R2))	(2.089.358)	(2.697.715)	(2.089.358)	(2.697.715)
	4.680.795	**3.584.983**	**4.230.955**	**3.584.983**
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Clientes	(460.128)	(471.224)	(456.391)	(471.224)
Estoques	781.600	(705.478)	781.600	(705.478)
Aquisição de outras participações societárias	(1.135.244)	–	(1.135.244)	–
Integralização de capital em controlada	(1.205.000)	–	(1.205.000)	–
Demais contas a receber	70.000	(70.000)	(31.004)	(70.000)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(951.453)	(882.690)	(965.336)	(882.690)
Tributos e contribuições a recolher	70.926	35.843	(8.952)	35.843
Obrigações sociais (encargos a recolher)	2.084	15.127	(18.693)	15.127
Obrigações trabalhistas (salários, férias)	(319.986)	395.254	(316.641)	395.254
Fornecedores	(519.457)	805.349	(387.313)	805.349
Demais contas a pagar	1.127.095	50.000	425.187	50.000
Caixa Gerado em Atividades Operacionais	**2.141.232**	**2.757.164**	**913.168**	**2.757.164**
Fluxo das Atividades de Investimentos				
Aquisições de imobilizado	(4.080.579)	(3.823.695)	(4.192.421)	(3.823.695)
Caixa Aplicado em Atividades de Investimentos	**(4.080.579)**	**(3.823.695)**	**(4.192.421)**	**(3.823.695)**
Fluxo das Atividades de Financiamentos				
Aumento de capital	908.000	1.275.000	2.113.000	1.275.000
Empréstimos e financiamentos com terceiros	159.000	–	280.751	–
Dividendos pagos	–	–	–	–
Caixa Gerado/(Aplicado) em Atividades de Financiamentos	**1.067.000**	**1.275.000**	**2.393.751**	**1.275.000**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(872.347)**	**208.469**	**(885.502)**	**208.469**
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo inicial	982.322	773.853	997.037	773.853
Saldo final	109.975	982.322	111.535	982.322
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(872.347)**	**208.469**	**(885.502)**	**208.469**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

1. Contexto operacional e informações gerais: A Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (Companhia ou Papaiz Associados), com sede na Alameda Santos, nº 2441, 2º andar, conjunto 21, Cerqueira César, São Paulo, Brasil, tem como objeto social a prestação de serviços radiológicos na área de odontologia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria realizada em 12/04/2023. **2. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.1 Elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em cur

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PERKONS S/A

CNPJ N° 82.646.332/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
A Administração da PERKONS S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício que findou em 31 de dezembro de 2022.
Em 2022 a invenção que deu origem à Perkons completou 30 anos de história. A lombada eletrônica revolucionou a mobilidade urbana, incentivando condutores a trafegarem em velocidade compatível com um trânsito mais seguro e democrático e, assim, ajudou a salvar milhares de vidas até os dias atuais.
Depois da lombada eletrônica e ao longo de toda a sua história, a Perkons seguiu focada na missão de oferecer à sociedade soluções de trânsito através de tecnologias inovadoras. Passadas mais de três décadas, portfólio, valores e expertise validam nossa atuação no mercado de ITS, atendendo demandas relativas à segurança viária, fiscalização eletrônica de trânsito, mobilidade urbana e gerenciamento de tráfego.
E seguimos convictos de que inovação é a principal geradora de novos negócios. No período foram investidos R$5,2 milhões em projetos realizados pela área de Desenvolvimento, o que representa 4,7% da receita liquida da companhia. Ainda, 56% das atividades de desenvolvimento foram direcionadas à inovação, o que resultou no lançamento de quatro novos produtos, entre eles o Safeway, primeiro radar portátil do Brasil baseado em tecnologia Doppler.
Outra convicção é de que pessoas são nosso grande diferencial competitivo. Além de outros programas que visam valorizar nossos talentos, em 2022 colocamos em prática o Programa de Performance e Reconhecimento, no qual mérito, promoções e bonificações são debatidos entre todos os gestores, alinhando critérios. Indicando que estamos no caminho certo, fomos pela terceira vez ranqueados entre as melhores empresas para se trabalhar, pela Pesquisa Great Place to Work.
Os anos de história, know-how e aperfeiçoamento são evidenciados em nossos consistentes resultados. A fábrica da Perkons bateu recorde em 2022, quando foram fabricados 1.027 equipamentos , levados da nossa matriz, no Paraná, para operar em todas as regiões do país. Finalizamos o período com 6.110 faixas de trânsito em operação e nosso parque, instalado em 25 Estados da federação e no Distrito Federal, monitorou mais de 5 bilhões e 300 milh ões de veículos, promovendo índice de respeito à velocidade nos trechos fiscalizados de 99,93%. Nosso maior resultado é, sem dúvida, contribuir para a segurança no trânsito e redução dos sinistros. Ainda, demonstrando a força e a competitividade da nossa marca, foram assinados no ano 15 novos contratos , sendo seis com o setor particular e nove com o setor público.
No exterior, desde 2007 atuamos no município de Callao (Peru), onde o Consorcio Tránsito Ciudadano realiza o Programa Preventivo de Seguridad Vial del Callao, em parceria com prefeitura e polícia locais. Desde o início do projeto, milhares de pessoas e instituições participaram de atividades focadas em educação no trânsito.
Acreditamos que a educação é pilar essencial num trânsito seguro, e democratizar conhecimento sempre foi um dos nossos compromissos. Há mais de uma década desenvolvemos e mantemos o CTBDigital, que recebeu 4 milhões acessos em 2022, mantendo sua média histórica. Nele disponibilizamos o conteúdo do Código de Trânsito Brasileiro de maneira integral, acessível e gratuita e, além disso, também produzimos materiais sobre comportamento seguro e segurança viária em sites e redes sociais, atingindo milhares de pessoas diariamente.
Atendendo a uma demanda dos Acionistas e aplicando na companhia as melhores práticas de gestão empresarial, as Demonstrações Contábeis permanecem sendo auditadas pela pela Ernst & Young Auditores Independentes.
O Patrimônio Líquido e o Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de R$ 140.069 e R$ 47.600 equivalente a US$ 26.845 e US$ 9.123 respectivamente.
Agradecemos a confiança e o apoio dos acionistas, a dedicação e o empenho de todos os colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores que, direta ou indiretamente, contribuíram para a gestão deste exercício.
A Administração.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.163	4.027	4.195	4.524
Contas a receber de clientes	10	50.049	47.101	54.582	51.598
Estoques	11	23.239	24.492	23.239	24.492
Impostos a recuperar	12	6.422	4.168	6.471	4.381
Outros créditos	14	10.505	8.510	10.505	8.510
Valores a receber de consórcios		1.857	2.031	1.857	2.031
Total do ativo circulante		96.235	90.329	100.849	95.536
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	10	87.541	87.541	87.541	87.541
Outros créditos	14	11.198	6.823	11.198	6.823
Depósitos Judiciais		1.389	-	1.389	-
Investimentos	15	4.879	5.753	715	1.153
Imobilizado	16	60.550	58.450	60.740	58.483
Intangível	17	6.449	5.469	6.461	5.480
Total do ativo não circulante		172.006	164.036	168.044	159.480
Total do ativo		268.241	254.365	268.893	255.016

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo e patrimonio líquido					
Passivo circulante					
Obrigações com sócios participantes em SCPs	1	4.576	3.059	4.576	3.059
Obrigações tributárias	12	6.405	4.984	6.603	5.092
Imposto de renda e contribuição social	12	1.190	156	1.190	153
Obrigações tributárias parceladas	12	2.673	2.711	2.673	2.711
Fornecedores	18	12.331	11.043	12.599	11.502
Empréstimos e financiamentos	19	28.602	20.062	28.602	20.062
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.381	3.435	3.537	3.514
Arrendamentos		1.077	846	1.077	846
Adiantamento de clientes		2.547	7.192	2.547	7.192
Outras contas a pagar		7.909	8.015	7.939	8.023
Total do passivo circulante		70.691	61.503	71.343	62.154
Passivo não circulante					
Obrigações com sócios participantes em SCPs	1	12.738	4.031	12.738	4.031
Obrigações tributárias parceladas	12	9.871	11.394	9.871	11.394
Obrigações tributarias diferidas	12	1.387	1.444	1.387	1.444
Fornecedores	18	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	33.451	30.065	33.451	30.065
Adiantamento de clientes		-	-	-	-
Arrendamentos		34	1.466	34	1.466
Total do passivo não circulante		57.481	48.400	57.481	48.400
Patrimonio líquido					
Capital social	21(i)	47.600	47.600	47.600	47.600
Reserva de capital	21(ii)	5.793	5.793	5.793	5.793
Ajustes acumuldados de conversão	21(vi)	(1.011)	(893)	(1.011)	(893)
Reservas de lucros	21(iv)	87.687	91.962	87.687	91.962
Total do patrimonio líquido		140.069	144.462	140.069	144.462
Total passivo e patrimonio líquido		268.241	254.365	268.893	255.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reservade capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido da controladora	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**30.044**	**5.793**	**6.008**	**89.640**	**-**	**(746)**	**130.739**	**130.739**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.063	-	5.063	5.063
Aporte de capital		17.556	-	-	-	-	-	17.556	17.556
Ajustes de conversão	21(vi)	-	-	-	-	-	(147)	(147)	(147)
Reserva Legal	21 (iii)	-	-	253	(253)	-	-	-	-
Destinação de lucros para a reserva	21(iv)	-	-	-	5.063	(5.063)	-	-	-
Dividendos distribuídos	21(v)	-	-	-	(8.749)	-	-	(8.749)	(8.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**47.600**	**5.793**	**6.261**	**85.701**	**-**	**(893)**	**144.462**	**144.462**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(1.156)	-	(1.156)	(1.156)
Aporte de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de conversão		-	-	-	-	-	(118)	(118)	(118)
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros para a reserva		-	-	-	(1.156)	1.156	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(3.119)	-	-	(3.119)	(3.119)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**47.600**	**5.793**	**6.261**	**81.426**	**-**	**(1.011)**	**140.069**	**140.069**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31/12/2022 está disponível eletronicamente no endereço https:// www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.

Diretoria

Régis Eidi Nishimoto
CFO

Jonas de Oliveira Dionisio
Contador
CRC:RJ 110739/O-1 T-PR

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita	22	135.817	103.438	140.354	106.698
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(91.342)	(71.557)	(94.580)	(74.647)
Lucro bruto		44.475	31.881	45.774	32.051
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	24	(31.695)	(14.260)	(32.502)	(14.260)
Despesas comerciais	24	(2.879)	(2.706)	(2.879)	(2.706)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	-	(522)	-	(522)
Resultado de equivalência patrimonial	15	472	163	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		10.373	14.556	10.393	14.563
Despesas financeiras	25	(8.427)	(8.200)	(8.451)	(8.207)
Receitas financeiras	25	888	1.205	892	1.205
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.834	7.561	2.834	7.561
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(2.666)	(599)	(2.666)	(599)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(1.324)	(1.899)	(1.324)	(1.899)
Lucro líquido do exercício		(1.156)	5.063	(1.156)	5.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	(1.156)	5.063	(1.156)	5.063
Outros resultados abrangentes	118	147	118	147
Resultado abrangente do exercício	(1.038)	5.210	(1.038)	5.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		(1.156)	5.063	(1.156)	5.063
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	156	156	156	156
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	1.324	1.899	1.324	1.899
Depreciação e amortização	23/24	25.558	16.320	25.558	16.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	-	522	-	522
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	7.171	4.802	7.171	4.802
Variação cambial sobre empréstimos	19	-	(453)	-	(453)
Provisão de juros sobre arrendamentos		-	-	-	-
Provisão para perdas em estoques	11	-	(3.310)	-	(3.310)
Provisão para contingências		-	-	-	-
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	16/17	-	-	-	-
Atualização ativo contingente	10	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	15	(472)	(163)	-	-
		32.581	24.836	33.053	24.999
Variações nos ativos e nos passivos					
Contas a receber	10	(4.099)	(5.069)	(4.134)	8.017
Impostos a recuperar	12	(2.254)	(1.445)	(2.089)	(696)
Estoques	11	1.253	1.319	1.253	1.319
Outros créditos	14	(6.370)	16.616	(6.370)	3.264
Depósitos judiciais		(1.389)	-	(1.389)	-
Fornecedores	18	1.288	(28.225)	1.097	(28.467)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(54)	227	23	251
Obrigações tributárias	12	3.828	(387)	3.918	(568)
Adiantamento de clientes		(4.644)	(1.829)	(4.644)	(1.829)
Outras obrigações		10.000	2.367	10.025	2367
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(7.365)	(3.620)	(7.365)	(3.620)
Pagamento de IRPJ e CSLL		(3.147)	(3.147)	(3.147)	(3.147)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.628	1.643	20.231	1.890
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Participações societárias	15	1.347	(943)	438	(1.089)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	16/17	(28.638)	(19.977)	(28.797)	(19.759)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(27.291)	(20.920)	(28.359)	(20.848)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de Capital		-	17.556	-	17.556
Captações de empréstimos	19	38.946	30.833	38.946	30.833
Liquidação de empréstimos - principal	19	(26.826)	(17.110)	(26.826)	(17.110)
Liquidação de arrendamentos		(1.202)	(864)	(1.202)	(864)
Pagamento de dividendos	21(iv)	(3.119)	(8.749)	(3.119)	(8.749)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		7.799	21.666	7.799	21.666
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		136	2.389	(329)	2.708
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	9	4.027	1.638	4.524	1.816
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	4.163	4.027	4.195	4.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ORION TRANSMISSÃO S/A

CNPJ/MF nº 36.113.075/0001-26

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em Milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial

ATIVO	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	24	14	8.013	11.515
Aplicações financeiras	17.242	10.569	17.242	10.569
Outras contas a receber	2.360	12.360	2.360	12.360
Concessionárias e permissionárias	-	-	7.161	3.611
Adiantamento a fornecedores	-	-	15.411	30.592
Ativo contratual de concessão	-	-	29.923	2.958
Caixa restrito	-	-	1.948	1.619
Despesas antecipadas	-	-	146	1.223
Tributos e contribuições a compensar	236	69	538	238
Almoxarifado operacional	-	-	1.883	1.139
Outros	17	-	394	4.170
	19.879	**23.012**	**85.019**	**79.994**
Não Circulante				
Adiantamento a fornecedores	-	-	2.264	1.628
Ativo contratual de concessão	-	-	529.210	348.074
Caixa restrito	-	-	2.962	2.620
Investimentos	159.531	74.637	-	-
Intangível	-	-	19.114	18.258
Outros	-	-	39	-
	159.531	**74.637**	**553.589**	**370.580**
Total do Ativo	**179.410**	**97.649**	**638.608**	**450.574**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante				
Fornecedores	50	-	5.640	14.264
Empréstimos e debêntures	-	-	19.030	57.993
Tributos e contribuições sociais	190	9	1.676	242
Dividendos mínimos obrigatórios	13	13	13	13
Impostos diferidos	-	-	681	2.650
Impostos e contribuições sociais	-	-	-	266
Encargos setoriais	-	-	306	85
Partes relacionadas	-	-	1.445	18.072
Outros	-	-	9.158	8.489
	253	**22**	**37.949**	**102.074**
Não Circulante				
Empréstimos e debêntures	85.907	-	382.237	198.083
Impostos diferidos	-	-	36.485	21.182
Provisão para contigência	-	-	89	-
	85.907	-	**418.811**	**219.265**
Patrimônio Líquido				
Capital social	102.650	102.650	102.650	102.650
Reserva de lucros	(9.400)	(5.023)	(9.400)	(5.023)
	93.250	**97.627**	**93.250**	**97.627**
Participação de Acionistas não Controladores	**-**	**-**	**88.598**	**31.608**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**179.410**	**97.649**	**638.608**	**450.574**

Demonstração dos Resultados

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida	**-**	**-**	**60.174**	**114.081**
(-) Custo operacional	**-**	**-**	(27.483)	(88.641)
(=) Resultado bruto	**-**	**-**	**32.691**	**25.440**
(-) Despesas administrativas	(1.540)	(369)	(4.080)	(2.967)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(4.771)	(5.312)	-	-
Resultado Operacional	**(6.311)**	**(5.681)**	**28.611**	**22.473**
(+) Receita financeira	2.974	717	4.561	1.082
(-) Despesa financeira	(1.221)	(9)	(37.690)	(28.137)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(4.558)**	**(4.973)**	**(4.518)**	**(4.582)**
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	(329)	(91)	(2.074)	(670)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(709)	(2.789)
Resultado antes da Participação dos Acionistas não Controladores	**(4.887)**	**(5.064)**	**(7.301)**	**(8.041)**
Resutado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(2.414)	2.977
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	**(4.887)**	**(5.064)**	**(4.887)**	**(5.064)**
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:				
Controladores	(4.887)	(5.064)	(4.887)	(5.064)
Não controladores	-	-	(2.414)	2.977
Ações no final do exercício	102.651	102.651	-	-
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - R$	-	(0,0476)	-	-

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro/prejuízo do exercício	**(4.887)**	**(5.064)**	**(4.887)**	**(5.064)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(4.887)**	**(5.064)**	**(4.887)**	**(5.064)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício	(4.887)	(5.064)	(7.301)	(5.064)
Ajuste ao resultado				
Equivalência patrimonial	4.771	5.312	-	-
Juros e variações monetárias	1.160	-	28.040	26.156
Remuneração dos ativos de concessão	-	-	(19.471)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	155	-
Provisão e reversão da provisão para contingências, líquida	-	-	89	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	10.000	(12.360)	10.000	(12.360)
Ativo contratual de concessão	-	-	(188.630)	(351.032)
Concessionárias e permissionárias	-	-	(3.550)	(3.611)
Tributos a recuperar	(167)	(69)	(300)	(238)
Despesas antecipadas	-	-	1.077	(1.223)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	-	-	14.545	(32.220)
Outros	(17)	-	2.993	(5.309)
Fornecedores	50	-	(8.624)	14.264
Obrigações tributárias	181	42	14.347	24.431
Encargos setoriais	-	-	221	85
Partes relacionadas	-	-	(16.627)	18.072
Caixa restrito	-	-	(671)	(4.239)
Outros passivos	-	-	669	8.490
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	13
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**11.091**	**(12.139)**	**(173.038)**	**(323.785)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(51)	-	(51)
Juros pagos	-	-	(24.506)	(19.708)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**11.091**	**(12.190)**	**(197.544)**	**(343.544)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Participações societárias	(89.665)	(79.949)	-	-
Aplicações financeiras	(6.673)	92.149	(6.673)	(10.569)
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(856)	-
Aquisição da Arteon, líquida	510	-	510	13.350
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(95.828)**	**12.200**	**(7.019)**	**2.781**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Capitalização de juros	-	-	8.224	3.024
Aumento de capital	-	-	59.404	102.650
Empréstimos e debêntures captados liquidados do custo de emissão	84.747	-	135.688	288.163
Pagamentos de empréstimos	-	-	(2.255)	(41.559)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**84.747**	**-**	**201.061**	**352.278**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa	**10**	**10**	**(3.502)**	**11.515**
No início do exercício	14	4	11.515	-
No fim do exercício	24	14	8.013	11.515
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**10**	**10**	**(3.502)**	**11.515**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros/prejuízos acumulados: Reserva de lucros/ prejuízos acumulados	Reserva legal	Lucros/prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldo em 23 de Janeiro de 2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	102.650	-	-	-	102.650	-	102.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54	54	-	54
Reserva legal	-	-	3	(3)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(13)	-	-	-
Destinação dos lucros acumulados	-	38	-	(38)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**102.650**	**38**	**3**	**-**	**102.691**	**-**	**102.691**
Transações de capital	-	-	-	-	-	34.585	34.585
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.064)	(5.064)	(2.977)	(8.041)
Reserva legal	-	3	(3)	-	-	-	-
Destinação do prejuízo	-	(5.064)	-	5.064	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**102.650**	**(5.023)**	**-**	**-**	**97.627**	**31.608**	**129.235**
Transações de capital	-	510	-	-	510	59.404	59.914
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.887)	(4.887)	(2.414)	(7.301)
Destinação do prejuízo	-	(4.887)	-	4.887	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**102.650**	**(9.400)**	**-**	**-**	**93.250**	**88.598**	**181.848**

Diretores: Tulio Azevedo Machado e Eduardo G. L. Bittencourt Borges **Contador: Guilherme Lopes da Silva** - CRC 1SP 330253/O-8

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão à disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

XPCE RE Aimbere S/A

CNPJ/MF nº 35.028.011/0001-64

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *Valores em Reais (R$)*

Balanço Patrimonial

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente	5.564	4.545	151.897	12.725
Clientes - Promitentes circulante	-	-	11.697.438	6.663.292
Impostos a recuperar	39	18	36	16
Adiantamento de lucros	-	-	925.000	535.000
Estoques imobiliários	-	-	11.324.316	16.074.131
Total ativo circulante	**5.602**	**4.563**	**24.098.687**	**23.285.164**
Não circulante				
Investimentos	10.440.681	10.239.470	-	-
Total ativo não circulante	**10.440.681**	**10.239.470**	**-**	**-**
Total do Ativo	**10.446.283**	**10.244.033**	**24.098.687**	**23.285.164**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo				
Circulante				
IRPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	22.720	14.912
Impostos a recolher	-	-	21.635	13.981
Contas a pagar	1.850	1.850	1.487.532	1.805.592
Total passivo circulante	**1.850**	**1.850**	**1.531.887**	**1.834.485**
Não circulante				
Provisão para impostos diferidos - PnC	-	-	756.686	434.025
Empréstimos e financiamentos PNC	14.233.357	13.206.078	14.233.357	13.206.078
Total passivo não circulante	**14.233.357**	**13.206.078**	**14.990.043**	**13.640.103**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	100	100	100	100
Reserva de lucros/(Prejuízos acumulados)	(3.789.024)	(2.963.995)	(3.789.024)	(2.963.995)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(3.788.924)**	**(2.963.895)**	**(3.788.924)**	**(2.963.895)**
Participação demais acionistas	-	-	11.365.681	10.774.470
Total do patrimônio líquido XPCE	**(3.788.924)**	**(2.963.895)**	**7.576.757**	**7.810.576**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**10.446.283**	**10.244.033**	**24.098.687**	**23.285.164**

Demonstração do Resultado

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita				
Recebimento de Parcelas	-	-	5.066.816	4.321.655
Receita com evolução de obra	-	-	3.842.767	(330.424)
Recebimento de Unidades Distratadas	-	-	-	39.472
Devolução de Parcelas	-	-	-	(41.555)
(-) Impostos sobre receita	-	-	(312.773)	(171.354)
Receita operacional	**-**	**-**	**8.596.811**	**3.817.794**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(4.749.815)	(1.950.241)
Receita líquida	**-**	**-**	**3.846.996**	**1.867.553**
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(23.827)	(24.240)	(255.514)	(258.170)
Despesas tributárias	-	-	(154)	(112)
Despesas gerais e administrativas	(198)	-	(198)	-
Outras despesas operacionais	-	(166)	(513)	(166)
Total despesas operacionais	**(24.025)**	**(24.406)**	**(256.379)**	**(258.448)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(24.025)**	**(24.406)**	**3.590.617**	**1.609.104**
Resultado financeiro líquido	185	59	(3.110)	(997)
Juros incorridos sobre empréstimos	(2.487.279)	(2.778.980)	(2.487.279)	(2.778.980)
Resultado com equivalência patrimonial	1.686.211	755.593	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(825.029)**	**(2.047.733)**	**1.102.006**	**(1.170.873)**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(93.158)	(76.129)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	(147.666)	(45.137)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**(825.029)**	**(2.047.733)**	**861.182**	**(1.292.140)**
Resultado atribuido aos demais acionistas	-	-	(1.686.211)	(755.593)
Prejuízo líquido do exercicio atribuido XPCE	**(825.029)**	**(2.047.733)**	**(825.029)**	**(2.047.733)**

Diretores: Lucas Paravizo Claudino e Luiz Felipe Gurtler Bueno
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

XPCE Ministro Godoi Participações S/A

CNPJ/MF nº 33.629.286/0001-28

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *Valores em Reais (R$)*

Balanço Patrimonial

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente	5.217	4.829	145.944	44.163
Clientes - Promitentes circulante	-	-	15.415.454	2.401.082
(-) AVP Clientes - Promitentes circulante	-	-	(388.929)	(65.961)
Impostos a recuperar	41	21	232	21
Estoques imobiliários	-	-	843.256	6.518.917
Adiantamento de lucros	-	-	874.020	1.635.737
Outros créditos - Circulante	-	-	1.021.721	368.307
Consórcio Perdizes	-	-	5.439.261	12.367.139
Total ativo circulante	**5.258**	**4.851**	**23.350.960**	**23.269.406**
Não circulante				
Outros créditos - Não circulante	-	-	-	1.664.593
Clientes - Promitentes - não circulante	-	-	-	6.573.810
(-) AVP Clientes - Promitentes não circulante	-	-	-	- 280.364
Investimentos	19.035.480	11.622.710	-	-
Ágio	2.364.444	-	2.364.444	-
Total ativo não circulante	**21.399.924**	**11.622.710**	**2.364.444**	**7.958.040**
Total do Ativo	**21.405.182**	**11.627.561**	**25.715.404**	**31.227.446**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	-	-	98.878	120.354
Distratos a pagar	-	-	75.854	64.337
IRPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	88.401	37.170
IRPJ e CSLL a recolher Circulante - Diferido	-	-	404.814	70.135
Impostos a recolher	-	-	38.633	13.278
Contas a pagar	1.850	1.850	3.089.780	4.471.649
Outras contas a pagar	3.034	3.034	19.284	3.034
Provisão impostos diferidos	-	-	499.462

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

Edital para Cancelamento da Assembleia Geral Ordinária

Ficam comunicados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, que a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizaria no dia 08/05/2023, às 09:00, conforme publicações neste mesmo jornal ocorridas em 19 de abril, 20 de abril e 21/04/2023, na sede da Companhia, situada à Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, n. 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, na Cidade e Estado de São Paulo, resta cancelada. Em tempo, será publicado um novo Edital de Convocação para tratar sobre os seguintes assuntos: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2022. São Paulo/SP, 27/04/2023. **Luis Humberto Diaz Jouanen,** Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool

C.N.P.J. 53.009.825/0001-33 - NIRE 35300141539

Extrato Ata da 29ª Assembleia Geral Extraordinária

Aos 16/03/2023, às 09 horas, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a Presidência da mesa, Sr. Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Diretor Superintendente, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovaram: ***1)*** a elevação do Capital Social para R$ 610.000.000,00, mediante transferência da conta de Lucros Retidos no valor de R$ 130.000.000,00. Ficando desta forma alterado o Capítulo II do Estatuto Social, cujo artigo 5º passará a ter a seguinte redação:- **"Artigo 5º** O Capital Social é de R$ 610.000.000,00 dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, endossáveis à opção do acionista e indivisíveis em relação à sociedade. **§único** As despesas de conversões, desdobramentos ou agrupamentos de ações correrão por conta dos acionistas solicitantes. ***2)*** a distribuição de dividendos da conta de Lucros Retidos no valor de R$ 150.000.000,00, a serem distribuídos de acordo com a disponibilidade de caixa da companhia. ***3)*** deu por encerrada a Assembleia. **Acionistas:** Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, representada pelo seu Diretor Presidente Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, JLV Participações S.A. representada pelo seu Diretor Presidente José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, L.A.M. Holding Ltda., representada pelo seu Sócio Luiz Octavio Junqueira Figueiredo e BPG Holding Ltda, representada pelo seu Sócio Paulo Roberto de Almeida Gouveia. Declaramos estar conforme o original. São Joaquim da Barra/SP., 16/03/2023. **Jucesp** nº 135.330/23-3 em sessão de 05/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RESERVA COLONIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária– 2023

Nos termos do Estatuto Social, ficam os Senhores Associados da **ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS EM RESERVA COLONIAL**, convocados para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, em primeira convocação, no dia 25 de maio de 2023 (quinta-feira), às 19h (dezenove horas), nas dependências da Sede Social da Associação (Casa Sede) localizada à Rodovia Comendador Guilherme Mamprin, s/ nº, Valinhos-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1. Apresentação e votação em relação aos estudos realizados pela comissão de moradores sobre a implantação e implementação de um novo modelo de academia. Se não houver quórum em primeira convocação, instalar-se-á a Assembleia Geral extraordinária em segunda convocação, às 19h30, com qualquer número de associados presentes, de conformidade com o artigo 42 do Estatuto Social. **Lembramos: a) Associado inadimplente não poderá votar. b) Os Associados representados por procurador deverão apresentar procuração contendo poderes específicos e com reconhecimento da autenticidade da assinatura do outorgante**. Valinhos, 26 de abril de 2023. **FERNANDO APARECIDO BONAZZI - DIRETOR PRESIDENTE.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª e 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGT CRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de maio de 2023, às 14h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)**a aprovação, ou não, da alteração do Anexo II ao Termo de Securitização referente às Datas de Pagamento da Remuneração dos CRI, para que passe a viger com alterações a partir do pagamento previsto para o dia 20 de maio de 2023 (inclusive), conforme Anexo I ao presente Edital; **(ii)**tendo em vista os descumprimentos, pela Cedente e pelos Fiadores, das obrigações de recompor: **(a)** a Razão de Garantia do Fluxo Mensal em R$ 206.625,17 (duzentos e seis mil, seiscentos e vinte e cinto reais e dezessete centavos), com data base de abril de 2023, prevista na Cláusula 4.8 do Contrato de Cessão; e **(b)** o Fundo de Reserva em R$ 1.010.449,06 (um milhão, dez mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e seis centavos), com data base de abril de 2023, prevista na Cláusula 5.7.5 do Contrato de Cessão, **a aprovação ou não** da concessão de *waiver* à Cedente e aos Fiadores, com o afastamento da aplicação das Hipóteses de Recompra Total dos Créditos Imobiliários aos referidos descumprimentos ocorridos anteriormente à data da realização da Assembleia; **(iii)**a aprovação, ou não, da: **(a)** alteração da definição de Valor Mínimo do Fundo de Reserva constante da Cláusula 2.8(b) do Contrato de Cessão e dos demais Documentos da Operação, para que passe a corresponder: (a.1) ao valor de R$ 1.608.298,38 (um milhão, e seiscentos e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) entre maio de 2023 (inclusive) e março de 2024 (inclusive); e (a.2) ao valor correspondente às 2 (duas) próximas parcelas de Remuneração e Amortização relativas aos CRI efetivamente integralizados, a partir de abril de 2024 (inclusive); e **(b)** dispensa do cumprimento, pela Cedente e pelos Fiadores, da obrigação de: (b.1) recompor o Fundo de Reserva, nos termos previstos na Cláusula 5.7.5 do Contrato de Cessão; e (b.2) depositar os valores necessários ao cumprimento das obrigações previstas na Ordem de Pagamentos, nos termos previstos na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão, durante período compreendido entre maio de 2023 (inclusive) e março de 2024 (inclusive); **(iv)**a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados à Emissão. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT CRI, os seguintes documentos: a)quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b)quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c)quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d)caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGT CRI. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima, sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI. Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 3514-0000 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 28 de abril de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 31ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.).*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 31ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*)**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titular(es) do(s) CRA", "Emissão" ou "Operação", e "Emissora" respectivamente), e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em segunda convocação, para Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRA ("Assembleia"), **a ser realizada em 05 de maio de 2023 às 10h,** de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, e conforme cláusulas 13.3. e 13.3.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 31ª (trigésima primeira) Emissão, em Série Única, da ISEC Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Hortigil Hortifruti S.A.*" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 09 de março de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): i. Em continuidade à Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 03 de março de 2023 e comunicados divulgados, ratificar a adimplência dos Titulares dos CRA que efetuaram a realização do respectivo aporte até a realização desta Assembleia, para fins de aplicação da Cláusula 13.6.2 do Termo de Securitização; ii. Em razão do valor do fundo de despesas aprovado em Assembleia Geral de Titulares do CRA realizada em 03 de março de 2023 ter superado o valor mínimo e considerando a complexidade envolvida na devolução do excedente, bem como que a Emissora continua a receber valores de aporte por Titulares de CRA para a regularização de sua adimplência, discutir e deliberar o destino do valor excedente a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) do aporte realizado no Fundo de Despesas pelos Titulares dos CRA, entre as opções a seguir: (a) sua devolução proporcional aos Titulares de CRA adimplentes na data desta Assembleia e definição de regras para envio de informações bancárias pelos respectivos Titulares dos CRA à Emissora; ou (b) a retificação do quanto deliberado anteriormente e a manutenção do valor integral no fundo de despesas; iii. Discutir e deliberar sobre o procedimento a ser adotado para controle de adimplência dos Titulares de CRA em relação à obrigação de aporte previamente aprovada, para que qualquer Titular de CRA, até a data da realização de qualquer Assembleia, possa regularizar o respectivo aporte ou, no caso de novos Titulares de CRA, realizar aporte no mesmo valor anteriormente aprovado por quantidade de CRA, devendo tal controle ser mantido e atualizado e apresentado pela Emissora previamente a qualquer Assembleia; iv. A aprovação ou rejeição da prática de atos extraordinários, bem como de eventuais atos que possam gerar sucumbência, que venham a ser apresentados e/ou sugeridos, para proteção dos interesses dos Titulares dos CRA no âmbito da recuperação judicial nº 0803087- 20.2023.8.19.0001, do Grupo Americanas, em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, recursos ou incidentes relacionados ("Recuperação Judicial"); v. A aprovação ou rejeição, com ou sem ressalvas, sobre o plano de recuperação judicial a ser votado nos autos da Recuperação Judicial ("Plano"), a ser disponibilizado previamente para análise dos Titulares dos CRA, inclusive por meio da assinatura de termo de adesão. No caso de aprovação com ressalvas, estas deverão ser apresentadas e discutidas pelos Titulares dos CRA em assembleia; vi. A definição de limites e critérios para aceitação, pelo assessor legal, de eventuais ajustes ao Plano, conforme item "v" acima, que venham a ser implementados durante a assembleia geral de credores a ser realizada no âmbito da Recuperação Judicial, a serem previamente indicados pelo Assessor Legal; vii. A aprovação ou rejeição de eventual pedido de suspensão da assembleia de credores na Recuperação Judicial, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, inclusive por meio da assinatura de termo de adesão; e viii. A aprovação para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação, será com a presença de Titulares de CRA em qualquer número, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As deliberações na Ordem do Dia serão tomadas, conforme cláusula 13.6 do Termo de Securitização Titulares dos CRA que representem no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação presentes, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Titulares dos CRA em Circulação. A Assembleia convocada por meio deste Edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **investidoresvirgo@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br e claims@vortx.com.br** impreterivelmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia com o título: "REPRESENTAÇÃO HORTIFRUTI": **(a)** quando pessoa física, documento de identidade; **(b)** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular do CRA; **(c)** quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Para efeito da constituição de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral serão excluídos os votos dados por Titulares dos CRA em conflito de interesses, que tenham individualizado seus créditos na Recuperação Judicial ou inadimplentes com suas obrigações, conforme cláusula 13.6.2 do Termo de Securitização. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de abril de 2023

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - ***(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)***

Vector Transportes e Tecnologia S.A.

CNPJ: 35.823.683/0001-61

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio líquido, do Fluxo de Caixa e/ou notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo (SP), abril de 2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais

Ativo/Circulante	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.011	1.916
Contas a receber de clientes	2.139	1.305
Estoques	29	–
Impostos a recuperar	858	323
Outras ativos operacionais	12.767	–
Total do ativo circulante	17.805	3.544
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.021	1.764
Aplicações Financeiras Longo Prazo	1.513	–
Imobilizado	1.312	–
Intangível	18.731	18.704
Total do ativo não circulante	27.577	20.468
Total do Ativo	**45.382**	**24.012**
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	**2022**	**2021**
Impostos a recolher	718	677
Outros passivos operacionais	18.642	1.660
Partes Relacionadas	13.544	6.000
Total do passivo circulante	32.904	8.337
Patrimônio Líquido		
Capital social	24.100	19.100
Prejuízos acumulados	(11.623)	(3.425)
Total do patrimônio líquido	12.477	15.675
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**45.382**	**24.012**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receita Operacional Líquida	13.315	5.761
Custo dos Serviços Vendidos	(6.737)	(5.551)
Lucro Bruto	6.578	210
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(19.549)	(5.399)
Despesas Financeiras		
Despesas e Receitas Financeiras	546	
Prejuízo antes do IR e da CS	(12.425)	(5.189)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.227	1.764
Prejuízo do Exercício	**(8.198)**	**(3.425)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Em 31 De Dezembro De 2020	**1**	**–**	**1**
Aumento de capital	19.099	–	19.099
Prejuízo do exercício	–	(3.425)	(3.425)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**19.100**	**(3.425)**	**15.675**
Aumento de capital	5.000	–	5.000
Prejuízo do exercício	–	(8.198)	(8.198)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**24.100**	**(11.623)**	**12.477**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(8.198)	(3.425)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido		
Amortização	1.221	820
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(4.257)	(1.764)
	(11.234)	(4.369)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(834)	(1.305)
Estoques	(29)	–
Impostos a recuperar	(535)	(323)
Outros ativos operacionais	(12.767)	–
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Impostos a recolher	41	677
Outros passivos operacionais	16.983	1.660
Partes Relacionadas	7.544	6.000
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(831)	2.339
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações Financeiras Longo Prazo	(1.513)	
Ativo Imobilizado	(2.004)	
Aquisição de Intangível	(556)	(19.524)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(4.073)	(19.524)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	5.000	19.100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000	19.100
Aumento caixa e equivalentes de caixa	96	1.916
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldos no início do exercício	1.915	1
Saldos no fim do exercício	2.011	1.916
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**96**	**1.915**

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional: A **Vector Transportes e Tecnologia S.A.** (a seguir denominada "Vector" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social: transporte rodoviário de carga própria, municipal, intermunicipal, interestadual e/ou internacional; transportes rodoviários de produtos perigosos, próprios e de terceiros, municipal, intermunicipal, interestadual e/ou internacional; agenciamento de cargas, exceto para transporte marítimo; intermediação de serviços sob demanda, por meio de plataforma tecnológica digital; prestação de serviços de suporte administrativos, tecnológicos e marketing; licenciamento de direito de acesso e uso de programas de computação; prestação de serviços de transportes rodoviário e ferroviário de cargas próprias e de terceiros; operação de transporte multimodal de cargas; acompanhamento de transportes de cargas próprias e de terceiros nos diversos sistemas modais; participação como sócia, acionista ou quotista em sociedade sediada no país ou no exterior e fundos de investimentos; e outras atividades necessárias ao total cumprimento do objeto social da Sociedade. **2. Patrimônio Líquido:** 2a) Capital Social: **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, era representado por 24.100.231 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Seus acionistas são representados por:

2022	Ações Ordinárias	Capital Social	%
Bunge Alimentos S.A.	22.124.216		20.48585%
Target Brasil Ltda.	3.904.273		3.61515%

3. Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras: Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações financeiras da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

A Diretoria

Contador

Danilo Augusto Pereira Benassi - CRC SP 326.064/O-4

Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(Anteriormente Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.) | CNPJ/ME nº 40.997.635/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante		**209**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	3	201	1
Adiantamento a fornecedores		8	-
Ativo não circulante		**106.561**	**-**
Recebíveis	4	106.561	-
Total do ativo		**106.770**	**1**
Passivo			
Passivo circulante		**208**	**-**
Obrigações tributárias		2	-
Outras obrigações	6	206	-
Passivo não circulante		**106.561**	**-**
Debêntures	5.3	106.561	-
Patrimônio líquido		**1**	**1**
Capital social	7.1	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido		**106.770**	**1**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2022
Receita Operacionais	10	6.562
Custo dos serviços prestados	11	(6.564)
Prejuízo bruto		**(2)**
Despesas operacionais		
Despesas Tributárias		(1)
		(1)
Resultado operacional		**(3)**
Receitas financeiras	12	3
Resultado financeiro		**3**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**(2)**
Resultado do exercício		**-**
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos iniciais			
Integralização de capital	7.1	1	1
Saldos em 31/12/2021		**1**	**1**
Saldos em 31/12/2022		**1**	**1**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	2022
Receitas	**6.562**
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo dos serviços prestados	(6.564)
Valor adicionado bruto	(2)
Valor adicionado líquido produzido	(2)
Receitas financeiras	3
Valor adicionado recebido em transferência	3
Valor adicionado total a distribuir	**1**
Impostos Taxas e Contribuições	1
Impostos e contribuições	**1**
Remuneração do Capital de Terceiros	
Outros	
Remuneração do capital próprio	**-**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	
Resultado do exercício	-
Valor total adicionado	**1**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades operacionais	2022
Resultado do exercício	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Juros sobre a carteira de créditos	(6.561)
Juros sobre as debentures	6.561
Prêmio das debêntures	2
Aumento/(redução) no ativo:	
Direitos realizáveis	(100.000)
Adiantamento a fornecedores	(10)
Aumento/(redução) no passivo:	
Obrigações tributárias	2
Outras obrigações	206
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operac.	**(99.800)**
Das atividades de financiamento	
Debentures	100.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financ.	**100.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**200**
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	1
No final do exercício	201
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**200**

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábe

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

XPCE RE Alto da Boa Vista Participações S.A

CNPJ/MF nº 38.419.741/0001-84

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	Obrigações tributárias	1	-
Outras contas a receber	11.236	-	Outras contas a pagar	3.936	-
	11.240	**-**		**3.937**	**-**
Não Circulante			**Não Circulante**		
Outras contas a receber	-	35	Empréstimo	20.536	10.190
Investimentos	9.099	9.009		**20.536**	**10.190**
	9.099	**9.044**	**Patrimônio Líquido**		
			Reservas de lucros/ (Prejuízos acumulados)	(4.134)	(1.146)
				(4.134)	**(1.146)**
Total do Ativo	**20.339**	**9.044**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**20.339**	**9.044**

Demonstração do Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(19)	-
Resultado de equivalência patrimonial	55	(56)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**36**	**(56)**
Despesas financeiras	(3.024)	(1.091)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(3.024)**	**(1.091)**
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	**(2.988)**	**(1.147)**
Resultado do exercício	**(2.988)**	**(1.146)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	CS Capital Social	RES-2020 Lucros/ Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Resultado do Exercício	-	1.146	1.146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	**1.146**	**1.146**
Resultado do Exercício	-	2.988	2.988
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	**4.134**	**4.134**

Diretores **Lucas Paravizo Claudino**
Luiz Felipe Gurtler Bueno
Fábio Roberto Benvindo - Contador - CRC 1SP 255.684/O-3

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

XPCE Mena Barreto Participações S.A.

CNPJ: 27.352.264/0001-60

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *Valores expressos em Reais (R$)*

Balanço Patrimonial

ATIVO	dez-2022	dez-2021	Passivo e patrimônio líquido	dez-2022	dez-2021
Circulante	**131.815**	**79.348**	**Circulante**	**63**	**38**
Caixa e equivalentes de caixa	75.319	78.739	Obrigações tributárias	63	38
Outros ativos	55.068	-			
Tributos a recuperar	1.428	610	**Não circulante**	**32.684.751**	**-**
Não circulante	**30.554.692**	**-**	Empréstimos	32.684.751	-
Investimentos	30.554.692	-	**Patrimônio líquido**	**(1.998.307)**	**79.310**
Total do Ativo	**30.686.507**	**79.348**	Capital social	200	200
			Prejuízos acumulados / reserva de lucro	(1.998.507)	79.110
			Total do passivo e patrimônio líquido	**30.686.507**	**79.348**

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	dez-2022	dez-2021
Lucro / prejuízo do exercício	**(2.077.618)**	**(5.916)**
Resultado abrangente total do exercício	**(2.077.618)**	**(5.916)**

Demonstração dos Resultados

	dez-2022	dez-2021		dez-2022	dez-2021
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Resultado financeiro	(3.654.795)	1.992
(-) Despesas administrativas	(5.774)	(7.215)	**(=) Resultado antes das provisões tributárias**	**(2.077.618)**	**(5.916)**
(-) Despesas tributárias	(292)	(660)	(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	1.583.688	-	**(=) Lucro líquido do exercício**	**(2.077.618)**	**(5.916)**
(+/-) Outras receitas e despesas	(445)	(33)			
	1.577.177	**(7.908)**			

Demonstração da Movimentações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados/ reserva de lucro	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**200**	**185.027**	**185.227**
Resultado do exercício	-	(5.916)	(5.916)
Distribuição de Lucro	-	(100.000)	(100.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**200**	**79.111**	**79.311**
Resultado do exercício	-	(2.077.618)	(2.077.618)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**200**	**(1.998.507)**	**(1.998.307)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	dez-22	dez-21
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**(2.077.618)**	**(5.916)**
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Outros Ativos	(55.068)	-
Tributos a recuperar	(818)	(466)
Fornecedores	-	(1.491)
Obrigações tributárias	25	(142)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(2.133.479)**	**(8.015)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Participações societárias	(30.554.692)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(30.554.692)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos	32.684.751	-
Dividendos Pagos	-	(100.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**32.684.751**	**(100.000)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3.420)**	**(108.015)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No fim do exercício	75.319	78.739
No início do exercício	78.739	186.754
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3.420)**	**(108.015)**

Diretores: Lucas Paravizo Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz **Contador: Guilherme Lopes da Silva -** CRC 1SP 330253/O-8

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Dólar volta a cair para abaixo de R$ 5 após dados econômicos

Num dia de alívio no mercado financeiro, o dólar teve forte recuo e voltou a fechar abaixo de R$ 5 pela primeira vez em nove dias. A bolsa de valores subiu e interrompeu uma sequência de três dias de baixa.

O dólar comercial encerrou a quinta-feira (27) vendido a R$ 4,98, com queda de R$ 0,077 (-1,52%). A cotação iniciou o dia estável, mas passou a cair após a divulgação de dados econômicos nos Estados Unidos. À tarde, a moeda caiu ainda mais com o aumento da criação de empregos no Brasil em março.

A divisa está no menor valor desde o último dia 18, quando tinha fechado em R$ 4,97. Com o desempenho de hoje, a moeda norte-americana acumula queda de 1,76% em abril. Em 2023, o dólar cai 5,68%.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação parcial de quedas recentes. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 102.923 pontos, com alta de 0,6%. Até o início da tarde, o indicador alternava altas e baixas, mas consolidou os ganhos perto do fim das negociações.

O mercado financeiro foi influenciado por fatores internos e externos. Nos Estados Unidos, a divulgação de que a maior economia do planeta cresceu 1,1% no primeiro trimestre animou os investidores, desacelerando em relação ao crescimento de 2,6% no último trimestre de 2022.

Os dados diminuem a pressão para que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) eleve as taxas básicas para além do 0,25 ponto percentual previsto para a próxima reunião, semana que vem. Um reajuste dentro do previsto diminui as pressões sobre o dólar e a bolsa no mercado financeiro global.

No Brasil, a divulgação de que o país criou 195,2 mil postos de trabalho formal em março foi bem recebida pelos investidores. No mês passado, o país quase dobrou a criação de vagas em relação a março do ano passado, o que trouxe otimismo ao mercado financeiro durante a tarde. (Agencia Brasil)

Jornal ODIASP

Ministro diz esperar que CPI do MST não vire "palanque político"

Um dia após a leitura do requerimento para criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai apurar atos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse na quinta-feira (27) que a criação da CPI é "prerrogativa do Congresso Nacional" e espera que não se transforme em "palanque político".

Antes de se reunir com ex-ministros da pasta, Fávaro ressaltou que a eleição terminou e que a CPI não deve ser "palanque político". Segundo o ministro, a prioridade é fortalecer a agropecuária e produção de alimentos.

"O Congresso Nacional tem a prerrogativa de, quando achar que tem algo em desconformidade na sociedade, instalar uma CPI. O que tenho a dizer, e gostaria muito, é que essa CPI não se transformasse em palanque político. A eleição passou, e temos que pensar no futuro e fortalecer a agropecuária. Concordo plenamente que não é momento de invasão de terra produtiva, nunca é momento de invasão de terra produtiva", afirmou.

Fávaro defendeu ainda que o Estado apoie a reforma agrária, porém dentro da lei.

"É papel do Estado ajudar a ter reforma agrária, mas dentro da lei. Invasão de terra produtiva não é concebível. Não vai surtir efeito, terra invadida não é para servir para reforma agrária", acrescentou.

Na quarta-feira (26), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) leu os atos de criação de três comissões parlamentares de inquérito, entre elas a que vai investigar "a atuação do MST, do seu real propósito, assim como dos seus financiadores".

A CPI do MST terá 27 titulares, que serão indicados pelos líderes partidários. Após as indicações, Lira determinará a instalação dos colegiados. A comissão tem prazo de 120 dias.

O poder de investigação da CPI é igual ao de uma autoridade policial. Por isso, pode convocar autoridades, solicitar documentos e quebrar sigilos. (Agencia Brasil)

Consumo nos lares cresce 1,98 % no primeiro trimestre

O consumo nos lares brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), encerrou o primeiro trimestre com alta de 1,98%. Na comparação de março ante fevereiro, houve aumento 7,29%. Na comparação de março de 2023 com o mesmo mês de 2022, a alta foi de 4,58%.

O resultado contempla os formatos de loja atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o vice-presidente da Abras, o primeiro trimestre do ano trouxe algum alívio para os consumidores, com menor pressão da inflação nos alimentos, diferente do que ocorreu no mesmo período do ano passado. "Naquele período houve escalada nos preços dos preços das principais commodities no mercado internacional com a invasão da Ucrânia pela Rússia. O aumento nos custos dos insumos para produção de alimentos e proteína animal, nos preços dos combustíveis e no frete acabaram refletindo nas gôndolas dos supermercados de forma intensa naquele período", disse.

Outro fator que interferiu no consumo em março foi a compra de produtos para a Páscoa, comemorada em 9 de abril, e o adicional de R$ 150,00 por crianças de até seis anos para 8 milhões de famílias inscritas nos programas de transferência de renda do governo federal.

Também influenciaram no aumento o reajuste do salário-mínimo (+7,42%) para mais de 60 milhões de pessoas; a manutenção do pagamento de R$ 600 do Bolsa Família; o Auxílio Gás, no valor de 100% da média nacional do botijão de gás de cozinha de 13 quilos, pago em fevereiro; o resgate do Pis/Pasep (de fevereiro a dezembro); o pagamento dos lotes residuais de Imposto de Renda para contribuintes que caíram na malha fina ou entregaram a declaração em atraso e reajustes das bolsas da educação.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) registrou queda de 0,94% no primeiro trimestre. Em março houve queda de 0,62%, fazendo com que o preço na média nacional passasse de R$ 752,04, em fevereiro, para R$ 747,35 em março.

No trimestre, os recuos são mais expressivos para cebola (-36,75%) batata (-11,99%), tomate (-10,07%), óleo de soja (-6,60%), e carnes bovinas – cortes do traseiro (-3,74%) e do dianteiro (-2,91%), frango congelado (-2,47%), café torrado e moído (-2,15%).

Entre as altas aparecem o feijão (7,29%), arroz (6,05%), ovo (10,33%), farinha de mandioca (7,64%) e leite longa vida (4,40%).

Na cesta de higiene e beleza tiveram alta, sabonete (3,07%), creme dental (2,5%), papel higiênico (2,39%), xampu (1,42%).

Na cesta de limpeza, as maiores altas foram puxadas por sabão em pó (+2,48%), detergente líquido para louças (+1,52%), desinfetante (+1,18%) e água sanitária (+0,87%)

A maior retração foi registrada na Região Sudeste (-0,84%). Nas demais regiões, as variações no preço da cesta em março na comparação com fevereiro foram Centro Oeste (-0,73%), Norte (-0,45%), Nordeste (-0,25%) e Sul (-0,19%). (Agencia Brasil)

MPD Engenharia Ltda.

CNPJ nº 50.765.288/0001-63

Demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

	2022	2021		2022	2021
Ativo/Circulante	**239.816**	**230.233**	**Passivo/Circulante**	**74.802**	**85.057**
Caixa e equivalentes de caixa	87.284	80.647	Fornecedores	20.790	19.944
Contas a receber	73.778	48.766	Empréstimos e financiamentos	6.827	–
Partes relacionadas	43.882	49.395	Obrigações trabalhistas	13.865	13.813
Operações de construção a receber	20.613	35.782	Obrigações tributárias	7.780	7.971
Adiantamentos a fornecedores	3.607	7.210	Tributos diferidos	529	81
Tributos a recuperar	6.823	6.676	Operações de construção a pagar	2.545	21.512
Despesas comerciais a apropriar	206	–	Adiantamento de clientes	19.663	17.747
Outros créditos	3.623	1.757	Partes relacionadas	1.278	–
Não circulante	**80.026**	**79.059**	Contas a pagar	1.525	3.989
Realizável a longo prazo	69.552	69.588	**Não Circulante**	**53.347**	**34.412**
Partes relacionadas	29.148	29.148	Empréstimos e financiamentos	13.766	–
Tributos diferidos	39.788	39.824	Partes relacionadas	–	73
Depósitos judiciais	616	616	Provisão para garantia	20.316	18.325
Investimentos	31	1.934	Provisão para demandas judiciais	18.084	16.014
Imobilizado	4.349	3.532	Demais contas a pagar	1.181	–
Intangível	6.094	4.005	**Total do passivo**	**128.149**	**119.469**
Total do ativo	**319.842**	**309.292**	**Patrimônio líquido**	**191.693**	**189.823**
			Capital social	95.000	100.000
			Reserva de Lucros	96.693	89.823
			Patrimônio líquido do controlador	191.693	189.823
			Total do passivo e patrimônio líquido	**319.842**	**309.292**

Demonstrações dos Resultados

	2022	2021
Receita líquida	377.806	312.632
Custo incorrido nas unidades vendidas e nos serviços prestados	(332.976)	(288.337)
Lucro bruto	44.830	24.295
Receitas e despesas operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	(34.003)	(42.261)
Despesas comerciais	(3.765)	(2.929)
Despesas tributárias	(1.148)	(485)
Resultado da equivalência patrimonial	1.088	56.698
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.914)	(5.645)
	(41.742)	5.378
Lucro antes do resultado financeiro	3.088	29.673
Despesas Financeiras	(814)	(861)
Receita Financeira	9.693	2.490
	8.879	1.629
Lucro antes dos tributos s/ o lucros	11.967	31.302
Tributos s/ o lucros	(3.097)	13.041
Lucro líquido do exercício	8.870	44.343

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Atribuível aos quotistas da controladora		
	Capital social	Lucros acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2020	**100.000**	**221.998**	**321.998**
Lucro líquido do exercício	–	44.343	44.343
Lucros distribuídos	–	(176.518)	(176.518)
Em 31 de Dezembro de 2021	**100.000**	**89.823**	**189.823**
Cisão	(5.000)	–	(5.000)
Lucro líquido do exercício	–	8.870	8.870
Lucros distribuídos	–	(2.000)	(2.000)
Em 31 de Dezembro de 2022	**95.000**	**96.693**	**191.693**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais:	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.967	31.302
Ajustes para reconciliar o lucro líquido :		
Depreciação e amortização	2.253	1.543
Despesas comerciais a apropriar	(206)	–
Resultado da equivalência patrimonial	(1.088)	(56.698)
Provisão para demandas judiciais	2.070	3.671
Provisão para garantias	1.991	(408)
Efeito não caixa Cisão	51.186	–
Imposto e contribuições diferidos	448	(1.608)
	68.621	(22.198)
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(25.012)	(15.310)
Impostos e contribuições a recuperar	(167)	(2.172)
Outros créditos	(1.866)	8.144
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	(3.798)	(3.814)
Adiantamento a fornecedores	3.603	(2.441)
Fornecedores	846	6.619
Obrigações trabalhistas	52	2.404
Obrigações tributárias	(191)	4.296
Adiantamentos de clientes	1.916	(12.918)
Contas a pagar	(1.282)	(381)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	42.722	(37.771)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.041)	(2.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	39.681	(39.771)
Das atividades de investimento:		
No ativo imobilizado e intangível	(5.159)	(3.206)
Aportes e redução de capital, líquidos	(5.759)	66.523
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(10.918)	63.317
Das atividades de financiamento:		
Ingressos de financiamentos, líquido dos pagamentos	20.593	(15.012)
Partes relacionadas	(42.719)	(2.259)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(22.126)	(17.271)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.637	6.275
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	80.647	74.372
No final do exercício	87.284	80.647
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**6.637**	**6.275**

Administração
Milton Correa Meyer Filho

Contador
Marcelio Oliveira Pericinoto - CRC nº 1SP224311/O-5

As Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Relatório do Auditor Independente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornalodiasp.com.br e no site da empresa https://ri.mpd.com.br/pt-br/

TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG

C.N.P.J. 05.535.627/0001-60

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Guarujá (SP), abril de 2023

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.010	8.676	Fornecedores	12.847	8.531
Contas a receber de clientes	2.613	6.180	Passivo de arrendamento mercantil	6.926	10.965
Estoques	3.475	2.893	Partes relacionadas	14.476	14.406
Impostos a recuperar	1.934	586	Empréstimos com partes relacionadas	–	3.222
Partes relacionadas	12.796	12.036	Obrigações trabalhistas	8.549	7.009
Outras contas a receber	257	691	Impostos a recolher	417	1.841
Total do ativo circulante	**22.085**	**31.062**	Dividendos a pagar	4.018	3.569
			Outras contas a pagar	5.471	8.832
			Total do passivo circulante	**52.704**	**58.375**
Não Circulante			**Não Circulante**		
Impostos a recuperar	3.767	4.340	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.198	3.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.095	4.383	Passivo de arrendamento mercantil	20.512	36.751
Depósitos judiciais e cauções	2.917	1.556	Empréstimos com partes relacionadas	84.555	76.292
Partes relacionadas	21.730	19.659	Provisão para desmobilização de ativos	974	536
Imobilizado	188.970	172.359	Partes relacionadas	50.000	64.286
Ativos de direito de uso	22.776	45.719	Outras contas a pagar	21.872	18.150
Intangível	1.282	1.508	**Total do passivo não circulante**	**182.111**	**199.450**
Total do ativo não circulante	**247.537**	**249.524**			
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	50	50
			Reserva legal	10	10
			Reserva de lucros	34.792	22.740
			Outros resultados abrangentes	(45)	(39)
			Total do patrimônio líquido	**34.807**	**22.761**
Total do Ativo	**269.622**	**280.586**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**	**269.622**	**280.586**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	2022	2021		2022	2021
Receita Líquida de Serviços	142.612	117.185	**Resultado Financeiro**		
Custo dos serviços prestados	(100.699)	(89.388)	Receitas financeiras	1.285	434
Lucro Bruto	41.913	27.797	Despesas financeiras	(18.679)	(6.485)
Receitas (Despesas) Operacionais			Variação cambial, líquida	192	704
Com vendas	–	53		(17.202)	(5.347)
Gerais e administrativas	(306)	(330)	**Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**	24.056	21.409
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(349)	(764)	Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.695)	(7.648)
	(655)	(1.041)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.709	514
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	41.258	26.756	**Lucro Líquido do Exercício**	16.070	14.275

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50	10	12.034	–	–	(17)	12.077
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.275	–	14.275
Dividendos Propostos	–	–	–	–	(3.569)	–	(3.569)
Ganho de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	–	(22)	(22)
Destinação para reserva de lucros	–	–	10.706	–	(10.706)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	50	10	22.740	–	–	(39)	22.761
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	16.070	–	16.070
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(4.018)	–	(4.018)
Ganho de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	–	(6)	(6)
Reserva de lucros	–	–	12.053	–	(12.053)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	50	10	34.792	–	–	(45)	34.807

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.070	14.275
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	24.703	23.356
Juros e empréstimos com partes relacionadas	9.541	3.221
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	7.132	2.114
Resultado na venda e baixa de imobilizados, intangíveis e investimentos	207	–
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7.986	7.134
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	–	(53)
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	438	(272)
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	180	164
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	4.172	3.774
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	(9)	(56)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	893	1.048
	71.313	54.705
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	3.567	(4.109)
Estoques	(582)	(777)
Impostos a recuperar	(913)	(1.358)
Outras contas a receber	434	(183)
Depósitos judiciais e cauções	(1.361)	(41)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	251	1.419
Obrigações trabalhistas	(2.632)	(2.887)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(130)	(127)
Impostos a recolher	528	375
Outras contas a pagar	361	(2.077)
Partes relacionadas	(18.188)	17.165
Caixa proveniente das operações	52.648	62.105
Pagamento de juros sobre empréstimos	(248)	–
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(7.092)	(2.105)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.509)	(10.231)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.799	49.769
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Resultado de venda de ativos imobilizados	43	–
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(30.067)	(52.844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(30.024)	(52.844)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Contraprestação paga de arrendamento	(4.761)	(10.397)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(3.569)	(3.815)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	–	14.700
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas	(3.111)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.441)	488
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.666)	(2.587)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldos no início do exercício	8.676	11.263
Saldos no fim do exercício	1.010	8.676
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.666)	(2.587)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: O Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - Termag ("Termag" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Guarujá, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetos sociais e atividades preponderantes a implantação e operação de instalações portuárias em geral e o direito de concessão de exploração comercial de um terminal portuário localizado na margem esquerda do Porto de Santos, para movimentação de granéis sólidos e de outras mercadorias afins e compatíveis. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:** O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é de R$50 representado por 500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 300.000 ações ordinárias Classe A, 100.000 ações Classe B e 100.000 ações Classe C, todas com direito a voto. O capital integralizado é de R$50 e corresponde a 10% do total subscrito, conforme quadro a seguir:

	Valor	%
Capital social subscrito	500	100
(–) Capital social a integralizar	(450)	90
Capital social integralizado	50	10

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada como segue:

Acionista	Ações ordinárias	%	Capital Social Subscrito	Capital a integralizar	Capital Integralizado
Fertimport S.A.	300.000	60	300	(270)	30
Bunge Fertilizantes S.A.	100.000	20	100	(90)	10
Rumo Malho Norte S.A.	100.000	20	100	(90)	10
	500.000	100	500	(450)	50

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Constituída inicialmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido no fim do exercício social limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$ 34.792 (R$ 22.740 em 2021), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria
Contador: Ulisses Eduardo de Oliveira - CRC BA 024834/O-6

CM PFS HOSPITALAR S.A.

CNPJ nº 81.887.838/0001-40 - NIRE 353005173 69

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de Abril de 2023

Data, hora e local: No dia 27 de abril de 2023, às 11h00, na sede na sede na sede da CM PFS Hospitalar S.A. ("Companhia"), na rua José Guerra, nº 127, Andar 1, Sala B, Chácara Santo Antonio, Zona Sul, São Paulo/SP, CEP 04.719-030. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidida por Guilherme Fonseca Goulart; e secretariada por Joseane Correia; **Ordem do dia:** Deliberar sobre a (i) a redução do capital social da Companhia; e (ii) a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias, a única acionista da Companhia deliberou o seguinte, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), passando de R$ 255.844.785,05 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) para R$ 255.843.785,05 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos). Tendo em vista que as ações da Companhia não possuem valor nominal, a redução de capital será realizada sem o cancelamento de ações da Companhia. A redução de capital será consumada mediante a entrega à única acionista da totalidade das quotas da **Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda.** sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 06.945.636/0001-92 e detentora do NIRE 43.205.363.615, com sede na rua José Guerra, nº 127, Andar 3, Sala 4, Chácara Santo Antonio, Zona Sul, São Paulo/SP, CEP 04.719-910 ("Amostra"), detidas pela Companhia, e por uma parcela em caixa, conforme o seu valor patrimonial contábil em 31 de março de 2023. A redução de capital ora aprovada tornar-se-á eficaz após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para eventual manifestação de credores, contados da publicação desta ata nos termos da Lei das S.A. Na data de eficácia da redução de capital, será celebrada a alteração de contrato social da Amostra, a fim de refletir a transferência de suas quotas decorrente da redução de capital ora aprovada Fica a administração da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para implementação das deliberações desta ata, incluindo a publicação deste ato, seu posterior registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e demais providências perante as autoridades competentes. (ii) Aprovar a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia em decorrência da redução de capital ora aprovada que, mediante a sua eficácia, passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 255.843.785,05 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) divididos em 234.943.844 (duzentos e trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, do qual se lavrou a presente Ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1° da Lei das S.A. que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 27 de abril de 2023. **Mesa: Guilherme Fonseca Goulart** - Presidente; **Joseane Correia** - Secretária. **Acionista Presente: Cannes RJ Participações S.A. - Vilson Schvartzman** - Diretor Presidente; **Guilherme Fonseca Goulart** - Diretor Financeiro.

COMARCA DE SÃO PAULO - 44ª VARA CÍVEL - Pça João Mendes s/nº - 14º andar - sl. 1400 / 1414 - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0005986-23.2023.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro CentralCível, Estado de São Paulo, **Dr. GUILHERME MADEIRA DEZEM**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **ROSENILDA FERREIRA LEÃO**, brasileira, CPF 285.182.348-59, que por este Juízo, tramita uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.** Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo de **15 dias úteis,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o valor fixado no julgado da ação em epígrafe, devidamente atualizado, **SOB PENA** de **MULTA** de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e §§, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do art. 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se oprazo de **15 dias úteis p**ara que, **independentemente** de **penhora** ou **nova intimação**, apresente nos próprios autos, sua **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na formada lei. São Paulo, 18 de abril de 2023.

27 e 28/04

FORO REGIONAL I - SANTANA - 4ª VARA CÍVEL - Av. Eng. Caetano Álvares, 594 - 2º andar - salas 202 e 204 - Casa Verde - CEP 02546-000 - Fone: 11 - 3489-4359 - E-mail: santana4cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias -** Processo nº **1013532-83.2021.8.26.0100.** O MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de SãoPaulo, Dr. **ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIR**A, na forma da Lei. **FAZ SABER** a **ARETUZA BECHARA MORAES SERRA**, CPF 48437234875, que **ICOMON TECNOLOGIA LTDA**. Ihe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** visando a condenação no pagamento de R$ 1.500,00 (fev/21) a ser atualizado e acrescido das cominações legais, referente a dano material causado ao veículo Renault Kwid Zen 10 MT, placas QNB0959, locado pela autora, em razão da colisão provocada pelo veículo Honda CG, cor preta, placas FYM 7600, de propriedade da ré, que invadiu a via preferencial e na contramão de direção, atingiu o veículo da autora, em acidente ocorrido em 15.05.2020. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de Abril de 2023. Eu, Ricardo Ramon Rivarolli, Coordenador, conferi.

27 e 28/04

FORO REGIONAL I - SANTANA - 7ª VARA CÍVEL - Av. Eng. Caetano Álvares, 594 - 2º andar - sala 255 - Fone: (11)- 3951-2525 - E-mail:santana7cv@tjsp.jus.br **- EDITAL** de **CITAÇÃO** e **ITIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1007046-88.2021.8.26.0001**. A MMª Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, **Dra. CARINA BANDEIRA MARGARIDO PAES LEME**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **MC CEREALISTA LTDA. ME,** (CNPJ 05.161.224/0001-07), que **MOINHO REISA LTDA.** lhe move ação de **EXECUÇÃO** para cobrança de R$29.938,83 (março/2021) a ser atualizado e acrescido de juros, custas, honorários e demais cominações, dívida esta representada por título vencidos, não pagos e protestados. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, após o prazo deste, em **03 dias, PAGUE** o débito atual ou em **15 dias, OFEREÇA EMBARGOS** ou ainda, **RECONHECENDO** o crédito da exequente e **DEPOSITANDO 30%** do valor da execução, inclusive custas e honorários, **PAGUE** o **RESTANTE** em **6 PARCELAS MENSAIS**, atualizadas, **SOB PENA** de **PENHORA** de tantos de seus bens quantos bastem para solução da dívida. Fica também **INTIMADA** da **PENHORA** do automóvel SP Iveco Daily 35S14HDCS, placa FRI 4314, ano 2014, devendo, no prazo de**15 dias,** oferecer **IMPUGNAÇÃO**, sob pena de prosseguimento do feito nos ulteriores termos e cientes de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente, afixado e publicado. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de março de 2023.

27 e 28/04

Ministério lança campanha contra o trabalho doméstico escravo

Desde a quinta-feira (27), os atendentes do Disque 100 começarão a receber denúncias anônimas sobre possíveis casos de empregadas domésticas submetidas a condições degradantes de trabalho. A iniciativa faz parte da campanha nacional que a pasta lançou esta tarde, como parte das ações anunciadas por ocasião do Dia Nacional da Empregada Doméstica.

Idealizada pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, a campanha está estruturada sobre três eixos, conforme explicou a secretária nacional e coordenadora da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Isadora Brandão.

"O primeiro eixo busca dar mais visibilidade à questão do trabalho escravo doméstico. Embora este tema seja central no âmbito do debate sobre trabalho decente no Brasil, ainda convivemos com um cenário de muita desproteção jurídica e trabalhista para estas trabalhadoras", disse a secretária, referindo-se às mulheres, que representam quase a totalidade da mão de obra ocupada no trabalho doméstico no país – a maioria (65%) delas, negras.

"O segundo eixo da campanha procura promover a educação em direitos humanos. Por meio de informações acessíveis, pretendemos possibilitar que toda e cada trabalhadora doméstica possa conhecer melhor os seus direitos a fim de poder reconhecer estar submetida à condição de trabalho abusivo", continuou Isadora, explicando que, devido a questões históricas, é comum que o desrespeito aos direitos trabalhistas de empregadas e empregados domésticos seja visto como algo natural.

O terceiro eixo da campanha trata justamente de, com o Disque 100, oferecer um novo canal de denúncias. "Um dos desafios é o fato de estes casos ocorrerem em âmbito residencial, o que dificulta a ação fiscalizatória. Daí oferecermos um canal de denúncias como o Disque 100, extremamente acessível", disse a secretária.

Também chamado de Disque Direitos Humanos, o Disque 100 recebe, gratuitamente, ligações feitas de telefones fixos ou móveis, de todo o país. Funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. Além de receber e encaminhar para análise as denúncias de violações aos direitos humanos, os atendentes que trabalham no serviço estão capacitados a fornecer informações básicas sobre os direitos de grupos vulneráveis (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências e/ou em situação de rua, população LGBT, entre outros grupos) e a orientar as pessoas em caos de graves violações.

"Nossa perspectiva é criar uma campanha não só de conscientização, mas que também nos possibilite mobilizar diversos atores que já atuam no enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão, estendendo esta rede para o trabalho em âmbito residencial", revelou o ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira.

A campanha nacional foi anunciada durante o seminário O Brasil na Luta contra o Trabalho Escravo Doméstico: Despertar para Enfrentar, evento que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania realizou esta tarde, em Brasília. (Agencia Brasil)

opec@jornalodiasp.com.br

ATAS / BALANÇOS
EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1013537-11.2021.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Gardiner Ian Boyd. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013537-11.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GARDINER IAN BOYD, RG RNE 528788663, com endereço à Octavio Vidal de Azevedo, 158, Casa 8, Residencial Morumbi, CEP 05745-210, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 34.549,82 (março de 2021), decorrente da Nota Fiscal de Serviço n° 07018026. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2023. 27 e 28 / 04 / 23.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0040486-44.2011.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Marcelo Pereira dos Santos e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0040486-44.2011.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Clovis Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCELO PEREIRA DOS SANTOS, CPF 222.160.748-10 e e Georges Rebelo Pinto Chiloti (CPF. 232.767.028-43), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhes ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 44.079,88 (setembro de 2011), decorrente da Nota Fiscal de Serviço n° 00476825. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2023. 27 e 28 / 04 / 23.

39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 4002221-59.2012.8.26.0100. A Dra. Daniela Pazzeto Meneghine Conceição, Juíza de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP. Faz Saber a CANDEIA ADMINISTRAÇÃO E MEDIAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ. 07.194.690/0001-06, na pessoa de seu representante legal, Arnaldo Bueno Gamboa, que Itaú Unibanco S/A, lhes ajuizou uma ação de Execução, para cobrança de R$ 277.853,23 (dezembro/2012), em decorrência da Cédula de Crédito Bancá- rio Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS LIMITE ITAÚ PARA SAQUE PJ PRÉ), n° 11173 - 560700078689, da qual os executados deixaram de honrar com as obrigações contratuais. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, para que em 03 dias, paguem o quantum reclamado, acrescido das cominações legais, sob pena de não o fazendo, operar-se automaticamente a conversão do Arresto em Penhora, podendo, em 15 dias, oferecer Embargos à Execução (art. 915, NCPC), ambos a fluir após o prazo de 20 dias supra, na ausência dos quais prosseguirá a ação até o final. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. B - 28 e 29

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **1010106-16.2014.8.26.0001**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: CARLOS ROBERTO SILVA OLIVEIRA. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010106-16.2014.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) CARLOS ROBERTO SILVA OLIVEIRA, CPF 945.074.818-72, que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre os direitos aquisitivos decorrentes da aquisição financiada do prédio residencial com 68,25 m² de área construída, e seu respectivo terreno, situado à Rua Hum, que se inicia na Rua Jaupaci, s/n° (n° 46 - não oficial - prédio n° 01 do lote 5-A do projeto aprovado), no loteamento denominado Jardim dos Alpes, no 22° subdistrito - Tucuruvi, objeto da matrícula n° 97.826 do 15° CRI de São Paulo/SP. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de Abril de 2023. 27 e 28 / 04 / 23.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(Anteriormente Travessia Securitizadora II S.A) | CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39	358
Impostos a recuperar	4	43	46
Total do ativo circulante		**82**	**404**
Ativo não circulante			
Investimentos	5	7	-
Total do ativo não circulante		**7**	**-**
Total do ativo		**89**	**404**
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Passivo circulante			
Fornecedores	6	7	-
Obrigações tributárias	7	9	6
Outras obrigações	8	-	357
Total do passivo circulante		**16**	**363**
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	1	1
Reserva legal		-	2
Lucros acumulados		72	38
Total do patrimônio líquido		**73**	**41**
Total do passivo e patrimônio líquido		**89**	**404**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Receita bruta	Notas	2022	2021
Receita líquida	11	77	47.529
Custo dos serviços prestados	12	-	(56.880)
Lucro / (Prejuízo) bruto		**77**	**(9.351)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(35)	(188)
Despesas tributárias		(1)	(40)
		(36)	**(228)**
Resultado operacional		**41**	**(9.579)**
Receitas financeiras	14.1	-	72.646
Despesas financeiras	14.2	-	(62.988)
Resultado financeiro		**-**	**9.658**
(=) Resultado antes das prov. tributárias		**41**	**79**
IRPJ e CSLL	7.1	(9)	(13)
Resultado do exercício		**32**	**66**
Prejuízo básico por ação - Reais		0,06400	0,13200

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTE

	2022	2021
Resultado do exercício	32	66
Resultado abrangente do exercício	**32**	**66**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020	**1**	**(26)**	**(25)**
Resultado do exercício	-	66	66
Saldos em 31/12/2021	**1**	**40**	**41**
Resultado do exercício	-	32	32
Saldos em 31/12/2022	**1**	**72**	**73**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	2022	2021
Receitas	**77**	**47.529**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	-	(56.880)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35)	(188)
Valor adicionado bruto	**42**	**(9.539)**
Depreciações e amortizações		
Valor adicionado líquido produzido	**42**	**(9.539)**
Receitas financeiras	-	72.646
Valor adicionado recebido em transferência	-	72.646
Valor adicionado total a distribuir	**42**	**63.107**
Impostos taxas e contribuições	10	53
Impostos e contribuições	**10**	**53**
Remuneração do capital de terceiros	-	62.988
Despesas financeiras	**-**	**62.988**
Remuneração do capital próprio	32	66
Resultado do exercício	**32**	**66**
Valor total adicionado	**42**	**63.107**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades operacionais	2022	2021
Resultado do exercício	32	66
Aumento/(redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	3	(46)
Aumento/(redução) no passivo:		
Contas a pagar	7	(1)
Obrigações tributárias	3	5
Partes relacionadas	-	(25)
Outras obrigações	(357)	357
Fluxo de caixa líquido proveniente das /(aplicado nas) atividades operacionais	**(312)**	**356**
Caixa líquido proveniente das /(aplicado nas) atividades operacionais	**45**	**(1)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital	-	1
Aquisição de participação em controladas	(7)	-
Fluxo de caixa proveniente das /(aplicado nas) atividades de investimentos	**(7)**	**1**
Aumento/(Redução) de caixa e equiv. de caixa	**(319)**	**357**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	358	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39	358
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03/07/2020. A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 26/10/2022 foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Autorização:** Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31/03/2023. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. i) **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A Companhia deve verificar se atende à definição de entidade de investimento. A entidade de investimento é uma entidade que: (a) obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento; (b) se compromete com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos; e (c) mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo. A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, não tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida. Portanto as demonstrações financeiras não devem ser consolidadas, uma vez que a Companhia não possui o controle das investidas. Nas demonstrações financeiras, os Investimentos são reconhecidas pelo seu valor de custo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. IRPJ e CSLL:** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para CSLL à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 (CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.)	Divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	2022	2021
Caixa e bancos conta movimento	38	1
Aplicações financeiras (i)	1	357
Total	**39**	**358**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. 4. **Impostos a recuperar:** Os saldos em 31/12/2022, se referem basicamente a estimativas de IRPJ/CSLL e outros impostos a compensar no valor de R$ 43 (R$ 46 em 31/12/2021). 5. **Investimentos:** Em 28/10/2022 a companhia adquiriu investimentos que foram vendidos pela controlada Travessia Assessoria Financeira Ltda, no valor total de R$ 7 conforme composição a seguir:

Razão Social	CNPJ	Preço Aquisição em Reais – R$
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.a.	28.758.267/0001 61	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.	28.913.030/0001 08	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.	30.037.009/0001 38	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A.	31.908.224/0001 20	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IX S.A.	37.309.079/0001 47	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XII S.A.	38.042.674/0001 21	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.	40.004.405/0001 12	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXIV S.A.	41.008.985/0001 89	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXVII S.A.	46.081.128/0001 28	500
Elleve & Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	38.419.803/0001 58	500
Solfacil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	32.247.733/0001 11	500
Solfarma Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.	40.004.380/0001 57	500
Supersim Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	35.881.094/0001 30	500
Travessia MPT 18 Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	38.028.620/0001 01	500
Total		**7.000**

6. Fornecedores: Em 31/12/2022, o saldo a pagar de fornecedores é de R$ 7 (não havia saldos de fornecedores em 2021). **7. Obrigações Tributárias:** Em 31/12/2022, o saldo está assim composto:

Descrição	2022	2021
PIS/COFINS	1	4
ISS	4	-
IRPJ/CSLL	3	2
Outros impostos	1	-
Total	**9**	**6**

7.1. IRPJ e CSLL

Descrição	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**41**	**79**
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(2)	(24)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	39

Tesouro Direto lançará título voltado à educação

Programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas pela internet, o Tesouro Direto pode ter um título voltado à educação, anunciou na quinta-feira (27) o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Ele também anunciou que o governo estuda usar os papéis como garantias para aluguel e financiamentos.

Segundo Ceron, o Tesouro está trabalhando em conjunto com a B3, a bolsa de valores brasileira, para lançar o instrumento. O primeiro conjunto de medidas relativo ao título educacional deve ser anunciado até julho. Para os instrumentos de crédito e de aluguel, ainda não há data definida.

Em relação ao título para a educação, a ideia é que os pais de um estudante comprem títulos ao longo de 18 anos, que funcionariam como poupança para o pagamento de uma universidade privada para os filhos, explicou o secretário. O papel funcionaria nos moldes do Tesouro RendA+, lançado no início do ano para financiar aposentadorias.

"Famílias terão um título muito customizado para isso. Então, ao longo de 18 anos, quando o filho nasce, você pode fazer, começar esse processo de investimento. A aposta é que o produto seja uma grande referência de poupança das famílias para o ciclo universitário, o ciclo educacional", destacou Ceron em entrevista coletiva para explicar o déficit de R$ 7,085 bilhões em março.

O período de 18 anos, explicou o secretário, poderá ser até mais curto conforme a idade do beneficiário. "Depois, ele, o investimento acumulado, vira uma renda fixa durante quatro, cinco anos, visando aí pagar o ciclo universitário, apoiar esse processo", disse.

O secretário do Tesouro também anunciou que o órgão estuda a utilização de títulos do Tesouro Direto como garantias para aluguel de imóveis e financiamentos, como de automóveis. As garantias são ativos que podem ser usados para cobrir eventuais inadimplências, reduzindo os juros para as linhas de crédito. "Você dá mais segurança para a instituição financeira. Com isso, você consegue taxas de juros menores no financiamento", explicou Ceron.

No caso dos aluguéis, os títulos cobririam o papel do depósito-caução equivalente a três meses de aluguel. "Muitas vezes, você tem que depositar três aluguéis para o locador ou ir atrás de fiador. E, de repente, essa questão de depositar dinheiro ao locador pode ter uma série de problemas: ou não é corrigido, ou pode ter problema de devolução", acrescentou.

Em relação ao título educacional, Ceron disse que o governo estuda criar instrumentos para que as empresas também contribuam com os investimentos e ofereça o instrumento como benefício para os filhos de empregados. O sistema funcionaria nos moldes de fundos de pensão fechados, oferecidos a funcionários de uma empresa. (Agencia Brasil)

Casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave crescem no país

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou na quinta-feira (27) o Boletim InfoGripe, que indica aumento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no país. Das 27 unidades federativas, 19 têm sinal de crescimento no longo prazo (últimas 6 semanas até 15 de abril). São elas: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Na análise por faixa etária, o aumento de casos nas crianças é influenciado principalmente pelo vírus sincicial respiratório (VSR). Entre os adultos, a predominância é da covid-19, mas a Fiocruz destaca o peso de outras ocorrências causadas pelos vírus influenza A e B. A instituição afirma que os dados do boletim reforçam a importância de a população aderir em maior número à vacinação contra a covid-19 e a gripe.

O estudo também indica que 17 das 27 capitais apresentam sinal de crescimento da SRAG na tendência de longo prazo: Aracaju (SE), plano piloto e arredores de Brasília (DF), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Maceió (AL), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Luís (MA) e Vitória (ES).

Ao analisar as quatro últimas semanas epidemiológicas, os principais tipos de vírus respiratórios identificados foram: Sars-CoV-2/Covid-19 (68,6%), influenza A (12,6%), vírus sincicial respiratório (10,9%) e influenza B (7,9%). Entre os óbitos, a presença dos vírus foi 9,1% para influenza A, 9,1% para influenza B, 6,9% para VSR e 75,0% para Sars-CoV-2 (covid- 19). (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ nº 26.609.050/0001-64

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante		**4.389**	**1.408**
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.742	466
Clientes		5	-
Outras contas a receber		-	23
Impostos a recuperar	4	1.642	919
Total do ativo		**4.389**	**1.408**
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante		**1.009**	**340**
Fornecedores		1	-
Obrigações tributárias	5	237	113
Dividendos a pagar	6.3	771	227
Patrimônio líquido		**3.380**	**1.068**
Capital social	6.1	238	238
Reserva legal	6.2	48	48
Reserva de lucros		3.094	782
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.389**	**1.408**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	8	2.366	161
Custo dos serviços prestados	9	(32)	(21)
Lucro bruto		**2.334**	**140**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(83)	(115)
Despesas tributárias		(71)	(6)
Outras receitas (despesas) operacionais	11	339	149
Resultado operacional		**2.519**	**168**
Receitas financeiras	12.1	9.507	5.827
Despesas financeiras	12.2	(7.391)	(4.603)
Resultado financeiro		**2.116**	**1.224**
(=) Resultado antes das prov. tributárias		**4.635**	**1.392**
IRPJ e CSLL	5.1	(1.552)	(443)
Lucro líquido do exercício		**3.083**	**949**
Lucro básico por ação - Reais		**12,95**	**3,98739**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTE

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.083	949
Resultado abrangente do exercício	**3.083**	**949**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020		**238**	**8**	**100**	**-**	**346**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	949	949
Constituição reserva legal		-	40	-	(40)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	6.3	-	-	-	(227)	(227)
Constituição de reserva de lucros		-	-	682	(682)	-
Saldos em 31/12/2021		**238**	**48**	**782**	**-**	**1.068**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.083	3.083
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	6.3	-	-	-	(771)	(771)
Constituição de reserva de lucros		-	-	2.312	(2.312)	-
Saldos em 31/12/2022		**238**	**48**	**3.094**	**-**	**3.380**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	2022	2021
Receitas		
Receita de serviços	2.619	178
Outras receitas	339	149
	2.958	**327**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(32)	(21)
Serviços de terceiros e outros	(83)	(115)
Valor adicionado bruto	**2.843**	**191**
Valor adicionado líquido produzido	**2.843**	**191**
Receitas financeiras	9507	5.827
Valor adicionado recebido em transferência	**9.507**	**5.827**
Valor adicionado total a distribuir	**12.350**	**6.018**
Impostos taxas e contribuições	**1.876**	**466**
Impostos e contribuições	1.876	466
Remuneração do capital de terceiros	**7.391**	**4.603**
Despesas financeiras	7.391	4.603
Remuneração do capital próprio	**3.083**	**949**
Lucro líquido do exercício	3.083	949
Valor total adicionado	**12.350**	**6.018**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.083	949
(Aumento)/(Redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	(723)	(912)
Clientes	(5)	(23)
Outras contas a receber	23	-
(Aumento)/(Redução) de passivo:		104
Obrigações tributárias	125	
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**2.503**	**118**
Das atividades de financiamentos		
	(227)	(34)
Fluxo de caixa aplicado nas ativid. de financiamentos	**(227)**	**(34)**
Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	**2.276**	**84**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	466	382
No final do exercício	2.742	466
Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	**2.276**	**84**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A **Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Ass(Certificados de Recebíveis Imobiliários) e 02 séries de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), totalizando 35 séries.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão	Lastro
CRI	1ª	95	10/01/2022	R$ 105.000	CCB
CRI	1ª	66	26/01/2022	R$ 60.0000	Debênture
CRI	1ª	78	27/01/2022	R$ 120.000	CCB
CRI	1ª	58	08/02/2022	R$ 30.000	CCB
CRI	1ª	96	09/02/2022	R$ 29.700	Debênture
CRI	1ª	97	09/02/2022	R$ 300	Debênture
CRI	1ª	67	03/03/2022	R$ 58.200	CCI Pulverizada
CRI	1ª	88	09/03/2022	R$ 18.000	CCB
CRI	1ª	89	09/03/2022	R$ 6.300	CCB
CRI	1ª	87	13/04/2022	R$ 39.695	CCI Pulverizada
CRI	2ª	1	29/04/2022	R$ 39.654	CCI
CRI	2ª	2	29/04/2022	R$ 19.994	CCI
CRI	1ª	105	04/05/2022	R$ 15.600	CCI e CCB
CRI	1ª	106	04/05/2022	R$ 500	CCI e CCB
CRA	14ª	1	06/05/2022	R$ 25.000	CDCA
CRA	14ª	2	06/05/2022	R$ 363	CDCA
CRI	4ª	1	29/06/2022	R$ 25.155	CCI
CRI	3ª	1	18/07/2022	R$ 20.100	CCI
CRI	12ª	1	29/07/2022	R$ 7.393	CCI
CRI	15ª	1	29/07/2022	R$ 9.940	CCI
CRI	5ª	1	05/08/2022	R$ 11.199	CCI
CRI	5ª	2	05/08/2022	R$ 18.306	CCI
CRI	14ª	1	18/08/2022	R$ 30.000	Nota comercial
CRI	17ª	1	16/08/2022	R$ 60.000	Nota comercial
CRI	21ª	1	26/09/2022	R$ 38.499	Nota comercial
CRI	21ª	2	26/09/2022	R$ 16.500	Nota comercial
CRI	9ª	1	29/09/2022	R$ 19.676	CCI
CRI	23ª	1	24/10/2022	R$ 41.590	CCI
CRI	23ª	2	24/10/2022	R$ 10.397	CCI
CRI	1ª	98	01/11/2022	R$ 14.850	Debênture
CRI	1ª	99	01/11/2022	R$ 150	Debênture
CRI	20ª	1	09/11/2022	R$ 12.500	Nota comercial
CRI	20ª	2	09/11/2022	R$ 12.500	Nota comercial
CRI	1ª	52	23/11/2022	R$ 40.000	Debênture
CRI	24ª	1	29/12/2022	R$ 10.404	CCI

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Declaração dos diretores: Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31/03/2023. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras *são apresentadas em* valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de Certificados de recebíveis imobiliários sob regime fiduciário, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. IRPJ e CSLL:** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para CSLL à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 (CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.)	Divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercício futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Aplicação financeira (a)	2.742	466
Total	**2.742**	**466**

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Impostos a recuperar:** Os saldos em 31/12/2022 referem-se basicamente a IRPJ retido na fonte decorrentes de aplicação de recursos originados de direitos creditórios e saldo negativo IRPJ/CSLL, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	2022	2021
Saldo negativo – IRPJ (a)	1.606	914
Contribuições Sociais Retidas na Fonte – CSRF	25	-
Outros impostos a recuperar	11	5
Total	**1.642**	**919**

(a) IRPJ e CSLL sobre os saldos negativos serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

5. Obrigações tributárias:

Descrição	2022	2021
IRPJ/CSLL a Recolher (a)	218	111
ISS a Recolher	16	1
COFINS a Recolher	3	1
Total	**237**	**113**

(a) Refere-se substancialmente a IRPJ e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

5.1. IRPJ e CSLL:

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.635	1.392
(-) Compensações de prejuízos fiscais	-	(18)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	4.635	1.374
Taxa efetiva para Impostos	**24%**	**24%**
Benefício adicional do IRPJ 10% - até 240 mil	440	113
(=) IRPJ e CSLL	**(1.552)**	**(443)**

6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Travessia Securitizadora S.A., é de R$ 238, (R$ 238 em 2021) divididos em 237.677 (duzentos e trinta e sete mil seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R$ 5.000 (cinco milhões de Reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

Acionistas	%	Ações 2022	Ações 2021
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	95,2705	227	227
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	4,7295	11	11
Capital subscrito	**100**	**238**	**238**

6.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. Em 31/12/2022 os dividendos foram calculados como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**3.083**	**949**
Valor destinado para constituição de reserva legal (a)	-	40
Base de cálculo dos dividendos	**3.083**	**949**
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos (b)	**771**	**237**

(a) Em 2022 não houve cálculo de Reserva legal, a companhia já destinou o limite máximo a 20% do capital social; **(b)** Em 17/05/2022 foram pagos dividendos mínimos obrigatório no montante de 227 referente ao exercício findo em 31/12/2021 **6.4. Reserva de lucros:** A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. **7. Provisão para contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **8. Receita operacional líquida:** A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia no exercício findo em 31/12/2022 e de 2021 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Receita operacional	2.619	178
PIS, COFINS e ISS	(253)	(17)
	2.366	**161**

9. Custo dos serviços prestados: Em 31/12/2022 e de 2021 os custos de serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	2022	2021
Tarifas, e taxas e custo CETIP	-	(2)
Taxas CVM/B3	(32)	(19)
Total	**(32)**	**(21)**

10. Despesas gerais e administrativas: Em 31/12/2022 e de 2021 as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	2022	2021
Anúncios e publicações (a)	(26)	(57)
Consultoria e auditoria	(39)	(42)
Internet	(6)	(6)
Manutenção de sistemas	(7)	(4)
Honorários advocatícios	(5)	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	(6)
Total	**(83)**	**(115)**

(a) Referem-se à prestação de serviços com publicações de demonstrações financeiras e Atas publicadas no jornal DOE e O Dia. **11. Outras receitas operacionais:** Em 31/12/2022 e de 2021, o saldo de outras receitas operacionais referem-se a gastos reembolsáveis com as operações.

Descrição	2022	2021
Outras receitas (a)	339	149
Total	**339**	**149**

(a) As outras receitas operacionais são constituídas pelos valores arrecadados através da recuperação de custos dos serviços de banco liquidante e escriturador, cobrados da Companhia pela instituição financeira nos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. **12. Resultado financeiro:** Em 31/12/2022 e de 2021 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas: **12.1. Receitas financeiras**

Descrição	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras (a)	9.462	**5.827**
Outras Receitas Financeiras	45	-
Total	**9.507**	**5.827**

(a) Rendimentos de aplicações financeiras decorrentes de recursos originados de direitos creditórios.

12.2. Despesas financeiras:

Descrição	2022	2021
Outras despesas financeiras (a)	(7.391)	**(4.603)**
	(7.391)	**(4.603)**

(a) Despesas com repasse de rendimentos de aplicações financeiras das operações securitizadas. **13. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **13.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em de dezembro de 2022 são descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras; **• Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3).:** A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **14. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31/12/2022. **15. Eventos subsequentes:** Em 13/02/2023 a CVM publicou o Ofício-Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP onde trata de orientações quanto a aspectos relevantes a serem observados nas Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 2022, em face recente decisão do STF "sobre coisa julgada em matéria tributária". Em decisão tomada no dia 08/02/2023, por unanimidade o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Como a decisão foi tomada em sede de repercussão geral, valerá para todos os casos semelhantes que corram em outras instâncias. A Companhia informa, que com base no exposto acima e, confirmação por parte de seus assessores jurídicos, não possui ações com decisões já transitadas em julgado em matéria tributária e que podem ser afetadas por essa recente decisão do STF nos temas 881 e 885.

Diretor Presidente
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Responsável Técnico
Paulo Donizete Eudes da Silva - Contador - CRC 1SP177836-O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora S.A.** São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Certificados de recebíveis imobiliários:** A Companhia mantém direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis Agronegócio (CRA) que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, gerencia o recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis imobiliários em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: (i) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; • Verificação da cessão dos direitos creditórios; • Verificação da documentação que comprova o lastro das operações; • Recalculamos os certificados de recebíveis; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Demonstrações financeiras comparativas:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de auditoria em 31 de março de 2022, sem ressalvas. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cess

Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante		**2.320**	**58.005**
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.320	58.005
Ativo não circulante		**17.279.958**	**1.966.386**
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	4. a)	17.279.958	1.966.386
Total do ativo		**17.282.278**	**2.024.391**
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante		**46.624**	**138**
Contas a pagar		5.631	-
Impostos e contribuições a recolher		3.504	138
Outras obrigações		37.489	-
Passivo não circulante		**17.235.292**	**2.023.891**
Debêntures	5.3	14.559.740	1.966.386
Dação debêntures	5.3	2.675.552	5
Outras obrigações		-	57.500
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**362**	**362**
Capital social	6.1	500	500
Lucros (Prejuízos) acumulados		(138)	(138)
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.282.278**	**2.024.391**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2022	2021
Receita operacionais	9	3.913.057	6.386
Custo dos serviços prestados	10	(3.878.886)	(6.391)
Resultado bruto		**34.171**	**(5)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(31.013)	(69)
Despesas tributárias		(7.651)	(69)
Resultado operacional		**(4.492)**	**(143)**
Receitas financeiras	12.1	4.947	15
Despesas financeiras	12.2	(455)	(10)
Resultado financeiro		**4.492**	**5**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**-**	**(138)**
Resultado do exercício		**-**	**(138)**
Prejuízo básico por ação - Reais		0,000	-0,276

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Resultado do exercício	-	(138)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**-**	**(138)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	6.1	500	500
Resultado do exercício		(138)	(138)
Saldos em 31/12/2021		**362**	**362**
Resultado do exercício		-	-
Saldos em 31/12/2022		**362**	**362**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	2022	2021
Receitas	**3.913.057**	**6.386**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(3.878.886)	(6.391)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31.013)	(69)
Valor adicionado bruto	**3.158**	**(74)**
Valor adicionado líquido produzido	**3.158**	**(74)**
Receitas financeiras	4.947	15
Valor adicionado recebido em transferência	4.947	15
Valor adicionado total a distribuir	**8.105**	**(59)**
Impostos Taxas e Contribuições	**7.650**	**69**
Impostos e contribuições	7.650	69
Remuneração do capital de terceiros	**455**	**10**
Despesas Financeiras	455	10
Remuneração do capital próprio	**-**	**(138)**
Resultado do exercício	-	(138)
Valor total adicionado	**8.105**	**(59)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades operacionais	2022	2021
Resultado do exercício	-	(138)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Ganhos/Perdas patrimoniais cotas de fundos	(3.913.057)	(6.386)
Juros sobre as debentures	1.192.836	6.386
Prêmio de debentures	2.675.552	5
Aumento/(redução) no ativo:		
Direitos realizáveis	(11.400.514)	(1.960.000)
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	3.366	138
Contas a Pagar	5.632	-
Outras Obrigações	(20.012)	57.500
Caixa líquido aplicado nas ativid. operac.	**(11.456.198)**	**(1.902.495)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Capital social	-	500
Fluxo de caixa proveniente das ativid. de investimentos	**-**	**500**
Das atividades de financiamentos		
Debentures	11.400.514	1.960.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	**11.400.514**	**1.960.000**
Aumento / (Redução) de caixa e equiv. de caixa	**(55.684)**	**58.005**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	58.005	-
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	2.320	58.005
Aumento / (Redução) de caixa e equiv. de caixa	**(55.685)**	**58.005**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09/08/2021. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente; (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures. Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R$ 0,01 (um Centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Autorização:** Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31/03/2023. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras são apresentadas em valores expressos em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. IRPJ e CSLL:** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para CSLL à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 (CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.)	Divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2022	2021
Caixa e bancos conta movimento	510	510
Aplicações financeiras (i)	1.810	57.495
Total	**2.320**	**58.005**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, através do produto Itaú aplicação auto mais, e são remuneradas a uma taxa média mensal de 15% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário::** As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário adquiridos pela Companhia são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"), que possuí prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos. **a) Composição da carteira:** Em 31/12/2022 o saldo a seguir representa:

Descrição	2022	2021
Saldo Anterior	1.966.386	-
Aquisição de Cotas de Fundo de Invest. Imobiliário	11.400.514	1.960.000
(-) Ganho/ Perdas patrimoniais - cotas de Fundo	3.913.057	6.386
Total	**17.279.958**	**1.966.386**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 31/03/2023, sem modificações. **b) Objetivo do fundo e política de investimento:** A política do Fundo é o investimento no empreendimento imobiliário referente ao terreno rural denominado Gleba 1, localizado na Rodovia Fernão Dias, Km 934, no Bairro Monjolinho, na Cidade de Itapeva, no Estado de Minas Gerais, objeto da Matrícula nº 16.161 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, e áreas contíguas a referido terreno ("Imóvel"), primordialmente, por meio da aquisição direta do Imóvel ou, ainda, mediante a aquisição de ações ou cotas de sociedades de propósitos específicos, que, eventualmente, adquiram o Imóvel ("SPE"). O objetivo do Fundo é a realização de ganho de capital mediante o investimento direto no Imóvel, para posterior venda ou obtenção de renda, bem como em quaisquer direitos reais sobre o Imóvel, ou, ainda, pelo investimento indireto no Imóvel, mediante a aquisição de SPE. A aquisição do Imóvel pelo Fundo visa a proporcionar aos seus Cotistas a rentabilidade decorrente da exploração comercial do Imóvel, bem como pela eventual comercialização do Imóvel. O Fundo poderá realizar construções, reformas ou benfeitorias no Imóvel com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização. O Imóvel deverá atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de conformidade, quando de sua aquisição pelo Fundo: (i) Não ocorrência de quaisquer mudanças legais ou regulatórias que venham a restringir os direitos de aquisição do Fundo com relação ao Imóvel ou que, de qualquer forma, impeçam o Fundo de cumprir com as obrigações previstas nos compromissos de compra e venda e/ou com a Política de Investimentos; (ii) Não ocorrência de qualquer inadimplemento, pelos vendedores, de obrigações estipuladas nos respectivos compromissos de compra e venda, bem como que não se provem falsas quaisquer declarações prestadas pelos vendedores que poderiam influenciar na decisão de recomendação do Gestor; e (iii) A disponibilização pelo Gestor, ao Administrador, do Relatório de Aquisição e da matrícula atualizada do Imóvel, emitida há menos de 30 (trinta) dias, conforme o caso ("Critérios de Conformidade"). **5. Debêntures: 5.1. Condições da escritura:** De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R$ 50.000 (cinquenta milhões de Reais) com a integralização de 5.000.000.000 (cinco bilhões) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única. Até o final de 31 de dezembro 2022 foram subscritas 2.000.000.000 (dois bilhões) de Debêntures, das quais 1.031.522.565 (um bilhão, trinta e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos e sessenta e cinco) foram integralizadas até o encerramento do exercício. **5.2. Características das debêntures: a) Remuneração:** As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b) Garantia:** Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo. **c) Risco de crédito:** Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização. **5.3. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31/12/2022 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	2022	2021
Saldo Anterior	1.966.391	-
1ª Emissão de certificados – série única	11.400.513	1.960.000
Juros emissão – série única	1.192.836	6.386
Total	**14.559.740**	**1.966.386**
Prêmios a pagar (i)	2.675.552	5
Total das emissões (ii)	**17.235.292**	**1.966.391**

(i) Em 31/12/2022 houve valorização nas cotas de Fundo, ocasionando lucro no exercício. (R$ 5 em 31/12/2021, relacionados a prêmios a pagar); **(ii)** As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos em 2027. **6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social:** O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., em 31/12/2022, é de R$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 16/08/2021 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas. **6.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos:** As demonstrações financeiras exigidas por lei, observarão, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **(iii)** A dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o IRPJ e para a CSLL sobre o lucro; e **(iv)** Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos § 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **7. Provisão para contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **8. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **8.1. Valorizaç**ão dos instrumentos financeiros Os instrumentos financeiros ativos em 31/12/2022 são descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **9. Receitas operacionais:** Em 31/12/2022, as receitas estão assim compostas:

Descrição	2022	2021
Receita de juros s/carteira de crédito	3.913.057	6.386
Total	**3.913.057**	**6.386**

10. Custos dos serviços prestados: Nos exercícios de 31/12/2022 e de 2021, os custos dos serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	2022	2021
Taxas CVM	(9.929)	-
Tarifas e Taxas CETIP	(569)	-
Remuneração das debentures	(2.675.552)	(5)
Juros sobre as debêntures (vide nota 5.3)	(1.192.836)	(6.386)
Total	**(3.878.886)**	**(6.391)**

11. Despesas gerais e administrativas: Em 31/12/2022, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	2022	2021
Assessoria contábil e auditoria	(24.680)	(69)
Honorários advocatícios	(4.777)	-
Assinatura digital	(495)	-
Anúncios e publicações	(946)	-
Outras despesas	(115)	-
Total	**(31.013)**	**(69)**

12. Receitas e despesas financeiras: Em 31/12/2022 o resultado financeiro está assim composto: **12.1. Receitas financeiras**

Descrição	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	4.947	15
Total	**4.947**	**15**

12.2. Despesas financeira

Descrição	2022	2021
Outras despesas financeiras	(455)	(10)
Total	**(455)**	**(10)**

13. Relação com auditores: De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa. **14. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo de 31/12/2022. **15. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2022.

Diretoria

Diretor Presidente - Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Responsável Técnico

Paulo Donizete Eudes da Silva - Contador - CRC 1SP177836-O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A.. Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário:** Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo") no montante de R$ 17.279.958, cuja auditoria foi realizada por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31/03/2023, sem ressalvas. Nossa opinião não está modificada a cerca deste assunto. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31/03/2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador
CRC 1SP-212.827/O-0

Indígenas debatem importância da comunicação para o movimento

Comunicadores indígenas debateram na quinta-feira (27), no Acampamento Terra Livre, em Brasília, a importância dos povos indígenas terem se apropriado de tecnologias modernas de informação e ocupado a rede mundial de computadores para divulgar e chamar a atenção a causas como a demarcação de seus territórios e a preservação de modos de vida tradicionais.

Principalmente entre os jovens, habituados ao alcance e à instantaneidade das mídias sociais, parece não haver dúvidas quanto à centralidade estratégica da comunicação no fortalecimento do movimento indígena. Para eles, o trabalho de divulgação que realizam com um simples celular com acesso à internet ajuda os povos indígenas a se contraporem a narrativas que tendem a alimentar preconceitos e distorções históricas

"As narrativas indígenas têm que ser protagonizadas por nós. Porque nada é por nós, sem nós", disse Samela Sateré Mawé, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e mediadora do debate A importância da comunicação e tecnologia indígena na decolonização, denúncia e luta.

"Grandes veículos de mídia e de comunicação e até mesmo as escolas não falam por nós. Simplesmente porque não sabem falar sobre nossos povos, nossas línguas, nossa cultura e sobre nossas identidades da forma como nós mesmos falamos", acrescentou ela.

O debate é parte da programação da 19ª edição do Acampamento Terra Livre, que é uma assembleia do movimento indígena que ocorre anualmente, desde 2004, na capital federal. Neste ano, o evento deve atrair mais de 5 mil participantes de todo o país.

Ferramenta para denúncia

A plenária reuniu comunicadores de diferentes etnias e regiões do país. Em comum, todos mencionaram a importância do movimento utilizar as mídias sociais como "ferramenta de luta" para denunciar violações e divulgar a cultura e os valores dos povos indígenas.

"Para mim, a comunicação indígena deve mostrar a luta e toda a violência que nossos povos sofrem em nossos territórios tradicionais e nas áreas de retomadas [terras reivindicadas em disputa]. Levar [ao conhecimento do] mundo tudo o que sofremos diariamente, os desafios que enfrentamos", sustentou a jovem Sally Nhandevas, moradora da aldeia Porto Lindo, de Japorã (MS).

"Acredito que buscamos desconstruir uma narrativa, substituindo-a pela possibilidade de contarmos, nós mesmos, nossa história. Neste sentido, não basta falarmos de problemas importantes sobre os quais devemos e precisamos falar, como as questões políticas que envolvem as terras indígenas. Também devemos valorizar nossa cultura. É como diz o Emicida na música Amarelo: 'permita que eu fale/ Não as minhas cicatrizes / Se isso é sobre vivência/ Me resumir a sobrevivência / É roubar o pouco de bom que vivi'", acrescentou Ricardo Terena, membro da comunicação da Articulação dos Povos Indiìgenas do Sudeste.

Ao destacar a evolução da comunicação indígena ao longo das últimas décadas, o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo Alexandre Pankararu contou que ficava incomodado com a forma como os indígenas costumam ser retratados. Esse incômodo o levou a trabalhar para tentar mudar a visão de não-indígenas, numa época em que a internet ainda ensaiava os primeiros passos no Brasil.

"Até então, a comunicação tradicional – ou melhor, o jornalismo, porque não dá para dizer que aquilo era uma comunicação, pois nós nunca eramos ouvidos –, as grandes redes tinham suas próprias opiniões sobre nós. As pessoas nos tratavam como algo folclórico, o que nos incomodava muito. Isso nos fez compreender a importância da comunicação para que pudéssem

Perda de insumos do Ministério da Saúde soma R$ 2 bilhões desde 2019

O almoxarifado central do Ministério da Saúde, em Guarulhos, no estado de São Paulo, perdeu R$ 2,2 bilhões em medicamentos e outros insumos médicos desde 2019. A constatação é de uma vistoria realizada este mês pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Segundo o relatório produzido pela comissão, o prejuízo foi causado pelo descarte de produtos. Ainda de acordo com o documento, durante a visita da comissão, foram encontrados vários outros insumos prestes a vencer, o que causará novos prejuízos para os cofres públicos.

"São 75 milhões de unidades que vão vencer nos próximos três meses", disse o deputado federal Daniel Soranz (PSD/RJ), que assinou o relatório.

O documento sinaliza que "é evidente a falta de organização e articulação entre os processos de compras, logística e as necessidades da população".

O relatório também propôs 14 medidas para evitar novas perdas no almoxarifado, administrado por uma empresa privada, em nome do Ministério da Saúde, entre elas a abertura imediata de portal público com todos os insumos em estoque (com quantidades e data de vencimento) e a promoção de uma campanha para recebimento de unidades com data de vencimento nos próximos oito meses.

Também foi proposta a distribuição direta desses insumos para municípios acima de dois milhões de habitantes; a proibição de qualquer tipo de compra sem apresentação prévia de plano de distribuição; a reestruturação da logística, evitando que medicamentos e insumos realizem o mesmo percurso entre produção, armazenamento e distribuição para evitar gastos com transporte e impostos; e avaliar abertura de sindicância para apuração de possível dolo nos R$ 2,2 bilhões perdidos em insumos.

A comissão também vistoriou os seis hospitais federais e três institutos nacionais localizados na cidade do Rio de Janeiro, todos administrados pelo Ministério da Saúde. Foram encontrados, por exemplo, 1.045 leitos sem uso.

"A situação apresentada pelos hospitais federais é muito grave. São mais de mil leitos desativados, que poderiam estar atendendo à população", afirmou Soranz.

Parte desses leitos sem uso é o que o deputado chama de "leitos fantasmas", ou seja, aparecem no censo hospitalar público como "ocupados" mas, na verdade, estão vazios. O censo é uma ferramenta que mostra em tempo real quantos leitos estão disponíveis a fim de que os gestores possam saber qual a disponibilidade de leitos para internação nas unidades de saúde do município.

No Hospital da Lagoa, no Rio, por exemplo, a administração informava ao censo hospitalar público que, no dia da vistoria, havia 195 leitos ocupados. No entanto, a comissão verificou que apenas 103 deles estavam efetivamente com pacientes, enquanto 92 estavam vazios e disponíveis.

Situação semelhante, embora em número menor, foi encontrada nos hospitais Geral de Bonsucesso, Cardoso Fontes e dos Servidores do Estado, além do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Também foram constatados setores inteiros fechados em alguns hospitais, como a emergência do Hospital Geral de Bonsucesso, a emergência pediátrica no Cardoso Fontes, três salas de cirurgia em Ipanema e a emergência e centro de queimados do Andaraí.

Por meio de nota, o Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde informou que vem trabalhando para regularizar a situação. "Desde a situação precária encontrada nos seis hospitais federais, já foram realizadas importantes ações como o reabastecimento de insumos e medicamentos, reabertura de leitos e retomada dos processos de obras", com a reabertura de mais de 300 leitos dos 593 que estavam bloqueados.

A nota informa, também, que, no dia 14 de abril, foi criado um grupo de trabalho para "refinar o diagnóstico" de cada unidade de saúde e propor o plano de reestruturação para elas.

"O Ministério da Saúde reforça o compromisso na reabertura de mais leitos e na redução das filas cirúrgicas nos hospitais federais, proporcionando um atendimento de qualidade para a população do Rio de Janeiro", ressaltou.

O ministério disse, ainda, que está analisando o caso do Hospital da Lagoa. Mas não mencionou que providências tomará quanto ao problema da perda bilionária de insumos no almoxarifado central. (Agencia Brasil)

"Não somos coitadas", diz Cármen Lúcia sobre mulheres na política

A ministra Cármen Lúcia, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse na quinta-feira (27) que as mulheres não podem tratadas como "coitadas" e devem ter seus direitos respeitados na disputa eleitoral.

Na manhã de quinta-feira,a ministra participou do julgamento no qual o TSE determinou a cassação de vereadores eleitos pelo partido Cidadania, em Itaiçaba (CE). De acordo com o tribunal, o diretório local fraudou a cota de gênero nas eleições municipais de 2020. A fraude ocorre quando são utilizadas candidaturas fictícias apenas para cumprir a lei.

"Nós, mulheres, sabemos o que é ser tratada em desvalor. Não é desvalorizando e achando que mulheres são coitadas, porque não somos. Somos pessoas autônomas, em condições iguais a dos homens e, por isso, quando se fala que o partido abandonou, como outrora se diz, porque o marido abandonou a coitada. Não tem coitada, não. Nós não queremos ser coitadas, queremos ser cidadãs", afirmou.

Respeito aos direitos da mulher

O desabafo de Cármen Lúcia ocorreu após o ministro Nunes Marques afirmar durante o julgamento que a Judiciário deveria ter "empatia" nos casos de mulheres que estão usadas pelos partidos apenas para cumprimento da cota e não recebem apoio para realização efetiva de campanhas.

"A partir do momento em que ela ,candidata, se filia, há completo abandono do diretório municipal em relação à candidatura. A gente precisa ter um pouco de empatia com essas mulheres que se candidatam e são abandonadas pelo partido. Nunca participam de uma campanha eleitoral, não sabem como percorrer esse caminho durante o pleito", afirmou o ministro.

Ao rebater Marques, a ministra afirmou que as mulheres querem respeito aos seus direitos.

"O que a gente quer não é empatia. É respeito aos nossos direitos. É preciso reconhecer a mulher como pessoa dotada de autonomia e capaz, sem precisar de ser amparada, cotejada", completou Cármen.

No julgamento, o TSE decidiu, por 4 votos a 3, que os votos recebidos pelos vereadores acusados de fraudar a cota de gênero serão anulados e nova totalização deverá ser feita para que outros candidatos passem a ocupar as vagas.

Pela lei eleitoral, os partidos devem preencher mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. (Agencia Brasil)

Setor de serviços cresce 1,1% em fevereiro, diz IBGE

O setor de serviços cresceu 1,1% em fevereiro de 2023, na comparação com o mês anterior, quando registrou recuo de 3%. Na comparação com fevereiro do ano passado, o setor apresentou expansão de 5,4%, a 24ª taxa positiva consecutiva. Os números fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quinta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado do primeiro bimestre de 2023, houve elevação de 5,7%, na comparação com o mesmo período de 2022. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 7,8%.

O gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, disse que o ritmo dos serviços no país continua sendo guiado pelos desempenhos de tecnologia da informação e do setor de transportes. O pesquisador acrescentou que os segmentos mais dinâmicos permanecem com bom desempenho, ao mesmo tempo em que os mais afetados pela pandemia, principalmente os que têm atividades presenciais, já superaram o longo distanciamento que tinham do período pré-pandemia.

"Em fevereiro, houve uma recuperação de parte da perda verificada em janeiro. A configuração do setor de serviços, portanto, não se altera significativamente nos primeiros dois meses de 2023", completou em análise divulgada no texto do IBGE.

Das 27 unidades da federação, 20 tiveram crescimento no volume de serviços em fevereiro e acompanharam a alta de 1,1% observada no resultado nacional. Mato Grosso (7,7%) e Pernambuco (6,1%), seguidos por Pará (7,2%), Minas Gerais (0,8%) e Paraná (0,8%) representaram os impactos mais significativos.

Segundo o gerente, o desempenho de Mato Grosso pode ser explicado pelo peso do agronegócio, que faz o escoamento da produção por transporte terrestre, o que acaba fortalecendo o transporte rodoviário de carga. Em Pernambuco, o impulso nos serviços partiu da locação de mão de obra temporária.

As principais influências negativas do mês ficaram com São Paulo (-0,1%), Distrito Federal (-1,7%) e Rio Grande do Sul (-0,8%).

Segundo o IBGE, a partir dos indicadores da Pesquisa Mensal de Serviços é possível acompanhar o comportamento conjuntural do setor no país, "investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação". (Agencia Brasil)

Governo cria cartilha de Mapa de Risco sobre deslizamentos e inundações para municípios

O Governo de SP, por meio da Defesa Civil do Estado, desenvolveu duas cartilhas de Mapas de Risco, uma sobre deslizamentos de terra e outra sobre inundação, para tornar mais acessível o compartilhamento de informações sobre como a população pode se prevenir e agir diante desses dois eventos em cada um dos municípios paulistas.

O formato é inédito no país e é mais uma ferramenta na prevenção de desastres e alerta à população.

O material denominado de Mapa de Risco Comunitário foi organizado pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC) e tem o objetivo de levar informações técnicas já disponíveis em meios digitais em uma linguagem didática e de fácil compreensão para qualquer cidadão.

As cartilhas se comunicam de forma bastante visual. O conteúdo orienta sobre como identificar os sinais de um deslizamento ou de uma inundação antes que os eventos aconteçam, e assim organizar o abandono do local. Placas de identificação e cuidados que podem preservar o ambiente local e a vida também constam na publicação.

Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Comunicação do Estado, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), as cartilhas de Mapa de Risco possuem manual de instrução e espaço para que o gestor municipal insira as informações das áreas de risco municipais, trace as rotas de fuga, defina os pontos de encontro e o local do abrigo provisório, além de outros dados de interesse que sejam de conhecimento da população local.

A partir da adequação da cartilha com as informações da área de risco municipal, o material pode ser impresso, frente e verso. A sugestão do Estado é que o material seja distribuído pelo município às pessoas que estiverem habitando, trabalhando, transitando ou, de algum outro modo, utilizando aqueles locais. O modelo será fornecido às Defesas Civis municipais para que cada um adeque a sua realidade.

O uso das cartilhas pelo poder público municipal independe da existência prévia de qualquer instrumento técnico de identificação e mapeamento de risco municipal. Basta o município ter uma área onde eventos relacionados com deslizamentos de terra ou inundação ocorram, para que a cartilha do Mapa de Risco seja utilizada, levando conhecimento e informação prática para a proteção da população.

A primeira cidade a aderir ao projeto foi Francisco Morato em uma ação realizada junto a uma área de risco do município, em que foram instaladas placas nas ruas, indicando que a área é de risco para deslizamento, identificado pontos de encontro e locais de possíveis abrigos em caso de desastres. Todas essas informações foram incluídas no Mapa de Risco Comunitário que foi distribuído para os moradores.

"Estamos traduzindo uma informação técnica, antes disponibilizada apenas para as Defesas Civis dos municípios, para toda a população. O mapa é didático e claro com relação as áreas de risco, permitindo ações mais rápidas e evitando tragédias", destaca o Coronel PM Henguel Ricardo Pereira, Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Paraná é destaque nacional em adesão a protocolo de avaliação de segurança em UTI

Dos 121 hospitais com Unidades de Terapia Intensiva (UTI) existentes no Estado, 114 participaram da Avaliação Nacional de Práticas de Segurança do Paciente. Esse número corresponde a 94,2% de adesão das unidades. A média nacional para este tipo de avaliação é de 80%.

Essa participação resultou em 28 certificados de Alta Conformidade e Adesão Plena às práticas de segurança do paciente para hospitais públicos, filantrópicos e privados com UTI. A certificação é referente ao ano de 2022 e foi atribuída nesta quinta-feira (26) durante a reunião técnica em Curitiba promovida pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) para profissionais da área. Com foco na segurança do paciente, o encontro iniciou na quarta-feira (26) e finalizou nesta quinta (27).

Três dessas unidades pontuaram 100% de todos os indicadores de segurança propostos e 25 hospitais atenderam 67% dos quesitos exigidos pela agência nacional. Os demais obtiveram a classificação de até 66%. A avaliação passa por uma série de critérios e consiste em um instrumento composto por 21 indicadores (de estrutura, processo e gestão de riscos), relacionados às práticas de segurança do paciente.

A vigilância sanitária estadual avaliou mais de 5 mil documentos enviados pelas unidades hospitalares com os indicadores.

De acordo com a representante da Anvisa em vigilância e monitoramento em serviços de saúde, Magda Machado Costa, que participou do evento, o fato de mais de 90% das unidades aderirem à avaliação é muito positivo no processo de segurança.

"Esse número é muito bom. O Paraná está muito bem em relação aos outros estados para a avaliação quanto à identificação de inconformidades. É um grande ciclo de melhoria. Avalia-se em um ano para melhorar no outro e esse trabalho reflete diretamente no paciente", disse.

No Paraná, a análise destas informações é integralmente feita pela Divisão de Vigilância Sanitária em Serviços (DVVSS/CVIS), da Sesa, com base em documentos comprobatórios encaminhados pelos hospitais. O resultado desta análise classifica como serviço de "baixa, média ou alta conformidade" em relação às Práticas de Segurança do Paciente.

"Para que consigamos atingir o objetivo de uma assistência ao paciente de uma forma mais segura, a equipe de Segurança do Paciente da Sesa está mobilizada. Queremos motivar os hospitais com UTI, e coletivamente, a impulsionar e sustentar a segurança do paciente, promovendo a qualidade do cuidado prestado", disse o secretário de Estado da Saúde, Beto Preto.

O encontro é uma das estratégias da vigilância sanitária da Sesa adotada para alinhamento e fortalecimento dessas práticas junto aos hospitais, principalmente pelo fato de o Paraná estar entre os cinco estados com o maior número de unidades hospitalares com UTI do Brasil.

Desde 2016, a Anvisa promove anualmente a "Avaliação Nacional de Práticas de Segurança do Paciente". Esta iniciativa está apoiada no Plano Integrado de Gestão Sanitária da Segurança do Paciente 2021-2025, como uma estratégia para a promoção da cultura da segurança, com análise na gestão de riscos, o aprimoramento da qualidade e a aplicação das boas práticas em serviços de saúde. A prática pode evitar erros e acidentes.

Dentro dos protocolos de segurança estão alguns critérios como a prevenção de infecção primária de corrente sanguínea associada ao uso de cateter central; prevenção de Pneumonia Associada ao uso de Ventilação Mecânica (PAV); prevenção de Infecção do Sítio Cirúrgico (ISC); monitoramento mensal de indicadores de infecções relacionadas à assistência à saúde; higiene das mãos; a identificação segura e correta do paciente; cirurgia segura; prevenção de lesão por pressão; prevenção de quedas; segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos, além de outras práticas de segurança. (AENPR)

Lembre sempre de lavar as mãos